

WORKING PAPER CESA CSG 182/2021

PAIGC A FACE DO MONOPARTIDARISMO NA GUINÉ-BISSAU (1974 A 1990)

Rui Jorge SEMEDO

C/ prefácio de Carlos SANGREMAN

RESUMO

O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), assumiu oficialmente o controle do poder político na Guiné-Bissau em 1974, e por dezasseis anos protagonizou o cenário político com um regime de partido único – a ditadura militar-, com práticas repressivas como método para controlar a oposição, intimidar e manter o poder. O nosso propósito neste trabalho é verificar por que o partido que esteve por um longo período na vanguarda do país, atuando como a única força política que controlava o aparelho de Estado, teve dificuldades para executar suas principais propostas de governo. Para tanto buscamos as seguintes questões: Que influência teve a colonização na formação do PAIGC? Por que o PAIGC enfrentou dificuldades e se viu obrigado a perder sua identidade binacional considerada como uma das bases do seu princípio ideológico? Por que no período pós golpe de 1980 o partido não conseguiu evitar outros sucessivos conflitos violentos? O divisionismo social e étnico fazia-se notar nas estruturas internas do PAIGC? A resposta pode estar entre outros fatores: no legado deixado pelo passado colonial, na heterogeneidade da estrutura social nacional e nas contradições resultantes de luta pelo poder no interior do próprio PAIGC. Embora, apesar das dificuldades que são observáveis, não se pode refutar a sua importância como um ator importante na construção da história política nacional.

PALAVRAS-CHAVE:

Guiné-Bissau, PAIGC, Monopartidarismo, Democracia em África

ABSTRACT

The African Party for Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) officially took control of political power in Guinea-Bissau in 1974, and for sixteen years has starred in the political scene with a single-party regime – a military dictatorship—with repressive practices as a method to control the opposition, intimidate and maintain power. Our purpose in this work is to verify why the party that was for a long time at the forefront of the country, acting as the only political force that controlled the state apparatus, had difficulty executing its main government proposals. For this we seek the following questions: What influence did colonization have on the formation of the PAIGC? Why did the PAIGC face difficulties and were forced to lose its binational identity considered as one of the bases of its ideological beginning? Why in the post-coup period of 1980 could the party not prevent other successive violent conflicts? Was social and ethnic divisionism noted in the internal structures of the PAIGC? The answer may be among other factors: in the legacy left by the colonial past, in the heterogeneity of the national social structure and in the contradictions resulting from the struggle for power within the PAIGC itself. Although, despite the difficulties that are observable, it cannot be refuted its importance as an important player in the construction of national political history.

KEYWORDS:

Guinea-Bissau, PAIGC, Single-Party regime, Democracy in Africa

WORKING PAPER/DOCUMENTO DE TRABALHO

O CEsA não confirma nem infirma quaisquer opiniões expressas pelos autores nos documentos que edita.

O CEsA - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento é um centro de investigação que se tem dedicado ao estudo do desenvolvimento económico, social e cultural dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, com especial ênfase no estudo dos países de língua oficial portuguesa, China e Ásia-Pacífico. Além disso, promove a investigação noutros tópicos, teóricos e aplicados, dos estudos de desenvolvimento noutras regiões, tentando promover uma abordagem multidisciplinar e uma interligação permanente entre os aspetos teóricos e aplicados da investigação.

O CEsA está atualmente integrado no CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão, um consórcio de I&D criado em 2013 no ISEG por quatro dos seus centros de investigação - ADVANCE, CEsA, GHES e SOCIUS. Classificado como “Excelente” no âmbito do último processo de Avaliação de Unidades de I&D promovido pela FCT, o CSG conta com mais de 200 investigadores, incluindo professores do ISEG, docentes de outras escolas, investigadores independentes, bolseiros de pós-doutoramento e estudantes de doutoramento. As atividades do CSG fornecem um enquadramento de alto nível para a investigação e o ensino, tanto a nível nacional como internacional.

O CEsA participa ativamente nas atividades de ensino do ISEG, nomeadamente, no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e no Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento / Development Studies, fundamentalmente a dois níveis: através do apoio que dá a esses cursos e da lecionação, pelos seus membros, de várias unidades curriculares, bem como da supervisão de teses e dissertações finais dos alunos. Organiza, igualmente, seminários e conferências ao longo de cada ano letivo, separadamente ou em colaboração com o Mestrado e o Doutoramento.

A internacionalização é também um objetivo importante e que tem sido perseguido através da participação em redes internacionais e programas conjuntos de investigação, bem como na criação de incentivos para ajudar os seus investigadores a aumentar o número de publicações em revistas internacionais de reconhecido mérito.

AUTORES

Rui Jorde SEMEDO

Mestre em Ciência Política pela UFSCar, 2009, Brasil. Investigador associado no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa de Bissau.

E-mail: rjogosmedo@gmail.com

Carlos SANGREMAN

Member of CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, Instituto Superior de Economia e Gestão/ULisboa.

Email: carlos.sangreman@ua.pt

CV: <https://www.cienciavita.pt/portal/3811-B7F0-B2EE>

CONTEÚDOS

Lista de Siglas	5
PREFÁCIO.....	6
INTRODUÇÃO	9
CAP. I – ORIGEM E PRECEDENTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO PAIGC: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	13
1.2.FUNDAÇÃO.....	13
1.3. DESENVOLVIMENTO DOS CENÁRIOS.....	18
1.4. ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.....	22
CAP. II – SURGIMENTO DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU E SEUS DESDOBRAMENTOS	40
2.2. A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA: O ESTADO DA GUINÉ-BISSAU	40
2.3. PRIMEIRA CONSTITUINTE E A LEGITIMAÇÃO DO PAIGC COMO ÚNICA FORÇA POLÍTICA.....	44
2.4. SURGIMENTO DA ELITE GUINEENSE.....	46
2.5. AJUSTE DE CONTAS.....	49
2.6. UNIDADE GUINÉ E CABO VERDE	54
2.7. GOLPE DE ESTADO DE 1980	59
2.8. RUPTURA DA UNIDADE GUINÉ E CABO VERDE	66
2.9. A NOVA FASE DOS CONFLITOS	71
2.9.1. CASO 13 DE MARÇO DE 1984.....	74
2.9.2. CASO 17 DE OUTUBRO DE 1986	79
CAP. III – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PROGRAMA DO PAIGC	85
3.1. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	85
3.2. O PROGRAMA DO PAIGC	92
3.3. SURGIMENTO DA RGB/MB	99
3.4.FIM DO REGIME DE PARTIDO ÚNICO.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

Lista de Siglas

ANP – Assembleia Nacional Popular
AP – Armazens do Povo
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BM – Banco Mundial
BP – Bureau Político
CC – Comitê Central
CEA – Centro de Estudos Africanos
CCE – Conselho dos Comissários de Estado
CE – Conselho de Estado
CEI – Casa do Estudante de Império
CEL – Conselho Executivo de Luta
CNE – Comissão Nacional de Eleições
CNG – Conselho Nacional da Guiné
CNRL – Comitês Nacionais das Regiões Libertadas
CR – Conselho da Revolução
CSL – Conselho Superior de Luta
DICOL – Distribuidora de Combustíveis e Lubrificantes
FA – Forças Armadas
FAL – Forças Armadas Locais
FARP – Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FD – Frente Democrática
FCSD – Fórum Cívico Social Democracia
FDS – Frente Democrática Social
FLING – Frente de Libertação Nacional da Guiné
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GUN – Governo de Unidade Nacional
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
ISA – Instituto Superior de Agronomia
JAAC – Juventude Africana Amílcar Cabral
JURG – Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses
LIPE – Liga de Proteção Ecológica
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MLG – Movimento Libertação da Guiné
MLSTP – Movimento de Libertação São Tomé e Príncipe
MPLA – Movimento popular de Libertação de Angola
MPD – Movimento Para Democracia
MR – Movimento Reajustador
MUDE – Movimento de Unidade para Democracia
OANG – Organização Anti-Neocolonialista da Guiné-Bissau
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAD – Organização dos Pioneiros Abel Djassi
PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo-Verde
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PCD – Partido de Convergência Democrática
PDP – Partido Democrático para o Progresso
PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa de Estado/Direção Geral de Segurança
PRD – Partido de Renovação e Desenvolvimento
PRS – Partido de Renovação Social
PUSD – Partido Unido Social Democrata
SOCOMI – Sociedade Comercial Mista
UDEMU – União Democrática das Mulheres
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
UNITA – União Nacional da Independência Total de Angola
UNTG – União Nacional da Independência da Guiné
UPANG – União Patriótica Anti-Colonialista da Guiné-Bissau
UPG – União Patriótica da Guiné
RDN – Rádio Difusão Nacional
RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique
RGB/MB – Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Ba-fatã

PREFÁCIO

Este *Working Paper* debruça-se sobre o período de mono partidarismo na Guiné-Bissau independente, entre 1974 e 1990, a partir de arquivos (apesar do PAIGC não ter colaborado), jornais e entrevistas a vários intervenientes, numa metodologia de investigação de acordo com os cânones das ciências políticas.

As guerras e os períodos revolucionários raramente são vistas do mesmo modo por todos os intervenientes, prevalecendo em geral a versão dos vencedores. No caso da guerra colonial, de libertação, do ultramar ou da independência, temos a versão dada pelos documentos oficiais do regime colonial da União Nacional, a versão dos movimentos de libertação (sobretudo MPLA, FRELIMO e PAIGC), os livros de alguns militares portugueses que, ao mudarem a sua condição de “braço armado do regime” para “aqueles que tinham acabado com o regime” em 25 de abril de 1974, quiseram deixar a sua versão do conflito, e de alguns investigadores portugueses, franceses, ingleses e americanos além de teses de doutoramento de autores doutras nacionalidades que se debruçaram sobre o fim do império português. Para a Guiné-Bissau acrescentam-se as histórias dos antigos combatentes, sobretudo aqueles portugueses ou guineenses que escrevem e editam fotografias no blog Tabanca Grande de Luís Graça & Camaradas da Guiné com realce para Mário Beja Santos ex-oficial miliciano na Guiné com vários livros escritos¹. O período de transição do poder colonial para o poder revolucionário do PAIGC é também um desses momentos da história.

O período em que o PAIGC teve de organizar uma Administração Pública e órgãos de exercício do poder político originou um conjunto de contradições; primeiro entre guineenses e cabo-verdianos e, depois de 1980, entre os próprios guineenses. Os anos de 1973 e de 1974 foram ricos em acontecimentos determinantes para a configuração da Guiné-Bissau como Nação com um Estado e uma administração pública:

- 20 de janeiro de 1973 – Amílcar Cabral (chefe e ideólogo principal do partido) é assassinado; ainda hoje se debate quem foram os mandantes pois o PAIGC fuzilou todos os implicados e nunca divulgou dados de interrogatórios.
- 25 de março de 1973 – Com os misseis soviéticos terra – ar Strela, o comando Abel Djassi de Manecas Santos abate o primeiro avião colonial, na zona de

¹ *Vd.* <https://www.facebook.com/people/Tabanca-Grande-Lu%C3%ADs-Gra%C3%A7a/100001808348667>

Guileje, e acaba com o domínio do ar pelos portugueses tornando claro para as chefias militares, desde os oficiais mais operacionais até ao governador António Spínola (1968 – 1973), que a guerra está perdida, apesar do auxílio americano e da NATO².

- 24 de setembro de 1973 – o PAIGC proclama a independência, ainda durante a guerra, levando cerca de 80 países a reconhecerem o novo Estado antes de Portugal o fazer um ano depois.
- 25 de abril de 1974 – os militares portugueses derrubam o regime que os empurrava para a derrota militar e evitam a culpabilização e prisão como tinha sucedido em Goa. Vários autores consideram que o início do Movimento das Forças Armadas foi na Guiné no tempo de António Spínola como governador.
- Maio de 1974 – Os militares portugueses e guineenses cessam o combate, anulam o governador militar do regime (Bettencourt Rodrigues), organizam vários encontros, conversações entre delegados do PAIGC e os militares do MFA e jogos de futebol enquanto esperam pelas conversações nacionais sobre independência. (um dos melhores relatos deste período é o livro de Jorge Sales Golias “A descolonização da Guiné-Bissau e o movimento dos capitães”, 2016, integrado numa coleção “Memórias de Guerra e Revolução, edições Colibri.

Se juntarmos a estas datas o 14 de novembro de 1980 quando os militares guineenses deram o primeiro golpe militar no país e acabaram com o governo de Luís Cabral, levando a que muitos quadros cabo-verdianos civis saíssem do país, temos os ingredientes factuais para a evolução da Guiné-Bissau não ter correspondido às expectativas que a guerra pela independência e pelo desenvolvimento (programa menor e maior do PAIGC) prometia.

A ideologia do PAIGC foi uma construção da sua chefia num período de guerra e de mobilização das populações para combaterem e apoiarem os que combatiam. Teve muita dificuldade em transformar-se num partido organizador de um Estado com um sistema político com um presidente e parlamento eleitos livremente, com tribunais independentes e com os militares fora do espaço político. Na realidade só o fez depois da URSS se ter desfeito em 1989/1991 e essa mudança se ter tornado uma exigência clara dos países europeus e dos EUA.

Vários elementos aqui relatados ilustram bem o regime repressivo que o PAIGC montou para ultrapassar a sua incapacidade de gerir o Estado e a falta de quadros políticos e técnicos que perspetivassem a construção do Estado sem recorrer à perseguição com tortura de qualquer forma de oposição civil e militar. As disputas pelo poder assumem

² veja-se o texto online da Revista Militar, nº 2553 de 2014 sobre “A arma que mudou a guerra”
<https://www.revistamilitar.pt/artigo/967>

para um observador externo um funcionamento assente no individualismo em prioridade sobre o coletivo. Ou seja, a procura de recursos para o bem-estar individual/familiar sobrepõe-se à procura de evolução geral das condições de vida das populações, levando a uma evolução muito lenta, com avanços e recuos, e pouco sustentável.

A nação guineense tem-se configurado a partir das sociedades étnicas (embora se saiba pelos recenseamentos e outros inquéritos às famílias que existe uma enorme mistura étnica nos núcleos familiares sobretudo nos centros urbanos), da sociedade colonial de pessoas com origens em raças diferentes (sobretudo no espaço urbano de Bissau), da ideologia, das práticas e da ética praticadas durante a luta de libertação nas zonas dominadas pelo PAIGC e da sociedade pós-independente de partido único omnipresente nas instituições públicas e privadas até 1991. Essa configuração altera a sua evolução a partir desse ano com a liberdade de associação e de atividade privada estabelecida por revisão constitucional permitindo novas alianças e intervenções de atores até aí reprimidos pelo Estado (art.º IV da Constituição). Essa evolução pós independência surge para os observadores externos e certamente para muitos internos, como difícil de entender, conseguindo sempre surpreender (muitas vezes negativamente) os países, as pessoas e as organizações com quem se relaciona. Realce-se, no entanto, que a sua evolução não se apresenta muito diferente dos países que compõem a sub-região como se pode ver nas publicações do Instituto Gorée sobre a construção da democracia na África Ocidental na transição de formas de regime autoritário adotadas no processo de independência para formas de democracia com assembleia nacional, governo, presidência, tribunais independentes e eleições universais (Ver por exemplo “L’état de la démocratie et des droits de l’homme dans l’espace CEDEAO, permanences et ruptures”, 2019, de vários autores de países da sub-região).

Esta investigação de Rui Semedo ilustra o período entre a independência e a decisão de permitir liberdade de associação incluindo partidos políticos que levou a que o PAIGC ganhasse com menos de metade dos votos expressos as primeiras eleições multipartidárias (46,4%). É uma investigação que contribui para se conhecer melhor o partido que ainda hoje, é o ator social principal na configuração da sociedade guineense.

Carlos Sangreman, 2021

INTRODUÇÃO

A política europeia de expansão além-mar que resultou na ocupação e domínio de algumas regiões fora da Europa, especificamente, na África, provocou o surgimento no período posterior a II Guerra Mundial, motivado pelo contexto da Guerra Fria, de movimentos na sua grande maioria revolucionários pró-comunista. E tinham um único objetivo, lutar pela autodeterminação de seus respectivos países. Vale salientar, que em países como Senegal, Guiné-Conakry, Mali, Gâmbia e Serra Leoa, ambos vizinhos da Guiné-Bissau e ex-colónias francesa e inglesa, a conquista das independências fora alcançada por meios pacíficos. Já nos territórios ocupados por Portugal (Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde³, com a exceção de São Tomé e Príncipe) não se estabeleceu diálogo entre as duas partes (colonizador e colonizado), e o processo para a obtenção da independência nesses países se deu por meio de uma violenta luta armada. Sobre essa situação, há que levar em consideração os condicionalismos político-sociais de França e Portugal naquele período. O primeiro já professava valores democráticos adquiridos com a revolução de 1789 e, além do mais, passou por uma experiência militar não muito agradável quando tentou negar independência a Argélia. Já o segundo ainda vivia sob um regime de ditadura militar instaurada em 1926, e enfrentava graves problemas económicos e tentava encontrar nos territórios além-mar (colónias) recursos para fortalecer sua economia.

O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), assumiu oficialmente o controle do poder político na Guiné no ano de 1974, logo após a Revolução dos Cravos⁴ em Portugal. Por dezesseis anos protagonizou o cenário político da Guiné-

³ Na verdade, em território caboverdiano não houve guerra contra a ocupação, mas os patriotas caboverdianos e guineenses se uniram em torno do PAIGC para desencadear a luta armada na Guiné e, com isso, pressionar o regime colonial de Salazar e Marcelo Caetano a conceder independência aos dois territórios ocupados. Por isso, durante a negociação em Argel, um dos pontos acordados para a cessação do conflito na Guiné e, conseqüentemente, a proclamação do Estado guineense foi a abertura de possibilidades para iniciar as negociações que, igualmente, resultaram na criação do Estado caboverdiano.

⁴ Sobre a Revolução dos Cravos, ver Secco (2004). Contudo, de acordo com Ignatiev (1975) em janeiro de 1962, aquando de início da guerra em Angola, houve uma tentativa de revolta em Beja, Santo Tirso, Couto e outros lugares dirigida por capitão João Mário Paulo Varela que foi reprimida pelo regime.

Bissau com o regime de partido único – a ditadura militar⁵, com práticas repressivas como método para controlar os grupos contrários, intimidar os subversivos e se manter no poder. Ou seja, diferentemente da ditadura militar no Brasil⁶, de 1964 a 1985, que teoricamente permitia a existência de duas forças políticas competindo pelo poder, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo que quem detinha o domínio eleitoral com ajuda dos militares era o primeiro partido⁷. Na Guiné-Bissau, o PAIGC não permitia a participação de nenhuma outra força e, muito menos, deu sinal de quanto tempo duraria o seu domínio político. Era um partido que gozava de um poder absoluto sobre todo o território nacional, legitimado pelo artigo 4º da primeira Carta Constitucional do país, que dizia o seguinte – “o partido é o único e legítimo dirigente e representante político das sociedades guineense e caboverdiana”.

O PAIGC, como o seu próprio nome indica, era um partido que nasceu a partir de uma fusão binacional Guiné/Cabo Verde e, talvez o único na África com essa característica. Neste estudo, no entanto, não pretendemos analisar em simultâneo a atuação do partido na Guiné e Cabo Verde por dois motivos observáveis: primeiro relaciona-se com a nossa preocupação em delimitar a pesquisa de forma a torná-la mais exequível aos nossos propósitos; segundo, explica-se pelo contexto e/ou rumo peculiar que cada um desses países tomou no período pós-independência e a necessidade que temos de observar apenas o comportamento do PAIGC na Guiné.

O nosso propósito neste trabalho é verificar por que o partido que esteve por um longo período na vanguarda do país, atuando como a única força política que controlava o aparelho de Estado, teve dificuldades para executar suas principais propostas de governo? Para tanto buscamos as seguintes questões: Que influência teve a colonização na formação do PAIGC? Por que o PAIGC enfrentou dificuldades e se viu obrigado a perder sua identidade binacional considerada como uma das bases do seu princípio ideológico? Por que no período pós golpe de 1980 a legenda não conseguiu evitar outros

⁵ De acordo com Neumann (1969) a ditadura não é nada mais do que o governo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que se arrogam o poder e o monopolizam, exercendo-o sem restrições. E nessa mesma linha, Sousa, Garcia & Carvalho (1998) afirmam que a ditadura é o governo comumente originário de golpe de Estado ou de Revolução, e cujo titular (indivíduos ou grupos) exerce um poder absoluto.

⁶ Sobre a trajetória da ditadura militar no Brasil, ver Kinzo (1988).

⁷ A vitória eleitoral do MDB apenas começou a partir do escrutínio de 1974.

sucessivos conflitos violentos? O divisionismo social e étnico fazia-se notar nas estruturas internas do PAIGC?

Para dar conta desta pesquisa foram realizadas visitas à sede nacional do partido, institutos de pesquisas e outras instituições para a consulta de arquivos. Analisamos as recomendações dos congressos e o programa do governo. Também coletamos informações sobre a legenda e matérias que trazem fatos sobre divisões e disputas social e étnica no jornal *Nô Pintcha*⁸, o único que circulava no país durante a ditadura. Por outro lado, tendo em conta a relevância da oralidade na cultura africana procuramos explorar mediante entrevistas semi-estruturadas a história oral, entrevistamos militantes e opositores do partido. No entanto, vale registrar que antes de iniciarmos o trabalho de campo enviamos antecipadamente uma solicitação à direção do PAIGC expondo o nosso propósito. E quando chegamos para começar a coleta tivemos um encontro com o então secretário-nacional, deputado Augusto Olivais, mas não tivemos acesso às documentações. E de acordo com o diretor administrativo do partido, senhor Wié, o diretório foi saqueado por vândalos e militares rebeldes durante o período de conflito armado de 7 de junho de 1998 e fez o PAIGC perder parte considerável e importante de seus arquivos históricos. Em todas as instituições públicas do país por onde passamos, tivemos dificuldades de acesso aos arquivos em razão de sua destruição durante o conflito. Também procuramos entrar em contato com o então presidente da República João Bernardo Vieira (Nino Vieira), que foi o protagonista principal e líder do PAIGC durante o período em estudo, da parte do seu gabinete, recebemos a orientação para formular o pedido de entrevista no qual deveria constar as questões que serão colocadas ao nosso suposto entrevistado. Apesar do esforço, nossa solicitação não teve resposta por parte da Presidência da República. Todos os elementos que conseguimos foi graças as pessoas particulares, caso particular de Tomaz Barbosa, que nos permitiu consultar alguns documentos do seu acervo particular sobre a vida do partido.

Com efeito, ao analisarmos o comportamento do PAIGC na Guiné-Bissau pretendemos contribuir com a construção daquilo que tem sido parte importante da história política do país tanto na tentativa de edificação do princípio da “unidade

⁸ Jornal criado pelo PAIGC durante a ditadura militar, etimologicamente significa, em crioulo, “Avante ou vamos empurrar”. O único que circulava durante o período em estudo, dado a ausência de liberdade de expressão.

nacional”, quanto para entender a dinâmica de contradições e conflitos que o país conheceu ao longo do seu recente processo político. O partido foi protagonista de dois momentos políticos marcantes da história nacional: primeiro foi o da conquista da independência nacional como ato histórico, onde numa difícil e complexa realidade de diversidade sócio-cultural, conseguiu com todas as adversidades, que mais na frente explicaremos, reunir grupos sociais e étnicos diferentes em torno da idéia de unidade nacional. Esse fato permitiu o partido atingir, por um lado, o propósito de lutar contra a ocupação colonial portuguesa, e, por outro, após dezesseis anos da ditadura militar, o partido cedeu espaço à abertura política que permitiu surgir novas organizações partidárias no começo dos anos 1990⁹ para competir no mercado eleitoral. No entanto, procuramos entender através da investigação empírica por que a legenda que fora vista como símbolo de unidade nacional apresentou conflitos internos recorrentes ao problema étnico-social e de intrigas palacianas. Por outro lado, um dos nossos objetivos nesse trabalho é contribuir com a formação da literatura científica nacional, visto que uma grande parte da história política, social e econômica do país se encontra apenas no nível da oralidade, “fato característico das sociedades africanas”, e corre o risco do desaparecimento.

Em termos de metodologia o trabalho está dividido em três capítulos seguidos de considerações finais. No primeiro capítulo abordamos origens e precedentes histórico-político do PAIGC, e, uma revisão da literatura sobre a organização partidária, no intuito de construir fundamentos que servirão de base teórica ao nosso argumento. No segundo, analisamos o nascimento do Estado da Guiné-Bissau e a institucionalização do novo modelo político-burocrático: a ditadura. No terceiro, observamos a organização interna e o programa do PAIGC.

⁹ Entre essas estavam: Frente democrática (FD) liderado pelo Aristides Menezes; Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bâfa-ta (RGB/MB), liderado pelo Domingos Gomes; Frente Democrática Social (FDS), liderado pelo veterano Rafael Paulo Barbosa; Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), liderado pelo veterano François Cancola Mendy; Partido de Convergência Democrática (PCD), liderado pelo Victor Mandinga; Fórum Cívico Social Democracia (FCSD), liderado pela Antonieta Rosa Gomes; Partido de Renovação Social (PRS), liderado pelo Koumba Ialá; Movimento de Unidade para a Democracia (MUDE), liderado pelo Filinto Vaz Martins; Partido Unido Social Democrata (PUSD), liderado pelo Victor Saúde Maria; Partido Democrático para o Progresso (PDP), liderado pelo Amine Saad; Partido de Renovação e Desenvolvimento (PRD), liderado pelo João da Costa e; Liga de Protecção Ecológica (LIPE) liderado pelo Abubacar Djálo.

Um dos nossos propósitos neste trabalho é compreender os mecanismos que explicam como as instituições partidárias, sejam elas no modelo capitalista ou socialista, surgem e se modificam no decorrer do tempo. Para isso, nossas principais referências teóricas serão às preposições de Duverger (1980), Sartori (1980) e Panebianco (2005) sobre a organização partidária e as instituições políticas. O escopo teórico escolhido se justifica pela natureza do objeto investigado, ou seja, organizacional.

Conforme mencionamos, e para fins de permitir uma leitura adequada sobre o nosso objeto de estudo, no próximo capítulo discutiremos os precedentes históricos e políticos do PAIGC quando também tecemos a rede conceitual necessária para desenvolvermos este trabalho.

CAP. I – ORIGEM E PRECEDENTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO PAIGC: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Nesse capítulo, discutimos a origem do PAIGC, os percursos pelo qual passou até conseguir atingir o objetivo de derrubar o poder colonial e se afirmar como responsável político do recém criado estado guineense e caboverdiano. Pretendemos observar a influência da colonização no tipo de relação social construída na legenda. Para isso, procuraremos responder a seguinte questão: Que influência teve a colonização na formação do PAIGC?

1.2.FUNDAÇÃO

O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, (PAIGC), segundo documentos oficiais do partido, foi fundado clandestinamente em Bissau no dia 19 de setembro de 1956, por Amílcar Cabral e mais outros cinco camaradas, entre os quais, Aristides Pereira, Luís Cabral, Inácio Júlio Semedo, Fernando Fortes, Elisée Turpin¹⁰. Era uma organização política que procurava na unidade Guiné e Cabo Verde a força para

¹⁰ Apesar de não constar nos documentos oficiais do PAIGC, numa entrevista concedida ao Jornal Correio Guiné-Bissau n.27/94, Rafael Barbosa um dos líderes histórico do partido afirma ter ficado de fora da casa onde decorria clandestinamente a reunião de fundação do PAIGC por motivos de segurança a pedido de Amílcar Cabral.

derrubar o regime colonial. Fundado com o nome partido, o PAIGC durante o período de sua criação até março de 1972 não passava de um movimento revolucionário de libertação, e, só em abril do mesmo ano ocorreu à transformação do movimento em partido com a realização de uma Assembleia Geral. No entanto, não podemos falar do seu surgimento sem observar um pouco a trajetória do seu principal fundador, Amílcar Cabral. Filho de emigrantes caboverdianos e servidores públicos do governo colonial na então Guiné Portuguesa. Nasceu em Bafatá (uma das cidades ao leste da Guiné) a 12 de setembro de 1924, onde fez estudos primários e depois seguiu para Cabo Verde concluir o ensino médio. Por ser um aluno dedicado e brilhante, conseguiu uma bolsa de estudo para fazer Engenharia Agrária no Instituto Superior de Agronomia (ISA) em Lisboa. Foi durante os anos de estudos que Amílcar Cabral e outros colegas estudantes africanos de Angola, Moçambique e São Tomé, entre os quais, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mario de Andrade, Alda do Espírito Santo e outros começaram a dar os primeiros passos naquilo que mais tarde, já formados, se materializou em movimentos de libertação e, posteriormente, em partidos políticos nos seus respectivos países. Em Portugal, Amílcar Cabral integrou no primeiro momento a Casa de Estudante do Império (CEI), instituição que apoiava estudantes no processo de integração na nova realidade sociocultural. Mais tarde, juntamente com outros colegas fundou o Centro de Estudos Africanos (CEA), onde o grupo se reunia para discutir, definir estratégias e desenvolver ações de caráter político no intuito de conscientizar não só os colegas da metrópole, como também faziam suas idéias chegarem às colônias. O objetivo era fazê-los entender os efeitos nefastos do regime colonial. A ação se dava, principalmente, pelas manifestações literárias e poéticas, que eram divulgadas dentro e fora da metrópole através de participação em revistas e coletâneas. Ao terminar o estudo, por desejo próprio, segundo afirmou posteriormente, foi enviado como engenheiro agrônomo a serviço do governo colonial e foi durante essa sua estada que lhe surgiu a oportunidade de realizar o grande estudo sobre o mapeamento agrícola da Guiné, fato que contribuiu para a matrealização do seu propósito político. Nessa missão, dada as exigências do trabalho, Amílcar Cabral teve a oportunidade de viajar pelo país todo e fazer contatos com pessoas com as quais posteriormente contou não só para fundar o PAIGC, como também para facilitar o desencadear da mobilização e conseqüente luta pela autodeterminação dos Estados da Guiné e Cabo Verde.

Influenciado pelo contexto do processo da independência dos países vizinhos, o PAIGC, ao ser criado definiu a luta pacífica como prioridade de sua estratégia, seguindo assim o exemplo dado pelas ex-colónias francesas e inglesas. Mas, três anos após a sua fundação, os acontecimentos de 3 de agosto de 1959, onde oficiosamente dizem que foram mortos cinquenta estivadores e cem outros feridos no Cais de Pindjiguiti em Bissau – mudaram o rumo de sua estratégia e passou a adotar a técnica de guerrilha como tática para importunar a ação política e comercial colonial. Assim, em 1961 deu início à “*Ação Direta*”, – tática que tinha como base a sabotagem mediante destruição de estradas, pontes, redes elétricas e sistemas de comunicação instaladas no país. De 1960 e 1962, começou no exterior a formação de militantes e quadros do partido, com a exceção da Guiné-Conakri, país onde estava instalada a base central do movimento. Entre os apoios recebidos naquele momento, a República Popular da China foi a primeira a receber e formar jovens guerrilheiros do PAIGC¹¹, depois seguiu-se outros países, dentre os quais, o Reino de Marrocos, Argélia, Países da Europa de Leste e Cuba também apoiaram a formação de quadros militares, políticos e socorristas que tiveram um importante papel durante a luta armada.

Um dos factos marcantes na história do surgimento do PAIGC foi a unidade Guiné e Cabo Verde. Vale lembrar que na época a unidade era o lema do Panafricanismo¹², idéia que norteava grandes ativistas africanos e afro-americanos, como Leopold Sédar Senghor do Senegal, Kwame N’Krumah do Ghana, Julius Nherere da Tanzânia, Amílcar Cabral da Guiné e Cabo Verde, Martin Luther King, Malcon-X dos USA e outros. Os pensamentos desses homens influenciaram em 1963, em Addis Abeba capital da Etiópia, a criação da Organização da Unidade Africana, (OUA), atual União Africana (UA), cuja finalidade era unir os países da África (tantos os já independentes, quanto os que ainda estavam sob domínio colonial) numa luta pela afirmação da soberania e identidade africana. Porém, a justificativa para unir Guiné e Cabo Verde, defendida por Amílcar Cabral, (1977:58) se apoiava além do panafricanismo, no argumento da ordem estratégica de defesa da soberania dos dois países:

¹¹ Em janeiro de 1961 a direção do PAIGC decidiu enviar um grupo de dez jovens para receber treinamento militar na República Popular da China, nomeadamente: Nino Vieira, Osvaldo Vieira, Vitorino Costa, Domingos Ramos, Manuel Saturnino Costa, Constantino Teixeira, Francisco Mendes, Rui Djassi, Hilário Rodrigues “Lolo” e Pedro Ramos. Mas, antes tinha ido a Pequim numa missão com Cabral o Joseph Turpim, Luciano Ndaw e Dauda Manbura. Sobre esse assunto ver Carvalho (2011).

¹² Sobre o Panafricanismo ver, entre outros, Dubois (1924).

Devemos, pois, tudo fazer para desenvolvimento, nos prazos mais curtos da luta nas ilhas de Cabo Verde. Isto é tanto mais necessário quanto à libertação da Guiné que não será um fato real enquanto as ilhas forem uma base portuguesa. Dada à importância estratégica destas ilhas, podemos mesmo afirmar que a sua libertação é igualmente indispensável à luta dos povos de Angola, Moçambique, África do Sul (o aeroporto da ilha do Sal é uma base sul africana) e à consolidação dos países independentes da África Ocidental, contra uma eventual agressão imperialista, que utilizaria seguramente o Arquipélago como plataforma logística. Isto dá a medida das nossas responsabilidades em presença deste problema maior, que é o desenvolvimento da luta nas ilhas de Cabo Verde.

Esse argumento na realidade era apenas um pretexto levantado por Amílcar Cabral para efetivar o seu propósito de dar independência as duas ex-colónias. Ele se sentia parte da Guiné e de Cabo Verde, e queria lutar pelas suas autodeterminações, no entanto, a única forma de fazê-la acontecer era unir as lutas. Uma das vantagens é que geograficamente são regiões próximas, além do mais, com passados escravocrata interligados além de semelhanças culturais em termos de língua, a portuguesa e a crioula. E quando se chegou à conclusão de que os requisitos necessários estavam assegurados, em 23 de Janeiro de 1963¹³, o PAIGC iniciou no sul da Guiné-Bissau, Tite, a luta armada de libertação nacional que contou com a participação de guineenses e caboverdianos.

O período pós-independência não foi bem sucedido para os movimentos de libertação, principalmente, em Angola e Moçambique, países onde os grupos políticos que tomaram parte no processo revolucionário acabaram por não se entenderem e entraram num conflito armado que durou mais de uma década¹⁴ deixando marcas profundas. Enquanto isso, na Guiné-Bissau, a indecisão sobre moldes em que se deve basear a unidade entre dois grupos nacionais era cada vez mais visível, confuso e ameaçador.

¹³ Segundo os documentos oficiais do partido, o primeiro disparo foi dado no aquartelamento de Tite pelo guerrilheiro Arafan Mané.

¹⁴ Em Angola houve o confronto militar que opunha MPLA ante UNITA e FNLA. Já em Moçambique o conflito foi entre a FRELIMO ante RENAMO.

Além das indefinições ideológicas entre e dentro dos movimentos revolucionários, Martin (1977:114) mostra que a maioria dos movimentos de libertação africanos ao assumir o poder teve enormes dificuldades em fazer a máquina pública funcionar com eficácia. As dificuldades ou desenvolvimentos limitados, verificados nas ex-colónias africanas, em sua opinião, não é nada mais do que o reflexo da dinâmica do processo colonial que criou uma série de desequilíbrios sociais, econômicos e políticos que impossibilitou as novas nações de seguirem com eficácia seus processos de desenvolvimento. No caso da Guiné-Bissau, considerada por Cabral (1977:130) “colónia de tráfico”, a situação era e ainda é pior. Em nossa opinião, o tratamento desigual dado por Portugal às suas colónias pode ser uma das explicações para compreender o desnível no atual processo de desenvolvimento das ex-colónias. Ou seja, contrariamente do que acontecia nas “colónias de povoamento”¹⁵ (Angola, Moçambique e Cabo Verde), na Guiné, Portugal não chegou a criar uma base social com competência administrativa e muito menos infra-estruturas públicas adequadas ao funcionamento do país para o período pós-colonização. Facto pelo qual, saíam pessoas de Cabo Verde e outras colónias para serem servidores públicos na Guiné. Isso porque o nível de escolaridade dos guineenses era muito baixo. Vale dizer que o grau mais alto de escolaridade na Guiné-Bissau, em 1967, era primário, até 4^a classe. Só a partir de 1968 é que passou a funcionar na então chamada Província da Guiné-Portuguesa, o primeiro colégio com o estatuto de nível médio, Honório Pereira Barreto¹⁶, atual Liceu Kwame N’Krumah.¹⁷ E mesmo com essa mudança, poucas pessoas tinham acesso à escola devido ao seu caráter elitista e seletivo, classificava a população em duas categorias sociais: os *assimilados*, que eram cerca de 1% da população e que teoricamente gozavam de direitos sociais iguais aos dos portugueses, enquanto que os *indígenas* ou *gentios*, que eram cerca de 99% da

¹⁵ A política colonial portuguesa nos territórios africanos ocupados era definida por duas formas administrativas: as colónias de povoamento, que além de suas atividades comerciais mediante a extração e exportação de matérias primas, servia também de pontos migratórios para cidadãos da metrópole, tanto é assim que, nesses lugares as condições materiais e humanas de infraestruturas físico-sociais são mais visíveis; em contraposição, nas colónias de tráfico, a extração e exportação de matérias primas eram as únicas atividades desenvolvidas.

¹⁶ Nasceu na Guiné, concretamente na cidade de Cacheu, estudou matemática em Portugal, mas, não concluiu a licenciatura devido o falecimento do pai. Voltou para Guiné e assumiu os negócios da família. Dado a sua influência social e o poder económico que tinha fora nomeado governador da Província de Guiné pela Rainha D. Maria, ver Cabral (1986:10).

¹⁷ Ver Freire (1978)

população,¹⁸ não gozavam desses direitos sociais elementares como a educação, saúde e habitação, por exemplo.

1.3. DESENVOLVIMENTO DOS CENÁRIOS

Mal começou a luta, em 1964, o partido foi obrigado a enfrentar dois aspectos fundamentais do seu propósito: primeiro foi uma *Ação Armada* – perpetrada pela Batalha de *Komo* que durou setenta e cinco dias e noites de bombardeamento, e que fez deslocar de Portugal o Estado Maior para acompanhar de perto as operações¹⁹. A quinze quilômetros da ilha de *Komo* decorria, em simultâneo, o segundo, a *Ação Política* – o I Congresso do PAIGC que ocorreu de 13 a 17 de fevereiro em Cassacá. De acordo com Pereira (2012) era apenas um encontro de grande envergadura e dada a dimensão que ganhou resolveu-se considerá-lo como o I Congresso porque foi convocado numa situação de emergência para fazer correção dos erros que alguns militantes e guerrilheiros estavam a cometer e que podia comprometer a luta. Entre os erros, estavam os desvios das orientações políticas, assassinatos das populações de cujo apoio dependia o sucesso da luta do movimento e o abuso de poder por parte de alguns comandantes da guerrilha. E para não ser desacreditado perante a massa popular decidiu convocar o seu I Congresso em Cassacá, sul do país, para deliberar os planos que pudessem dar sustentação político-militar e orientar o PAIGC rumo à independência. Eis, em resumo, os dois principais planos definidos pelo I Congresso conforme Cabral (1977):

No Plano político

- Reorganização do partido tanto na base como no nível dos órgãos dirigentes.
- Reforço do trabalho político junto às massas populares com o fim de elevar sempre o nível de consciência política dos populares.
- Liquidação das manobras do inimigo tendentes a dividir e desmobilizar o povo.

No plano militar

- Reorganização da luta armada, através da reestruturação e redistribuição das forças armadas e pela criação de comandos inter-regionais sob a orientação do Conselho de Guerra.
- Criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo.

¹⁸ Sobre essa classificação, ver Chaliand (1977).

¹⁹ Ver, entre outros, Cabral (1977), Silva^(a) (1997).

- Extensão e multiplicação das frentes de luta.
- Intensificar a frequência de ataques contra quartéis e posições portuguesas.
- Formação de quadros militares especiais e quadros destinados à luta armada nas ilhas de Cabo Verde.

Dadas as circunstâncias peculiares do país que não tinha quadros para fornecer, o PAIGC começou a se burocratizar a partir dessa primeira reunião magna, que o permitiu criar estruturas hierarquizadas com vista a coordenar suas ações em diferentes localidades onde estavam implantadas suas bases. Essa atitude fora decisiva, pois, permitiu a continuidade da luta e garantiu mecanismos que dinamizaram o funcionamento do movimento, tanto em termos de controle da relação que os guerrilheiros mantiveram com a sociedade, quanto no que diz respeito ao desempenho organizacional e suas conquistas diplomáticas. A partir desse momento o movimento se constituiu de dois corpos, civil e militar, sendo que a responsabilidade de coordenar e fazer a máquina funcionar era da alçada do primeiro. Entretanto, além dessas deliberações para dinamizar a luta, a direção do movimento decidiu punir os militantes que punham em causa o sucesso de sua luta. De acordo com Tomás (2007:178-179):

No dia 17 de fevereiro, Amílcar Cabral reuniu todos os militantes presentes para o encerramento do Congresso. Leu as conclusões finais e só depois passou a denunciar os criminosos, não sem que antes, democraticamente, desse a palavra a alguns dos presentes para se pronunciarem sobre o destino a dar aos prevaricadores. Os que estavam presentes no local foram presos, e mais tarde reabilitados pelo partido. E foram igualmente condenados os que nem sequer se tinham dado ao trabalho de se deslocar a Cassacá, mas cujas façanhas tinham sido reveladas. Constituíram comissões para que fossem julgados nos sítios onde estivessem. De entre estes, alguns seriam reabilitados mais tarde, mas outros, pelo menos dois, seriam fuzilados diante das populações que haviam maltratado.

Com o encerramento dos trabalhos do congresso os dirigentes do PAIGC pensavam que tinham resolvido os problemas que poderiam fragilizar os objetivos do partido. Obviamente, durante certo período, as contradições foram tacitamente abafadas, e o objetivo comum que era – expulsar o colonialismo português fora atingido.

Em 1970 numa reunião alargada que ocorreu de 12 a 15 de abril o movimento reforçou as deliberações de Cassacá com a criação de mais órgãos que dariam sustentação as suas ações políticas, militares e administrativas. Entre estas estão o Conselho Superior da Luta, (CSL), Comitê Executivo de Luta, (CEL), Comitês Nacionais das Regiões Libertadas, (CNRL) e Forças Armadas Locais, (FAL).

De acordo com o relatório de janeiro 1973, redigido por Amílcar Cabral sobre a situação de luta, dois acontecimentos foram destacados nas ações do movimento: o primeiro considerado como o grande progresso político-militar foi a visita em abril de 1972 da Missão Especial das Nações Unidas às regiões sob o controle do PAIGC, denominada de zonas libertadas. Essa visita resultou depois na legitimação do PAIGC durante a Assembléia Geral da ONU na sessão XXVII^a que autorizou seus organismos especializados a cooperarem com o PAIGC para o aperfeiçoamento das condições de vida material e cultural na qual estava implantada uma vida administrativa que assegurava a criação do bem-estar social às populações das zonas libertadas. O segundo foi a criação da Assembléia Nacional Popular, (ANP), da Guiné. Ou seja, a realização da primeira Constituinte que teve a participação de 120 representantes eleitos pelo povo. Eis o que Cabral (1977:207) enfatizava sobre a necessidade da criação do órgão que represente a vontade do povo guineense:

A situação existente na Guiné desde 1968, a qual é o resultado da luta de libertação nacional do nosso povo, sob a direção do PAIGC, é comparável à situação de um estado independente que tem uma parte do território nacional, especialmente os centros urbanos, ocupados por forças militares estrangeiras. Dezenas de observadores insuspeitos, de várias nacionalidades e de diversas profissões, puderam visitar o nosso país, a seu pedido ou a nosso convite, tendo feito testemunhos irrefutáveis (verbais, escritos, fotográficos e cinematográficos) sobre a situação real aí existente: vastas regiões foram libertadas do jugo colonial, e uma vida nova, política, administrativa, econômica, social e cultural está a desenvolver-se nessas regiões, enquanto as forças patrióticas, apoiadas pelas populações, se batem com êxito contra os colonialistas para terminarem a libertação do país.

Desse modo, e com base nas teorias sobre os partidos políticos Michells (1964), Duverger (1980) e Sartori (1982), podemos afirmar que a realização dessa primeira Constituinte legitimou a existência do PAIGC como partido político. Deixando, portanto, de ser um movimento revolucionário. Teoricamente, não se pode falar da existência de partido no contexto moderno, seja ela no modelo capitalista ou socialista, sem antes pensar numa arena representativa própria de tomada de decisões. Ou seja, de acordo com a literatura especializada, o nascimento dos partidos modernos está associado à existência de um parlamento. Como salientou Amílcar Cabral, apesar de desde 1968 existir todo o aparato institucional e burocrático, faltava o primordial ao PAIGC, a legitimação popular de seu poder.

Entre os movimentos de libertação das então colónias portuguesas, o PAIGC foi o que mais apresentou conflitos internos. A violência dos conflitos se tornou visível com o assassinato de seu principal líder e fundador das nacionalidades guineense e caboverdiana, Amílcar Cabral, no dia 20 de janeiro de 1973 em Guiné-Conacri. Esse facto ocorreu às vésperas da proclamação unilateral da independência pelo PAIGC do Estado da Guiné-Bissau. O autor dos disparos foi o guineense Inocêncio Cani, que desempenhava a função de Comandante de Marinha de Guerra e um dos líderes do grupo de guineenses contrário à unidade com caboverdianos. E mesmo com esse facto, o partido não colocou em debate a situação da unidade. Preferiu afirmar que Amílcar Cabral fora assassinado a mando da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança, (PIDE/DGS), órgão do governo colonial que já havia tentado o assassinato de Amílcar Cabral em diversos momentos, entre os quais, na missão à Guiné-Conakri em novembro de 1972 batizada com o nome de Operação Mar Verde²⁰. É verdade que não se podia descartar essa possibilidade, mas era necessário, nessa altura, começar a encerrar com maior responsabilidade e prudência a exacerbação de conflito no partido.

Em julho de 1973, após seis meses do assassinato de Amílcar Cabral, o partido realizou o seu II Congresso no leste da Guiné para tentar resolver a crise interna e escolher um novo secretário-geral (SG). Nessa reunião Pereira (2012: 180), fora eleito Aristides

²⁰ A operação Mar Verde foi um assalto de tropas portuguesas, na sua grande maioria comandos africanos a serviço do governo colonial, à Guiné-Conakri, em 22 de novembro de 1970. De acordo com os planos da operação, o objetivo era assassinar ou prender Amílcar Cabral, derrubar o presidente Sékou Touré e libertar cerca de 18 prisioneiros portugueses numa prisão no local denominado montanha.

Pereira para o cargo ante um aparente inconformismo de um grupo de guineenses liderado por Fidélis Cabral D'Almada que se posicionara a favor a eleição de João Bernardo Vieira (Nino Vieira), que aliás recusou apresentar a candidatura ao cargo. Em 24 de setembro do mesmo ano foi proclamada a independência unilateral nas Colinas de Boé, leste da Guiné-Bissau, na voz do primeiro presidente da ANP, João Bernardo Vieira (Nino Vieira), que também deu posse ao primeiro presidente da Guiné independente, o irmão mais novo de Amílcar Cabral, Luís Cabral. A atitude de o PAIGC decidir unilateralmente proclamar a independência era apenas uma estratégia política para demonstrar a comunidade internacional que tinha controle sobre parte considerável do território e que Portugal seja pressionado a reconhecer Guiné e Cabo Verde como Estados independentes. Portugal não cedeu à pressão e a sua posição só se alterou com o golpe de Estado que derrubou o regime de Salazar em 25 de abril de 1974 e abriu espaço de negociação entre as partes beligerantes. Conforme Hobsbawm (2008: 436), 25 de abril foi engendrado por causa das longas e frustrantes guerras que o exército português manteve contra guerrilhas de libertação em África, sobretudo, na pequena colónia da Guiné, onde o talvez mais hábil de todos os líderes libertadores africanos, Amílcar Cabral, os levava a um impasse. Não obstante, em 10 de setembro de 1974, em Argel²¹, foi assinado o acordo de paz, e Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau e, conseqüentemente, o PAIGC como o único responsável pela vida política, social e económica do novo Estado.

1.4. ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

O surgimento de um partido segundo a classificação de Duverger (1980) está vinculado a duas origens: parlamentar e/ou externa. E o PAIGC enquadra na segunda classificação. Conforme colocamos acima, surgiu na clandestinidade num contexto antiparlamentar, ou seja, de colonização onde não havia o parlamento e, muito menos, a existência legítima de organizações políticas contrárias às determinações da metrópole. Porém, a única estrutura burocrática de Portugal era suas forças armadas, cuja missão se acentuava mais na repressão como mecanismo de tornar os nativos submissos as suas pretensões.

²¹ Sobre o acordo de Argel (capital de Argélia) ver anexo I.

Numa perspectiva analítica em termos de personalidade jurídica, PAIGC passou a existir como partido político dezesseis anos após a sua fundação como movimento revolucionário. Essa mudança ocorreu com a criação de uma Assembleia Nacional Popular, (ANP), unipartidária da Guiné em 1972, que elegeu 120 deputados entre os quais 80 fora eleito entre massas populares e 40 entre quadros políticos e militares do partido. Conforme a explicação de Amílcar Cabral (1977:207-208), a situação jurídica do PAIGC até antes dessa Constituinte se apresentava dessa forma:

(...) enquanto o povo dispõe, desde há anos, de instituições políticas, administrativas, judiciárias, militares, sociais e culturais – por conseguinte, de um Estado – e é livre e soberano em mais de dois terços do território nacional, ele não tem uma personalidade jurídica no plano internacional, e a realização da primeira Assembleia Nacional Popular proporcionou ao PAIGC a ter uma personalidade jurídica de partido político e do legítimo representante do povo da Guiné e Cabo-Verde²².

Esse evento era nada mais que a consolidação do poder do partido junto às massas, por um lado, e por outro lado, visava reforçar sua legitimidade no plano internacional como o único representante que deveria negociar a independência. Abertamente era uma estratégia para vedar qualquer possibilidade de outros movimentos existentes participassem no processo negocial da independência ou de terem acesso à tomada de decisão. Entretanto, essa aparente negação de espaço a outros grupos foi caracterizado por Cohan (1981:23) como desvio dos ideais revolucionários. Ele afirma que reduzir a dimensão da alteração da elite a uma simples mudança no quadro do pessoal é enfraquecer o conceito de revolução. Considera que a mudança de pessoal pode fazer parte de uma situação revolucionária, mas afigurar-se-ia insuficiente como único ou abrangente indicador de uma revolução. Defende a necessidade da substituição do sistema colonial, mas, sustenta que por si só, era insuficiente para responder as exigências da revolução sem que sejam criados mecanismos e oportunidades de integração de outros grupos existentes.

²² Grifo meu

A independência resultou na substituição da administração (ou elite) portuguesa pelos guerrilheiros do PAIGC que passou a controlar a vida política nacional. E, durante a sua gestão, a legenda apresentou, além de outras situações, um quadro de conflito interno decorrente do modelo político instaurado, que era fechado e que procurava na perseguição e repressão aparatos para manter o controle do poder. Este mecanismo em certa medida também corroborou com as dificuldades que o partido encontrou para implementar seu programa de governo. Chaliand (1977) e Santiago (1977) relacionam fracassos de movimentos de libertação em África a escolha do modelo político que se aproximava ao do regime comunista da ex-URSS, República Democrática Alemã e outros países da Europa de leste²³ e Cuba.

Contrariamente a observação acima, Cabral (1977) sempre negou ser o PAIGC uma organização socialista e defendia o princípio de não alinhados. Nas suas afirmações, sempre procurou mostrar que o partido tem recebido apoios tanto dos países socialistas, quanto de países e organizações humanitárias de países capitalistas, como são os casos da Suécia, Noruega e organizações humanitárias da França, Grã-Bretanha e Holanda. E sobre esse assunto podemos observar a leitura feita por Tomás (2007:246-247):

Uma das grandes lutas de Cabral foi a perseverança em não se identificar com quaisquer ideologias, nem se situar à esquerda ou à direita. É certo que os seus primeiros e mais significativos apoios vieram de países do bloco comunista. Afinal, revoluções comunistas, inspiradas em Marx, Lenine ou Mao, partilhavam com os movimentos de libertação a mesma matriz teórica. Da União Soviética, da República Democrática Alemã, da Bulgária ou da Jugoslávia, o PAIGC recebia grande parte da ajuda, não apenas material de guerra, mas também meios sanitários, alimentos e instrução, sob a forma de atribuição de bolsas de estudo. E não é menos verdade que, algumas vezes, perante certas audiências nestes países, Amílcar Cabral usou certos chavões que contribuíram para que alguns ocidentais o considerassem comunista.

²³ Sobre regime comunista, ver Raimundo Aron (1966).

Entretanto, para críticos do regime de partido único, entre os quais, Huntington (1994) o método administrativo de controle da violência da ditadura é sem dúvida o grande empecilho para a progressão do regime, principalmente, no que concerne o respeito pelos valores humanos e liberdade de crença. Diferentemente de Huntington, e sem negar os efeitos nefastos da ditadura, Aron (1966:84) afirma que não pode exigir de regimes unipartidários comportamentos que constituem a essência dos regimes multipartidários, como o respeito pela legalidade, pela moderação, ou o respeito pelos interesses e pelas crenças dos grupos. Elementos que na observação de Dahl (2005) são indispensáveis para a existência da democracia, porque são pressupostos que garantem a participação e oposição.

O reflexo negativo do comportamento autoritário na opinião de Chaliand (1977:197-198) ajudou a enfraquecer os movimentos de libertação na África. Segundo ele, as fraquezas desses movimentos resumem-se nos seguintes fatores observáveis: a) a falta de inserção no País ou na revolução, ou seja, muitas pessoas foram forçadas ao exílio devido às brigas entre a elite que estava no poder e seus opositores²⁴; b) o fraco conhecimento das realidades locais, ou o que ele chamou da revolução em teoria, a fraqueza geral do nível dos quadros que apresentaram a incapacidade de formular uma estratégia corrente, adaptada a realidade local²⁵ e; c) a ausência de nação, mesmo em formação. O tribalismo, frequentemente negligenciado ou negado, pelo menos nos discursos e textos oficiais dos movimentos, é outra desvantagem que explica os insucessos das revoluções. Entretanto, cumpre-se salientar que, a África, desde meados da década de 60 até finais da de 80, vivia, em grande parte, sob o regime do partido único com tendências socialistas, considerando que foram períodos da Guerra Fria, onde a ex-União Soviética foi a principal patrocinadora do fim do imperialismo no continente.

Os partidos com tendência socialista, como é o caso do PAIGC durante o período em estudo, segundo Duverger (1980:294) apresentam uma característica centralizadora de controle administrativo. Os principais chefes políticos, administrativos e económicos

²⁴ Nesse caso temos como referências a UNITA em Angola, RENAMO em Moçambique e FLING na Guiné-Bissau, grupos que não conseguiram coabitar democraticamente com os movimentos que se assumiram como os únicos e legítimos protagonistas da independência de seus países. Sobre descolonização e movimentos de libertação ver Chaliand (1977) e Santiago (org) (1977).

²⁵ A alta taxa do analfabetismo pode ser uma das explicações. No caso da Guiné-Bissau a crônica instabilidade política que ainda se vivencia pode ser associada ao despreparo técnico-profissional dos administradores públicos, reflexo que advém do processo da formação colonial.

são tirados do partido, mas o próprio partido, como corpo, nunca cessa de controlar todos os órgãos do Estado. A sua função não é tanto administrar quanto garantir o dinamismo da administração e verificar-lhe a fidelidade. Os representantes do partido têm assento em toda parte, desde os conselhos ministeriais até os menores comitês: sindicatos, cooperativas, movimentos sociais e grupos culturais²⁶. Nessa mesma perspectiva, Sartori (1982:66) enfatiza que, num sistema de partido único, o cargo público é, em geral, um subproduto do cargo partidário, o que não significa, porém, que todos os funcionários têm de ser membros do partido. Essa estrutura serve como mecanismo de manter a lealdade dos militantes, além de reforçar o sistema de segurança do regime. Conforme Arendt (1989:431-432), o principal valor da estrutura organizacional e dos padrões morais das organizações autoritárias não está na garantia intrínseca de participação incondicional e lealdade incondicional, nem na manifestação organizacional de hostilidade cega contra o mundo exterior, mas na sua incomparável capacidade de estabelecer e proteger o mundo fictício por meio de constantes mentiras em benefício do líder.

Nessas circunstâncias, no período da ditadura militar foram verificados principalmente, nos países como; Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, “ambos, ex-colônias portuguesa na África”, os líderes além de acumular os cargos de chefe do partido e presidente da República²⁷, toda a resposta de como deve funcionar o governo era esperada deles. E essa situação lhes dava a possibilidade de transformar não só o partido como também o governo e uma parte da sociedade em clientelas. Segundo Duverger (1980:218-294), o chefe no modelo de partido único é tido como onisciente, onipotente, infalível, infinitamente bom e sábio: toda palavra que sai da sua boca constitui a verdade; toda vontade que dele emana é a lei do partido. Ainda afirma que o uso da força repressora nos regimes de partido único pode ser observado como um complemento às técnicas de persuasão moderna. Na sua concepção, o partido único

²⁶ A maior e a primeira central sindical do país, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), foi fundada pelo PAIGC, sob a coordenação de Luís Cabral, em 18 de maio de 1961, em Conakri, pouco antes do início da luta de libertação nacional, e era um dos poderosos instrumentos do partido de controle da massa.

²⁷ Na Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira ocupou o cargo de presidente da República e do secretário-geral do PAIGC; em Angola, José Eduardo, também desempenhou as mesmas funções Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); em Moçambique, Joaquim Chissano, também foi presidente da República e da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Aristides Pereira presidente da República e do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e Manuel Pinto da Costa, presidente da República e do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

também usa as formas modernas de persuasão sobre as massas, mas como essa técnica isoladamente não basta, daí a necessidade de acompanhá-la com vigilância e repressão.

Muito antes do surgimento dos partidos políticos modernos, que, de acordo com a afirmação de Duverger (1980), datam apenas de um século, alguns estudos apontaram que sempre existiram na história da humanidade grupos políticos empenhados na luta pelo poder, mas, no entanto, o que distingue esses grupos (facções podem ser um dos exemplos) de partidos políticos modernos é a capacidade organizativa. Ou seja, a capacidade organizativa dos partidos políticos modernos se enquadra no decurso do desenvolvimento da burocracia, que na opinião de Weber (1999) pode ser observado como base comum do Estado moderno, tanto no aspecto público, cultural, militar, quanto no de economia privada capitalista. Ainda de acordo com Weber, o que distingue os partidos políticos de outras organizações, é que os partidos são essencialmente organizações voluntárias baseadas no recrutamento sempre renovado dos militantes.

Nessa perspectiva, Seiler (2000:25) vai definir partido como organização que visa mobilizar indivíduos numa ação coletiva conduzida contra outros, paralelamente mobilizados, a fim de alcançarem sozinhos ou em coalizão, o governo. De acordo com Lapalombara e Weiner, apud Seiler (2000:11) um grupo só pode ser considerado como partido político quando são identificadas as seguintes condições:

- Continuidade como organização, isto é, uma organização cuja esperança de vida não dependa da dos seus dirigentes;
- Uma organização visível com uma presença permanente a nível nacional, dotada de comunicações regulares e de outros modos de relações entre elementos locais e regionais;

No geral, as duas condições, além de poder ser aplicadas as outras organizações, mostram que o partido é uma organização que tende a lutar incessantemente para conquistar, manter e renovar o seu quadro político, isso tanto em regimes de partido único como em regimes multipartidários. Ou seja, o seu domínio sobre o poder repousa fundamentalmente na eficiência de sua capacidade organizativa, como Panebianco afirma, quando relaciona que a sobrevivência da organização partidária, em certos casos, depende do seu controle sobre o ambiente no qual ele opera.

Além de ser uma organização para concessão de cargos públicos, Weber (1999), Panebianco (2005) e Sartori (1980) fundamentam que, aos partidos são creditados o papel de agregar e canalizar as demandas da sociedade civil perante o Estado e vice-versa. Mas, no entanto, esse papel nem sempre consegue satisfazer os propósitos pelo qual a organização existe, o que determina seu desgaste perante a opinião pública. O PAIGC não cedeu espaço a outras forças políticas porque simplesmente quis, mas ele foi forçado pelos contextos interno e internacional. No que diz respeito a este último contexto, Huntington (1994) o denomina de “*Terceira Onda da Democracia*”, o qual teve início em Portugal com a Revolução dos Cravos e passou por países como Brasil, Argentina e atingiu países africanos no início da década de 90. No caso da Guiné-Bissau de modo particular e dos países africanos de um modo geral, a aderência ao regime democrático foi condicionada a ajuda externa, visto que são países cujos orçamentos de Estados dependem essencialmente das negociações com agências econômicas internacionais, caso do BM e FMI, por exemplo. Além dessa imposição exógena, internamente houve um tímido movimento da sociedade civil, sobretudo, impulsionado pelo surgimento de um grupo político denominado Resistência de Guiné-Bissau/Movimento Bafatâ (RGB/MB) em exílio em Portugal, e que centrava a sua ação política nas exigência de mudança do regime e comportamento político pegessista.

Para fins de uma melhor compreensão do que são partidos políticos, que vai muito além de uma simples definição, precisamos observar a forma como eles são organizados interna e externamente. Só a partir do conhecimento da dimensão organizacional podemos entender de que forma se dão às relações de poder e os objetivos pelo qual são criados. A propósito, a explicação dada por Duverger (1980:20-21) nos dá a base para entender a condição em que nasceram os partidos modernos. Ocorreu a partir de uma identificação de diferentes princípios ideológicos entre os deputados franceses que observaram na coalizão a forma mais eficaz para garantir seus interesses pessoais e regionais, como afirma o autor:

(...) o nascimento dos partidos no âmbito da Constituinte francesa de 1789 proporcionou um bom exemplo, (...) muito naturalmente, os eleitos de uma mesma região tendem a se reunir a fim de escaparem à impressão de isolamento que os invade e de prepararem ao mesmo tempo a defesa dos seus interesses locais: a

iniciativa é tomada pelos deputados bretões, que alugam uma sala de café e organizam entre eles reuniões regulares (1980:20-21).

Contudo, e de acordo com Panebianco (2005:3-4), há uma evidente resistência dos teóricos contemporâneos em não conceberem partidos como organização. Segundo ele, isso advém de preconceitos, de hábitos mentais difundidos na literatura sobre partidos, e que se acentua em dois tipos observáveis que são: o *preconceito sociológico* e o *teleológico*. O primeiro, segundo ele, consiste em abordagens que tratam partidos como manifestações das divisões sociais em âmbito político²⁸. Fato que ele observou como equívoco. Alegou que não se pode compreender o comportamento dos partidos a partir dos fins sociográficos, com ênfase na sua composição social predominante dos eleitores, o que em certos casos, conduz às seguintes consequências interpretativas: como a de conceber os conflitos internos da legenda exclusivamente como conflitos entre representantes de interesses sociais diferentes, e por outro lado, de atribuir a eventuais desvios entre a composição do eleitorado e a composição dos filiados, dos militantes e dos militantes eleitos dos partidos a causa de “distorções” na representação dos interesses sociais. A síntese dessa observação reside em explicar que o preconceito sociológico não explica a existência de uma relação complexa entre partidos e o sistema das desigualdades sociais. A conclusão mostra que o partido como organização é um sistema autônomo de desigualdades cujas tensões são recorrentes ao sistema. Antes de Panebianco, Michels (s/d:240) já havia dito que um partido não deveria ser visto como uma unidade social e nem como uma unidade econômica, mas pelo seu conteúdo programático.

Sobre o preconceito teleológico, Panebianco refuta a idéia de conceber partidos como organizações constituídas em vista de objetivos específicos, situação que geralmente os levam a uma representação dicotômica (partidos burgueses ou partidos de direita; e partidos operários ou de esquerda) quanto ao seu objetivo mínimo, que é a vitória eleitoral. Para ele, não se pode definir uma organização ou uma empresa apenas pelo seu ambiente específico no qual desenvolvem uma atividade específica, da mesma forma que os objetivos dos partidos não podem ser predeterminados. Os partidos se

²⁸ Essa “crítica” em minha opinião, questiona a definição ou explicação que Duverger (1980:52) deu sobre partidos políticos. Segundo ele, um partido é um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (seções, comitês, associações locais, etc) ligados por instituições coordenadoras.

distinguem de outras organizações, diz Panebianco (2005:11), porque somente eles atuam na arena eleitoral disputando votos dos eleitorados.

Entretanto, ao debater os dois modelos de organização, o natural e o racional, coloca em questão a possibilidade levantada por alguns estudiosos que costumam apresentar os dois modelos numa situação antagônica, em que geralmente, um exclui o outro. Para sustentar o seu argumento, buscou na explicação de Michels a definição que sustenta os dois modelos como um processo evolutivo pelo qual uma organização naturalmente passa: as organizações nascem efetivamente para a realização de certos objetivos, que são comuns aos participantes e em relação aos quais é forjada a fisionomia organizativa. Porém, com o passar do tempo, elas desenvolvem tendências no seu próprio interior, seja para a autoconservação, seja para a diversificação dos diferentes agentes organizativos. Nesse sentido, Panebianco quer nos levar a crer que o equilíbrio de uma organização não depende apenas de um dos dois modelos (natural ou racional), mas do modo pelo qual os líderes fazem a mediação entre as demandas específicas em disputas.

O entendimento das demandas em disputa pode ser compreendido na forma como se distribui os “*incentivos coletivos e seletivos*”, que segundo ele é o instrumento regulador da contradição interna da legenda:

A necessidade que o partido tem de distribuir, mesmo que em combinações variáveis, incentivos de um ou de outro tipo comporta, ao mesmo tempo, um dilema organizativo: os dois tipos de incentivo estão em contradição recíproca. Se a organização distribui muitos incentivos seletivos de forma demasiadamente visível, isso tira a credibilidade do mito da organização como instrumento totalmente voltado para a realização de “causa” (isto é, enfraquece a sua capacidade de distribuir incentivos coletivos). Por outro lado, se a ênfase se desloca muito para incentivos coletivos, a continuidade organizativa (garantida principalmente pelos incentivos seletivos) fica comprometida. A organização deve, portanto, equilibrar a exigência de satisfazer interesses individuais por meio dos incentivos seletivos e a exigência de alimentar as lealdades organizativas que dependem dos incentivos coletivos (2005: 19-20).

No caso específico do PAIGC, incentivos eram, ou melhor, são distribuídos entre “camaradas” tendo como pressuposto a participação na luta pela libertação nacional. E, um dos maiores entraves estava em conciliar os interesses de guineenses e caboverdianos. As dificuldades em gerenciar os incentivos, historicamente, fez dos conflitos, por vezes violentos, a “forma natural” de ascensão ao poder. Tanto durante o momento de sua resistência contra a ocupação colonial portuguesa, que resultou em vários casos de assassinatos, quanto no período pós-independência, que igualmente fora marcada pelas lutas e tensões entre clivagens guinéu-caboverdiana no primeiro momento, depois entre os próprios guineenses até os dias de hoje. No primeiro momento, os guineenses se sentiam injustiçados e procuravam no poder das armas o mecanismo para assumir a liderança da organização. Essa disputa fragilizou o partido, tanto é que, dos dois grandes objetivos estatutários a cumprir (libertar o país da colonização e depois colocá-lo nos trilhos do desenvolvimento), o partido apenas conseguiu atingir o primeiro, considerado pelo seu programa de objetivo menor. O outro considerado objetivo maior esbarrou nos conflitos e na estrutura organizativa do partido que era fechada e autoritária. Mas, o maior entrave à pressucção do objetivo foi a luta pelo poder mediante uso de mecanismos violentos que se traduz em assassinatos e golpes de Estado. Entretanto, é bom salientar que o objetivo mínimo fora atingido sob grandes disputas internas e antagonismo sócio-cultural, sobretudo entre os militantes das alas guineense e caboverdiana. Afirma-se que o sucesso de expulsar as forças portuguesas fora atingido porque existia uma razoável consciência e entendimento de que era necessário derrotar um inimigo comum que eram os colonialistas, e depois, resolver questões internas de luta pelo poder. Resumidamente, podemos afirmar que, muito embora o fim da colonização fora visto como necessário para afirmação e autodeterminação da sociedade guineense, a verdade é que, na prática, o mesmo não foi suficiente para construir uma Nação, conforme eram os objetivos preconizados pelo PAIGC no seu programa. Pois, a fomentação da divisão, começou com sentimento anticaboverdiano, depois com a ruptura do pacto, passou a instrumentalização de cunho étnico-religiosa que foi e ainda nos dias atuais o maior empecilho ao sonho de desenvolver o país e consolidar o processo democrático em curso.

O reconhecimento da independência em 1974 fez o país transitar apenas da colonização para outro modelo político semelhante de repressão, a ditadura. No recém instalado regime, foi mantido todo o aparato repressivo do sistema colonial, denúncias,

intrigas, represálias, prisões arbitrárias e assassinatos. A continuidade da polícia política que coage e reprime qualquer tipo de manifestação contrária à ideologia do partido seguia padrões do modelo da extinta Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) da época colonial. Mas, mais do que forçar obediência a população, o maior desafio do partido foi gerenciar interesses internos e distribuir cargos públicos que a sua ascensão ao poder lhe colocava nas mãos. Era evidente a precariedade da estrutura administrativa herdada, pois, a colonização não só deixou o país pobre social e economicamente, como também criou cisões e um estado de mal-estar profundo entre militantes do PAIGC, principalmente, guineenses e caboverdianos. E, por ser um partido revolucionário, requisito definido para ocupação dos cargos públicos, tanto no partido quanto no governo, equivaleria na maioria dos casos, à participação de “destaque” na luta a ocupação colonial portuguesa. Essa atitude além de fragilizar a revolução em termos dos objetivos preconizados, permitiu que os detentores usassem o poder para benefícios próprios em detrimento do bem comum. Situação que reforçou o acirramento de disputa e conflito entre as tendências no interior e fora da legenda. Houve casos em que a meritocracia guerrilheira permitiu que pessoas sem quase nenhum preparo político-administrativa assumissem cargos públicos que exigissem um elevado grau de conhecimento administrativo²⁹. Este cenário resultou gradativamente na decadência de ações práticas do partido, e conseqüentemente, no aumento de contestação social, mesmo a revelia do regime, por parte de alguns descontentes que não estavam satisfeitos com a forma pela qual o país estava sendo conduzido. Entre os quais, estavam Rafael Barbosa, João da Costa e outros militantes históricos do partido, que por inconformismo com a situação criada decidiram fundar posteriormente suas forças políticas, como foram os casos da Frente Democrática Social (FDS) e do Partido de Renovação Democrática (PRD).

De acordo com Panebianco (2005:21-25-26), a identidade de uma organização só pode ser mantida a partir da construção de uma ideologia forte que sustenta incentivos coletivos e oculta a distribuição dos incentivos seletivos não só aos olhos dos que não são beneficiados na organização, mas, frequentemente, também aos olhos dos próprios

²⁹ Cargos como de presidente da República, de ministros, de governador das regiões, de chefias militares e de outras instituições ligadas ao Estado até hoje ainda estão sendo ocupados por pessoas sem competência político-administrativa.

beneficiados. Nesse sentido, a manutenção desse ambiente ajuda a organização a assegurar a própria sobrevivência, mediante o equilíbrio das demandas, o que lhe permite garantir os interesses e a continuidade organizativa. E cabe aos líderes dos partidos criarem condições para não colocar em risco a estabilidade organizativa com estratégias ofensivas de conquista, que pode igualmente suscitar reações ofensivas. O que não significa dizer, que o partido deve se adaptar passivamente ao próprio ambiente, mas, ele deve desenvolver atividades que o levem a dominá-lo, a conduzi-lo na direção indicada pelos seus objetivos especiais. Grosso modo, os interesses pela autoconservação, alimentados pelos incentivos seletivos, levam a organização a se adaptar ao próprio ambiente. Por outro lado, as lealdades relacionadas aos incentivos coletivos por intermédio da ideologia, levam-na a dominar o próprio ambiente.

O domínio dos partidos sobre o ambiente também foi observado por Panebianco (2005:26-27) na perspectiva de liberdade de ação ou de coerção que os líderes estão sujeitos dentro da própria organização. Dois pontos de vista foram apontados como exemplos explicativos sobre o papel dos líderes no comando da organização. Segundo ele:

(...) para uns, a liberdade de ação dos líderes é muito ampla: nessa perspectiva, cabem a eles todas as decisões-chaves, da definição dos objetivos organizativos à gestão das relações com as outras organizações, às decisões sobre a ordem interna do partido. Para outros, ao contrario, a “liberdade de ação” dos líderes é mais aparente do que real: os líderes se movem em trilhos estreitos e obrigatórios; a organização se impõe com as próprias exigências; as estratégias disponíveis são, na verdade, predeterminadas pelas características da organização e pelas coerções ambientais.

Observando os dois pontos de vista, podemos relacionar o primeiro caso a modelos de partido único, onde geralmente o líder goza de plenos poderes para articular e conduzir a organização de acordo com o próprio interesse, só que, contrariamente, o mesmo já não se verifica no modelo democrático, onde, por exemplo, existem mecanismos legais para controlar interesses do líder, e o processo de seleção de candidatos pode ser um dos exemplos.

Ao discorrer sobre os objetivos dos partidos, Panebianco (2005:31-33-34) procurou se distanciar da tese de Michels, que considera que nas organizações consolidadas existe um processo de substituição dos fins, ou seja, o fim oficial é naturalmente abandonado em detrimento do fim real. E procurou encontrar resposta na análise feita por Theodore Lowi que contraria o argumento anterior ao afirmar que o que existe é apenas um processo de articulação dos fins. O objetivo oficial pelo qual uma organização nasce nunca é abandonado, simplesmente é adaptado a exigências organizativas. Para ele, não existe um princípio fixo que caracterize a evolução organizativa dos partidos ou de qualquer outra organização. Todavia, admite-se que cada caso deve ser observado de modo particular, sempre levando em consideração um tipo ideal que consiste em avaliar os afastamentos, os desvios próprios da evolução histórica concreta. Somente a partir disso será possível observar as causas que explicam a efetiva configuração de uma evolução organizativa.

Para compreender a evolução organizativa de qualquer instituição, no caso específico, dos partidos políticos, tanto do ponto de vista de sua coesão interna, quanto de seu fragmento precisa-se, sobretudo, avaliar os dois sistemas presentes em qualquer organização, que são: de solidariedade e de interesse. No primeiro caso prevalece uma coesão sólida cujo objetivo recai na realização de um determinado fim proposto. Diferentemente, no segundo, a competição pelo domínio da liderança deixa mais visível a divergência de interesses e, no caso do PAIGC, proporcionou tomada de medidas extremas. A explicação de como a evolução desses dois sistemas se manifesta no interior de uma organização é dada na teoria elaborada por Pizzorno apud Panebianco (2005: 35-36):

(...) Quando um partido político se constitui, ele é uma “associação entre iguais”, organizada para a realização de um fim comum. Trata-se de sistema de solidariedade. Portanto, o nascimento de um partido está sempre associado à formação de “áreas de igualdade”. E, por ser inerente ao fenômeno participativo, o fato de a “participação se dar sempre entre iguais”, de o partido surgir como sistema de solidariedade explica a intensa igualdade inicial. Porém, com o passar do tempo, o partido tende a transformar-se de sistema de solidariedade em sistema de interesses: com a burocratização e o progressivo envolvimento na

rotina quotidiana, a organização se diversifica no seu interior, criando, sobre as cinzas da igualdade inicial, novas desigualdades. A curva da participação tende, portanto, a declinar. Além disso, esse processo implica a passagem de uma participação do tipo movimento social, própria do partido como sistema de solidariedade, a uma participação profissional, própria do partido como sistemas de interesses.

Essa demonstração ou tipologia de participação política no interior das organizações nos oferece algumas condições para compreender, em partes, os fragmentos e conflitos pelos quais o PAIGC enfrentou antes e pós-independência. O partido nasceu e desenvolveu um forte sistema de solidariedade, motivo pelo qual não só “conseguiu agregar” a complexa diversidade cultural da Guiné, como conseguiu a priori uni-la aos interesses da sociedade caboverdiana, que também era dominado por Portugal. E como existe uma tendência natural a declínio na coesão de qualquer organização, a solidariedade durou enquanto o partido estava a travar a luta para derrubar o regime colonial – objetivo comum a todos. No entanto, a conquista da independência pode ser observada como o limiar de um novo cenário de conflito e participação no interior da legenda, visto que, surgiu uma nova exigência que não só modificou a estrutura burocrática do partido como também aumentou a sua responsabilidade, principalmente, na distribuição de cargos públicos. Em partes, a chegada ao poder deixou mais visível os interesses antagônicos. De um lado, estava a relação entre os segmentos sociais e étnicos que formam o mosaico sócio-cultural da Guiné-Bissau, e do outro, estava à manutenção e o equilíbrio de interesses entre Guiné e Cabo Verde. Apesar de que, na segunda situação, a elite política do partido sempre acobertou a disputa existente entre as lideranças dos dois países, porque entendia que isso poderia comprometer a idéia de unidade entre os dois povos sempre defendida por Cabral. De acordo com o historiador Amado³⁰, a estratégia política de Portugal colonial foi responsável pela divisão e conflito entre guineenses e cabo-verdianos. Segundo ele:

³⁰ Acessado em 15 de março de 2008, no site www.didinho.org

A política colonial portuguesa, dividindo para reinar, criara uma diferenciação entre caboverdianos e guineenses. Os primeiros, mestiços na sua grande maioria e mais escolarizados, são os preferidos da administração do Estado Novo. Desempenham os cargos menos desqualificados, usufruem um tratamento preferencial. Quando se constitui o PAIGC, os quadros dirigentes são caboverdianos, os combatentes são guineenses. O próprio Amílcar Cabral, embora nascido na Guiné, é considerado cabo-verdiano. As tensões, os conflitos no interior do PAIGC existiram sempre. Em 1973, a guerra de libertação nacional encaminha-se para a vitória. Os dirigentes políticos continuam a ser caboverdianos. É provável que a proximidade do êxito extremasse a confrontação no Partido.

A ordem organizativa de um partido, no caso específico do PAIGC, pode ser examinada de acordo com Panebianco e com base na teoria “*lei férrea da oligarquia*” de Michels a partir da investigação de sua estrutura interna de poder. Embora não tenha assumido claramente uma posição ideológica, sua prática política indicava certa semelhança com o modelo comunista, tendo no centralismo democrático a fonte inspirativa.

As mudanças nas organizações, geralmente, vêm acompanhadas de sua institucionalização. Fundamentada por Panebianco (2005:42), como uma fase em que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas, igualmente estáveis. Ou seja, é o momento de profundas transformações estruturais, em que a organização partidária passa do *modelo racional*, com predomínio de incentivos coletivos, para *modelo natural*, onde predominam incentivos seletivos³¹. No entanto, a concentração do poder nas mãos dos líderes, como prevê a teoria de Michels faz surgir dois grupos com visões teóricas divergentes. Enquanto os defensores da teoria concebem o poder como algo muito semelhante a uma “propriedade”, seus opositores vêem nele uma relação de influência entre os líderes e seus seguidores. Na opinião de Panebianco, é inegável que numa organização partidária haja uma ampla capacidade de

³¹ Vale salientar que o desenvolvimento organizativo dos partidos, na opinião de Panebianco é constantemente condicionado por contínuas mudanças ambientais, o que implica dizer que não existe um tipo ideal fixo que explique tais mudanças. As mudanças variam de acordo com a influência de uma pluralidade de fatores e de ambientes.

controle e de manipulação por parte dos líderes, que na maioria dos casos, farão esforços contínuos para se manter em sintonia com os próprios seguidores. Ou seja, o que podemos constatar, é que os defensores da teoria partem do princípio de liberdade de manobra que os líderes aparentemente gozam, enquanto os opositores sustentam a idéia de que os líderes estão sujeitos aos controles internos da organização, que limitam suas liberdades de manobra.

A grande dificuldade dos dois grupos, segundo Panebianco (2005:45), é a ausência da definição do poder, capaz de explicar tanto a capacidade de manipulação da liderança organizativa, quanto a existência de limites aos seus poderes.

Panebianco define poder da seguinte maneira:

O poder é relacional, assimétrico, mas recíproco. Manifesta-se numa “negociação desequilibrada”, numa relação de troca desigual, em que um agente ganha mais do que o outro. Sendo uma relação de troca, ou melhor, manifestando-se por meio dela, o poder nunca é absoluto, os seus limites estão implícitos na própria natureza da interação. Com efeito, o poder só pode ser efetivamente exercido satisfazendo, ao menos em parte, as exigências e as expectativas dos outros e, portanto, paradoxalmente, aceitando ser submetido ao seu poder.

Com isso, talvez, cabe reconhecer que tanto a liderança, quanto os seus seguidores podem contribuir, não só para a estabilidade da organização, como são fundamentais para a sua sobrevivência. Mas, todavia, podemos concluir que a observação feita por Michels sobre o domínio quase que total da cúpula sobre a massa está mais próxima a casos de partidos cuja organização se baseia no centralismo democrático. E esse mesmo fato foi constatado posteriormente nos estudos sobre a organização partidária desenvolvidos por teóricos como Duverger (1980), Arendt (1989), Sartori (1982), Garcia (1979) e muitos outros cujas leituras comprovam o domínio do líder sobre seus seguidores no modelo de partido único.

Um dos recursos do poder, de acordo com a perspectiva teórica de Panebianco, está relacionado ao controle de “áreas de incerteza organizativa”, e de todos aqueles fatores que, se não forem controlados, podem ameaçar a estabilidade interna da

organização, e os líderes são aqueles que controlam essas áreas usando o recurso das negociações. Peter e Taylor (2003), ao analisarem a “perspectiva calculadora” de institucionalismo histórico, explicam que os indivíduos numa disputa procuram maximizar seu rendimento com referência a um conjunto de objetivos definidos por uma função de preferência e que, ao fazê-lo, adotam um comportamento estratégico, dado que examinam todas as escolhas possíveis para selecionar aquelas que oferecem um benefício máximo. Em geral, os objetivos ou preferência do autor são definidos de maneira exógena em relação à análise institucional. Ou seja, esta perspectiva mostra que toda a ação do indivíduo é influenciada externamente e não é determinada pela organização.

Grosso modo, pode-se afirmar que estudos sistematizados sobre o comportamento político do PAIGC, principalmente, durante a ditadura, são ainda escassos. Os poucos que existem são análises sobre a visão política de Amílcar Cabral e sobre o processo de transição democrática e situação sócio-económica e histórica do período pós-independência³². Os conflitos ocorridos no PAIGC não podem ser observados apenas dentro de uma leitura estrutural-funcionalista, tendo como pressuposto as características sociais, psicológicas ou culturais de sua organização interna. Deve, sobretudo, ser levada em consideração, entre outras, a influência institucional da ditadura sobre a estrutura psico-social no comportamento coletivo e individual, além de ser mister não se esquecer dos reflexos herdados da colonização que, sem dúvida, foram responsáveis pelo enraizamento de cultura autoritária e de negação de cedência de recursos políticos aos supostos adversários.

Como foi salientado, o artigo 4º da primeira Carta Constitucional privou o partido não só de resolver seus conflitos internos, como também o impediu de promover diálogo com outras forças que nasceram e acompanharam o processo da descolonização. Além do PAIGC, nesse mesmo período, existiam forças como a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING) e o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) que também tentaram encontrar mecanismos de lutas pela independência, mas cujas ações foram inibidas pela forte atuação político-militar do PAIGC, sob o comando de seu grande estrategista, Amílcar Cabral. Com a conquista da independência, os militantes dessas forças além de serem perseguidos, foram vistos como traidores da nação e nunca foram convidados a

³² Ver Dawbor (1983); Pinto, Paulo e Duarte (Orgs.) (1999) e Santos (1994).

participar na formação do governo e ainda foram forçados a se exilarem no exterior. E, mesmo no interior do PAIGC houve descontentes e dissidentes que abandonaram a legenda por não concordarem, ou melhor, por acharem que os princípios não estavam sendo seguidos, enquanto outros mais tarde aproveitaram o advento da abertura política para fundar um novo partido.

De acordo com Neumann (1969:260), existem pelo menos três subtipos de ditadura; o primeiro denominado por ele de “*ditadura simples*”, que tem como principal característica o monopólio do ditador mediante um controle absoluto sobre os meios tradicionais de coação, ou seja, a polícia, o exército, a burocracia e o judiciário; o segundo, que é “*ditadura cesarista*”, que tem como característica principal a manipulação da massa para ascender ao poder ou para o exercício do mesmo; e o terceiro, que é “*ditadura totalitária*”, engloba a dominação total da vida política, econômica e social do cidadão. Observando-se que esses três subtipos não são fixos e nem puros, ou seja, sempre vamos observar misturas de práticas opressivas de controle de massa, a atuação do PAIGC também ficou registrada pela mescla dos subtipos mencionados de acordo com a exigência do momento. Contudo, dadas as características discutidas acima, podemos concluir que o modelo se aproximava mais do subtipo de ditadura simples, com destaque maior ao monopólio do líder.

Em resumo, nessa primeira fase, dois fatores foram determinantes para desarticulação do PAIGC: primeiro foi as configurações sociais do passado colonial, herança que o partido não conseguiu gerir e desprender, e que de forma gradativa esvaziou o fulgor “unidade” que era um importante elemento entre as partes; o segundo foi causado por um processo natural, próprio das organizações, que é diversificação de interesses. Ou seja, a conquista da independência permitiu com que o PAIGC saísse da condição de “opositor revolucionário” para assumir o controle absoluto do poder governativo, situação que provocou a desarticulação dos fins, diversificou interesses e provocou dificuldades na implementação de programa do governo além de engendrar intrigas como mecanismo de sucessão e violentos confrontos entre os militantes.

CAP. II – SURGIMENTO DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU E SEUS DESDOBRAMENTOS

O objetivo desse capítulo é demonstrar o comportamento político do PAIGC durante a primeira e segunda República. A primeira fase começou com a transição do poder das mãos dos revolucionários de Abril para as do PAIGC que então representava uma aspiração binacional Guiné-Caboverdiana. Já a segunda iniciou-se com o rompimento do pacto e o domínio de cada um sobre o seu território. Frente a essa situação, buscamos responder as seguintes questões: Por que o PAIGC enfrentou dificuldades e se viu obrigado a perder sua identidade binacional? Por que no período pós golpe de 1980 a legenda não conseguiu evitar outros sucessivos conflitos violentos?

2.2. A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA: O ESTADO DA GUINÉ-BISSAU

As décadas de 70 e de 80 foram marcadas por duas importantes transformações políticas que, em síntese, resultaram das vicissitudes da Guerra Fria³³. Uma foi a adesão à democracia por um grupo de países e a segunda foi à autodeterminação de novos Estados na África, que igualmente mereceram estudos por parte de alguns cientistas políticos. Se neste período um grupo de países da Europa e da América do Sul aderiu à democracia (Portugal, Espanha, Grécia, Argentina, Brasil, etc)³⁴, paralelamente, na África portuguesa, os cinco Estados que até então estavam sob os domínios portugueses obtiveram as suas autodeterminações.

De acordo com Silva^(a) (1997:285), à luz do direito internacional, foram quatro os pilares em que assenta a proclamação do *Estado guineense*³⁵: os princípios da liberdade, universalidade, igualdade de direitos e cooperação internacional. Ou seja, eis o sentido de cada um dos pontos:

Liberdade, quer dizer, autodeterminação, descolonização completa, proibição do recurso à força e da intervenção estrangeira, banimento dos tratados desiguais,

³³ Sobre os reflexos da Guerra-Fria no mundo e, em particular, na África, consultar Hobsbawm (1995).

³⁴ Ver Huntington (1993)

³⁵ Grifo meu.

da ocupação estrangeira, das bases militares, etc. Universalidade, quer dizer, participação mais eficaz e completa nas organizações internacionais e nos seus órgãos, mediante revisão da sua composição. Igualdade de direitos, quer dizer, proibição de toda a relação de dominação, soberania igual, direito sobre os recursos naturais, etc. Cooperação internacional, quer dizer, direitos do homem, cooperação econômica, direito do desenvolvimento, etc.

O PAIGC saiu das negociações e entrou na capital Bissau em outubro de 1974 sob a Presidência de Luís Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral) e um executivo formado por 7 Comisariados de Estado e 8 Sub-Comissariados de Estado liderado pelo comissário principal Francisco Mendes (Tchico Té)³⁶ que viria a falecer em 1978 num trágico acidente de viação. Foi de fato o primeiro contato do partido com os reais desafios de lidar com a complexidade da máquina burocrática, principalmente, com as contradições que a mesma requer – sobretudo, a distribuição dos cargos públicos e a garantia do bem-estar dos cidadãos. E a situação era complexa, visto que, além de ter sido a primeira vez que o partido realmente teria contato com as exigências de governar, também apresentava escassez de militantes com qualidades necessárias para fazer a máquina pública funcionar. Aliás, mesmo do ponto de vista financeiro o partido não dispunha de liquidez no seu tesouro para arcar com as despesas inerentes ao funcionamento das estruturas do funcionalismo público e, particularmente, para o pagamento de ordenado aos servidores, facto que obrigou o governo português durante a assinatura do acordo em Argel a comprometer-se a suportar o pagamento de salários equivalentes aos meses de outubro a dezembro.

Apesar desse gesto solidário, vale observar a forma como se deu essa transferência político-administrativa do poder. Isso porque a independência fora assinada sem que as partes levassem em consideração numa perspectiva mais abrangente a situação peculiar do novo Estado emergente, caso específico da Guiné, onde existia uma deficiente estrutura técnico-administrativa capaz de assegurar e dar continuidade aos desafios de governação³⁷. Obviamente, tanto de um lado quanto do outro ficaram ressentimentos dos

³⁶ Em anexo está a composição do primeiro elenco governamental da Guiné-Bissau.

³⁷ De acordo com Fanon (2005), a descolonização é sempre um fenômeno violento a qualquer nível que for estudada. No entanto, a nosso ver, mais do que a violência armada praticada durante os anos

onze anos da confrontação militar e diplomática. Principalmente, do lado do PAIGC que por um longo período viu uma grande maioria da sociedade que defendia sendo marginalizada dos direitos sociais, políticos e econômicos, preferiu optar por uma independência total³⁸, abdicando claramente de contribuição de Portugal na instalação do novo Estado. Conforme salientou Forrest (1993:60-61), o abandono total das forças armadas portuguesas que na época era um instrumento mais eficaz da estrutura organizativa que Portugal mantinha na Guiné, eliminou o mais importante mecanismo organizativo para a implantação do Estado pós-colonial. Essa atitude teve um rápido reflexo, uma vez que o partido se deparava, principalmente, em termos administrativos com uma notável escassez de profissionais à altura para imprimir certo dinamismo burocrático ao serviço público. Outro fator a salientar é a medida constitucional tomada pelo PAIGC que decidiu afastar ou colocar numa posição subalterna os guineenses que serviram à administração colonial, alguns inclusive, condenados por crime de traição à pátria.

Não obstante, apesar de ser um regime eminentemente de ditadura militar, os Comissariados (termo na época equivalente aos ministérios) foram assumidos por militantes civis que desempenhavam funções políticas na sua grande maioria durante a revolução, enquanto que os que se destacaram por habilidades militares se concentraram mais nos quartéis ou a desempenhar funções de governadores nas regiões ou de diretores gerais em repartições públicas. De acordo com Forrest (1993), a prioridade do novo governo era consolidar e reforçar o poder da burocracia estatal, tendo como ênfase, aumentar as dimensões da burocracia com rápida proliferação de organizações governamentais e do recrutamento de centenas de novos servidores públicos. Desta forma, seguindo assim os passos históricos da rápida expansão pós-colonial das burocracias estatais que ocorreram nos países como Senegal, Ghana, Serra-Leoa, Camarões, etc.

de ocupação colonial portuguesa, os males advindos da forma como fora processada a descolonização foram graves e impactantes, tanto do ponto de vista social quanto econômico.

³⁸ Alguns países africanos vizinhos da Guiné-Bissau, nomeadamente os da colónia francesa com a exceção da Guiné-Conakri, ao negociar as suas independências optaram pelo neocolonialismo em vez da independência total, ou seja, sistema em que o colonizador continua a ter certa influência na política econômica do país, enquanto que aos nativos são reservados a responsabilidade política de governar.

Em relação à situação de dificuldades que o partido enfrentou em termos administrativos, duas leituras se fazem presentes: para uns a colonização impediu os guineenses, tanto do ponto de vista educacional como administrativo, de ocuparem os cargos de proeminência burocrática³⁹ tanto no partido quanto na própria administração colonial, enquanto que para outros o próprio modelo político implantado criou um critério seletivo para indicar quem deveria assumir cargos no governo e no partido, sendo que o requisito principal seria a participação na luta de libertação. Muito embora as duas leituras sejam válidas para compreender a dinâmica política do PAIGC nessa altura, o sentido da independência de que o partido professa conceder as sociedades guineenses e caboverdianas é contraditório. Na realidade, não houve uma profunda e necessária transformação em termos de liberdade como base dos preceitos dos direitos humanos e, sobretudo, como condição objetiva de luta armada de libertação nacional. O que aconteceu foi apenas a substituição de uma força repressora estrangeira por outra nacional igualmente repressora. Ou seja, o conceito real da independência está intrinsecamente ligado aos cinco tipos distintos da liberdade perspectivada por Sen (2000: 25), que inclui liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Entre os cinco tipos distintos, apenas “oportunidades sociais” podia ser percebido muito timidamente, tendo em conta que o acesso de pessoas a educação, emprego, saúde e outros bens sociais se tornaram mais visíveis do que no período colonial. Grosso modo, pode-se dizer que não houve conciliação entre o que podemos chamar de projeto da independência com os requisitos práticos de uma ação governativa na ótica dos princípios de uma liberdade efetiva recheada com ações que visem melhorar as condições de vida das populações. E as contradições verificadas, principalmente, na implementação de políticas públicas deveu-se a essa ausência limitada da liberdade que se acentuava sobretudo no medo de partilhar o poder dentro da própria legenda e entre esta com os presumíveis opositores.

³⁹ Ver Forrest (1993).

2.3. PRIMEIRA CONSTITUINTE E A LEGITIMAÇÃO DO PAIGC COMO ÚNICA FORÇA POLÍTICA

Conforme atrás salientamos, o Estado da Guiné-Bissau ganhou o corpo jurídico durante o II Congresso do PAIGC realizado de 23 a 24 de setembro de 1973 na Madina de Boé, onde cerca de 120 deputados constituintes aprovaram unanimemente a Constituição da República. A primeira Carta Magna é constituída por apenas quatro capítulos⁴⁰, fortemente marcados pelo princípio de hegemonia atribuído ao PAIGC. Na observação de Silva^(a) (1997:140) por ser uma constituição marcada pelo contexto de luta de libertação, cinco princípios podem ser observados como base principal:

- O princípio do anticolonialismo;
- O princípio da unidade Guiné e Cabo-Verde;
- O princípio da hegemonia do PAIGC;
- O princípio da democracia nacional revolucionária;
- O princípio do progresso social.

No primeiro princípio, destaca-se que a Guiné-Bissau é uma República soberana anti-colonialista e anti-imperialista, que luta não só pela expulsão total do colonialismo, mas que defende a unidade dos povos, sendo que às Forças Armadas são atribuídas constitucionalmente um papel de relevo no funcionamento do Estado. No segundo princípio, está consagrado aquilo que muitos analistas consideram dilema do PAIGC; a unidade Guiné e Cabo Verde, ou seja, por um lado, é vista como a força motriz da luta pela descolonização e, por outro, observada como fonte inicial das contradições que efetivamente contribuíram para o insucesso do partido na Guiné-Bissau. No terceiro, ficou salvaguardado a legitimidade do PAIGC como a única organização política e expressão suprema da vontade do povo guineense, e que em nenhuma circunstância poderão existir organizações sem o seu consentimento. Nesse sentido, Silva^(a)(1997:142), ao fazer uma leitura sobre o conceito de hegemonia de Gramsci (1975), compara a hegemonia de que o PAIGC gozava, como conjunto de funções que o colocava numa situação de domínio não só sobre a estrutura do Estado, mas sobre as classes da sociedade

⁴⁰ O primeiro capítulo trata dos fundamentos e objetivos; o segundo dos direitos, liberdades e deveres fundamentais; o terceiro da organização do poder político e, finalmente, o quarto da revisão constitucional.

mediante suas organizações de base. E, finalmente, o quarto, o PAIGC não procurou aplicar o modelo da sociedade comunista⁴¹. No seu programa maior, defendia que o desenvolvimento da Guiné e das ilhas de Cabo Verde teria de ser feita a partir da realidade local, contudo na prática alguns comportamentos adotados foram incompatíveis e desestruturantes.

Apesar do princípio revolucionário, o PAIGC mostrava ter a consciência de lacunas jurídico que a sua Constituição apresentava, fato que, no Cap. IV da então CRGB foi determinado que a Constituição portuguesa deveria servir de suporte jurídico desde que não entrasse em contradição com os pontos da nova Constituição. Leia-se o seguinte:

Art. 1º - a legislação portuguesa em vigor à data da proclamação do Estado soberano da Guiné-Bissau mantém a sua vigência em tudo o que não for contrário à soberania nacional, à Constituição da República, às leis ordinárias e aos princípios e objetivos do PAIGC.

O art. 4º concede uma hegemonia total e incondicional ao PAIGC como a única força política dirigente da sociedade guineense. Para garantir o lugar dos militantes na vida pública, no cap.-II art.12º destaca-se que a participação na luta de libertação nacional e na defesa de sua soberania são a honra e o dever supremo do cidadão. Implícita ou explicitamente, este artigo defende que os altos cargos tanto no partido quanto nas instituições públicas, devem ser ocupados pelos militantes do partido que participaram do processo da descolonização, enquanto que no mesmo capítulo art. 21, consta que a colaboração com o inimigo, neste caso o colonizador, é crime de traição e é punida por lei. Este artigo levou o PAIGC a perseguir, expulsar e assassinar um elevado número de pessoas.

No que diz respeito à estrutura organizativa do Estado, o poder político, como reza a Constituição, tinha esta formação: ANP, Conselho do Estado (CE), Conselho dos Comissários do Estado (CCE), Conselhos Regionais (CR) e Poder Judicial (PJ)⁴². Entretanto, em termos de poder decisório, quem controlava e determinava todo o

⁴¹ Ver Silva (1997).

⁴² Sobre as atribuições desses órgãos, consultar a primeira Carta Constitucionai da Guiné-Bissau em anexo.

funcionamento era o CE, que tinha como competência exercer entre as sessões da ANP as funções que lhe são atribuídas pelas leis e resoluções dessa instituição, conforme a descrição a baixo:

- Defender a Constituição do Estado;
- Organizar referendos populares;
- Ratificar os tratados e convenções internacionais;
- Declarar guerra e fazer a paz;
- Fixar a interpretação das leis constitucionais e ordinárias;
- Fixar a data das eleições dos deputados à ANP;
- Convocar a ANP, abrir e encerrar as suas sessões ordinárias;
- Promulgar as leis e resoluções da ANP;
- Nomear e demitir sob proposta do seu presidente os CCE;
- Receber as credenciais dos representantes estrangeiros;
- Nomear e demitir os representantes do Estado no estrangeiro;
- Conceder as condecorações do Estado;
- Amnistiar, perdoar e comutar as penas.

O regime não permitia a separação dos poderes. A função atribuída a ANP de acordo com o cap. III art. 28º, era votar as leis e resoluções sob proposta do governo. E ainda neste mesmo capítulo art. 32º, sob proposta do partido, a ANP podia destituir o deputado que não cumprisse com as leis estabelecidas pelo partido. Vale salientar que em nenhum momento fora definido constitucionalmente o modelo político, muito embora, pela estrutura organizativa do poder, o presidente era o senhor absoluto e detinha amplos poderes e atribuições. O comissário principal, que teoricamente era chefe do governo com funções apenas de coordenar as atividades políticas, administrativas e sociais dos comissariados, no entanto, não tinha autonomia política para mexer de facto no xadrez, sua função era mais para coadjuvar administrativamente o presidente.

2.4. SURGIMENTO DA ELITE GUINEENSE

A formação ou surgimento da elite guineense é anterior à formação do PAIGC e tem o seu limiar durante o processo colonial. Nas colónias, com a exceção de Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, a estrutura social era categorizada em civilizados e não civilizados, conforme atrás mencionamos. Essa estratégia resultou no surgimento de uma

elite nativa⁴³ ou mestiça com a missão e obrigação de servir como instrumento de dominação de interesses colonizadores junto às massas colonizadas.

O surgimento do PAIGC fora forjado de cima para baixo por meia dúzia de pessoas (maioria delas caboverdianas e descendentes) que tiveram a oportunidade, por um lado, de ter um nível académico equivalente ao ensino médio e, por outro, de ter uma convivência muito próxima com o colonizador. Alguns eram servidores públicos com considerável influência social. Como eram casos de Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Inácio Júlio Semedo, Fernando Fortes e Elisée Turpin. Esses e outros poucos indivíduos foram preparados para serem instrumentos facilitadores da dominação que se queira implantar.

Todavia, um fato importante a salientar é o papel e/ou grau de influência que essa elite nativa exercia junto à administração metropolitana. Conforme chegamos a mencionar, apesar de legalmente gozarem do estatuto de cidadão português, na prática, suas ações em termos decisórios não tinham uma notável influência. Vários fatores podem explicar a situação, a começar pela própria dinâmica colonizadora que subjetiva ou objetivamente impunha limitações. Pois, se por um lado a ascensão política era restrita aos portugueses originários, por outro, os recursos políticos⁴⁴ que essa elite nativa “portugueses de segunda categoria” detinha, lhe davam uma enorme possibilidade de aceitação junto à sociedade a que realmente pertencia. E foi exatamente o que aconteceu na Guiné-Bissau com Cabral e seus camaradas, em Angola com Agostinho Neto, em Moçambique com Eduardo Mondlane e com outros líderes que usaram seus recursos políticos para criar a idéia de consciência nacional que até então não existia nos seus respectivos países⁴⁵.

De acordo com Mosca (1992) em qualquer sociedade, seja de caráter político, econômico, social ou religioso, o controle do seu funcionamento fica nas mãos de uma

⁴³ A separação da classe nativa guineense em duas categorias, assimilados e indígenas, é a nosso ver, pressupostos de dominação que foram criados para de alguma forma favorecer interesses coloniais, mas que acabou sendo um entrave para os propósitos da colonização. Pois foram as elites nativas das cinco ex-colónias que forjaram através dos movimentos por eles criados a retirada de Portugal da África.

⁴⁴ Para Dahl (2005) os recursos políticos são habilidades que podem ser usados para negociar vantagens para si, para um grupo ou para uma organização. Estes recursos podem ser: conhecimento, poder econômico, status, etc.

⁴⁵ Sobre a Construção da Nação na África ver INEP (1989).

minoría organizada que domina a tomada de decisão. Ainda segundo ele, o que leva essa minoría a dominar são os seus atributos que, geralmente, são altamente valorizados pela massa, como: a educação, a posição social, a tradição familiar e os hábitos de classe dominante. Foi nesta perspectiva que se conseguiu adquirir aceitação social para liderar a revolução. Com o culminar da luta de libertação e simultaneamente a independência, o grupo que ativamente tomou parte nesta transformação político-social e que o Amílcar denominava da pequena burguesia ascendeu ao poder. Esse grupo era a congregação de parte de ex-assimilados, camponeses, operários urbanos e desempregados, que passaram a substituir a liderança portuguesa no controle da máquina pública.

E qual foi a contribuição dessa nova elite no pós-independência? Na opinião de Augel (1996:139), muito embora um dos propósitos da luta de libertação foi garantir igual direito a todos os cidadãos, como acesso a serviços de educação, saúde, justiça e lazer, ou seja, de criar condições que atendessem as necessidades básicas das populações, a ação do Estado guineense após a independência tem resultado mais no privilegiamento da elite emergente do que em garantir os pressupostos pelos quais havia lutado. Bastava à ascensão ao poder para repetir as mesmas práticas da época da colonização. Ainda para Augel (1996:151), o Estado não pode excluir a longo prazo a massa, como aconteceu na Guiné-Bissau, visto que esta situação é suscetível à acumulação de problemas que resultam em revoltas sociais e conflitos armados, aliás, como o que vem acontecendo nos dias atuais.

Entretanto, cabe enfatizar também, a polarização da elite no seio do PAIGC, dividida entre guineenses e caboverdianos, nos primeiros seis anos, responsável pelas constantes contradições internas no partido e que o conduziu ao fracasso ideológico. Em parte, esta situação deveu-se essencialmente a incapacidade que os líderes do partido na era pós Cabral demonstraram em não conseguir ocultar os benefícios seletivos distribuídos entre os seus militantes. Ao não conseguir manter o equilíbrio de interesses ficou ameaçado o propósito de unidade binacional e a luta pelo poder era cada vez mais evidente.

Grosso modo, pode-se afirmar que o surgimento da elite nacional fora forjado pelo processo político colonial, mas sobretudo durante o processo libertador onde houve um grande investimento através de parcerias sob auspícios do PAIGC com vários países que no âmbito de solidariedade internacional apoiaram, principalmente, a formação de

quadros do partido. Com a tomada da independência essa política continuou, mas o sucesso em torná-lo mais adequado quedou-se na má gestão de capacidades produzidas e na criação de um sistema corrupto que destruiu a responsabilidade da elite na estruturação do processo e modelo do desenvolvimento que o país deve seguir.

2.5. AJUSTE DE CONTAS

De um modo geral, quase todos os movimentos de libertação na África portuguesa assumiram o poder fazendo da repressão o principal instrumento de controle político e social. No caso particular do PAIGC, além dos tradicionais aparatos de controle da violência do Estado, que são os policiais e militares, o partido implantou nos bairros e nas aldeias do país os comitês de base que tinham como função, fazer a justiça, cobrar fidelidade dos cidadãos ao partido e colaborar em termos de informação com os serviços de segurança do Estado. Para esse propósito, de acordo com Sambú (1989:52)⁴⁶ às vésperas de tomar o poder, o PAIGC tinha um plano político encarregado aos Serviços de Segurança que visava fiscalizar as movimentações dos elementos da FLING, e que igualmente abrangia pessoas e grupos que tinham colaborado com organizações opositoras do partido. Todos os grupos políticos com ideologias opostas a do PAIGC eram considerados traidores. Conforme Sambú, o referido plano tinha um dossiê com os seguintes poderes atribuídos aos serviços de Segurança do Estado:

Poderes especiais

- Continuar e de modo mais organizado o trabalho operacional, com agentes em locais adequados para recolha de informações; manter atividades de escuta e tirar fotografias, secretamente;
- Tomar medidas especiais para deter qualquer atividade política, considerada criminosa;
- Verificar o comportamento político dos cidadãos, suspeitos de terem cometido crimes contra o Estado;
- Organizar e executar investigações secretas;
- Verificar o conteúdo das encomendas postais e missivas, suscetíveis de conterem informações secretas e conspirativas;

⁴⁶ Queba Sambú é Tenente-Coronel do Exército guineense, e ex-agente dos Serviços de Segurança do Estado, que participou de algumas missões secretas. Em 1989 publicou o livro “Ordem para Matar”, onde explica a trajetória contraditória pela qual a Guiné-Bissau passou desde a colonização à fase posterior da independência.

- Classificação do comportamento, legítimo ou reprovável, dos cidadãos guineenses.

Poderes gerais

- Salvar os segredos do Estado e restringir o número de pessoas com acesso à documentação secreta;
- Decidir os casos que impunham expropriação de bens; exílio territorial e perda da nacionalidade guineense.

Pelo que se pode observar, os serviços de Segurança do Estado através deste plano tinha amplos poderes para coagir, intimidar, reprimir e, se necessário fosse, influenciar o fuzilamento de indivíduos, cujos comportamentos na opinião do partido, traíssem os interesses do povo guineense. Foi então assim que, no período imediatamente à independência, o PAIGC desencadeou, em vários pontos do país, prisão e fuzilamento de “ex-Comandos Africanos”⁴⁷ e de outras pessoas, entre as quais, agentes da PIDE/DGS e alguns chefes tradicionais que durante o processo colonial teriam colaborado com o sistema. Entretanto, um dos casos emblemáticos de fuzilamento ocorreu em 1976 no aeroporto da cidade de Canchungo. Nessa cidade, ao norte do país a população fora induzida a assistir à reunião do PAIGC, mas na verdade o ato se tratava de fuzilamento do régulo da cidade: Joaquim Baticã Ferreira, seu irmão Cristiano Baticã Ferreira, Didi Ferreira e outros, condenados à morte pelos erros cometido, entre os quais, alguns por crime de sangue. Depois do ato, os familiares foram proibidos de chorar seus mortos e obrigados a organizar festas em suas casas para comemorar o que, naturalmente para as famílias, era uma tragédia⁴⁸.

Em entrevista concedida ao jornal português Diário de Notícias, o comandante Pedro Pires, atual presidente da República de Cabo Verde, que chefiou a delegação negocial do PAIGC à Argel, havia dado a seguinte garantia sobre o futuro das três categorias de guineenses que serviram o Exército colonial: “a) garante que as milícias locais já foram desarmadas e integradas às populações das suas aldeias; b) que os recrutados, serão desmobilizados e voltarão à vida normal e; c) quanto às unidades africanas especiais, ou seja, os Comandos Africanos, serão desmobilizados. E garantiu

⁴⁷ Tendo em conta as dificuldades que a tropa portuguesa tem tido no terreno dado as características pantanosas da região, optou-se por recrutar os nativos. Nesse sentido, alguns foram enquadrados num grupo especial denominado de “Comando Africano” com a missão de participar das missões especiais e difíceis.

⁴⁸ Mais detalhes sobre a história dos fuzilamentos, ver Sambu (1989).

que o Estado não tomaria nenhuma medida de represália contra elas⁴⁹”. Contudo, as garantias serviram apenas para aliciar os ex-colaboradores do regime colonial e depois aplicá-los o castigo máximo. Numa entrevista concedida para fins deste trabalho, o comandante Lúcio Soares⁵⁰ explicou-nos que, tomou-se a decisão de aplicar pena máxima aos comandos africanos porque:

Quando entramos sentimos que tinha resistências, mas sempre procuramos seguir o comunicado da resolução de Boquê, difundido logo depois do 25 de abril, onde constava que todos os cidadãos e compatriotas que estavam do outro lado chegou o momento de unirmos, de devolver as armas, porque somos um só. Então, quando entramos, os camaradas que lutaram ao lado dos portugueses estavam aqui, inclusive alguns frequentavam a minha casa e de outros amigos, mas depois, como não somos crianças, apesar da brincadeira que existia entre nós, temos os nossos serviços de segurança a funcionar e a seguir os processos. Foi assim que recebemos a informação de que alguns fascistas oficiais portugueses descontentes estavam a pensar usar os ex-comandos africanos para fazer levantamento e mudar a situação na Guiné.

A propósito, sobre essa deliberação que muitos guineenses consideram de monstruoso, a leitura que podemos fazer é a seguinte: primeiro, não podemos analisar esse ato sem levar em consideração a preocupação que o próprio partido tinha em se legitimar como a única força política do país, o que significava que toda a sociedade lhe devia a obediência. Nesta perspectiva, eliminar grupos com ideologias contrárias à do partido era o princípio para manter o seu poder e domínio sobre todo o território nacional. Segundo, o PAIGC temia a situação de conflito armado semelhante ao que já decorria em Angola e Moçambique, e que militarmente opunham respectivamente, o Movimento Para Libertação de Angola (MPLA), ante a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA)⁵¹, e a Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO) ante a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Na Guiné-Bissau, o PAIGC optou

⁴⁹ In: Sambu (1989).

⁵⁰ Entrevista concedida no dia 30/07/08 para fins do nosso trabalho.

⁵¹ Sobre a situação de conflito armado em Angola que opunham grupos antagônicos, ver Palla e Soares (2003).

por “medida cautelar” de eliminação física de grupos oponentes que constituíam ameaça a seu poder. E, conseqüentemente, evitar os exemplos dos países acima referidos. No entanto, acharam que a única forma de garantir a estabilidade e coesão, era condená-los à pena de morte. Mas, essa deliberação depois se constituiu numa armadilha usada pelos nacionalistas guineenses ante a unidade com os caboverdianos para conquistar o poder e pôr um fim na histórica relação entre os dois países. Terceira, mas não menos importante é que o partido se inspirava no método comunista da ex-URSS, para controlar manifestações e outros comportamentos subversivos contrários aos princípios legalmente definidos.

Contrariamente à explicação que dá conta de que esses homens constituíam uma ameaça ao poder, sabe-se que durante a negociação, por medidas de precaução Portugal recolheu as armas das mãos de seus homens (africanos) e entregou-as ao PAIGC que se encarregou de guardá-las ou destruí-las. Portanto, era mínima, embora não impossível, a possibilidade dos comandos se rebelarem contra o regime. Porém, cabe observar, que não se pode compreender a atitude tomada em relação aos colaboradores do regime colonial sem levar em consideração a história prática do partido nos momentos em que era necessário ou foi chamado a solucionar crises internas. Os fuzilamentos dos “implicados”, em atos considerados graves pelo partido, sempre foram os métodos para colocar ordem e garantir o controle político e social sobre os militantes e/ou massas. Os exemplos a dar são vários: a começar pelo I Congresso, que foi um evento realizado no limiar da luta, tendo como um dos objetivos controlar desordens que à altura podiam desacreditar a sua luta. No entanto, nesse encontro o comando do partido decidiu condenar à pena de morte alguns militantes. Mas, um dos maiores episódios do fuzilamento que ocorreu no PAIGC foi para punir os assassínios de Amílcar Cabral. Nessa ocasião, mais de duzentos militantes foram condenados à pena de morte pela direção do PAIGC. Entretanto, desde a época em que Amílcar Cabral era principal dirigente até a independência o líder nunca aparecia como quem autorizava os fuzilamentos, e toda a responsabilidade era colegial e tida como lei que emana das estruturas do partido, ou seja, os castigos e fuzilamentos eram feitos em nome da lei e

estabilidade. Isso ficou claro no depoimento do comandante Lúcio Soares⁵² (ex-vice chefe de Estado-Maior no período de 1974 a 1980):

(...) tudo foi decidido por governo e direção do partido, o Luís não decidia nada, porque ele sozinho não decidia nada. Portanto, a decisão foi deliberada pelo partido, inclusive eu que estou aqui a falar participei da decisão e estamos todos, apenas o Nino Vieira costuma dizer que não estava presente, mas era presidente da Assembleia Nacional Popular, ministro de defesa e primeiro ministro e fala que não decidia nada. Acredito que cada um vai responder por si mesmo. Eu, Lúcio Soares, tudo que aconteceu desde luta de libertação nacional até 1980 se tiver que ser julgado pessoas, eu estou aqui para ser julgado e não hesito com isso.

Apesar de optar por meio violento para inibir os opositores do regime, o PAIGC demonstrava internamente uma aparente insegurança. E a primeira ameaça de alterar a ordem constitucional e derrubar o partido foi atribuída ao militante Malam Sanha; um dissidente acusado de estar a preparar um suposto golpe de estado. Com o desmantelamento do plano, o presidente Luís Cabral numa declaração pública⁵³, acusou a conivência de militantes do partido contrários à unidade e felicitou os agentes das Forças Armadas e de Segurança pelas suas ações considerando que com a neutralização desses indivíduos, o partido garantia a tranquilidade necessária para prosseguir o seu trabalho de desenvolver o país:

(...) constatamos aquela verdade que o camarada Amilcar Cabral dizia, verdade essa, que a fraqueza do nosso povo quando os colonialistas conseguiram instalar-se na nossa terra foi a divisão que existia no seu seio, o que lhes permitiu colocar uma parte da nossa população contra a outra. A nossa fraqueza na África é quando os interesses que não são nossos conseguem dividir pessoas em cada terra.

⁵² Entrevista concedida no dia 30/07/08 para fins do nosso trabalho.

⁵³ Ver Nô Pintchá, edição n. (s/ed) 1978.

(...) Cabral também dizia que os indivíduos que levantam a questão do tribalismo e de divisão no nosso continente, são quase todos, pessoas que têm “barriga grande” e não a conseguem encher com o seu trabalho, e servem-se destas artimanhas para satisfazer os seus anseios. Verifica-se essa verdade, mesmo no quadro concreto da luta do PAIGC. Existem pessoas que levantam o problema da unidade Guiné e Cabo Verde. Também pessoas que têm descendência caboverdiana no seu sangue levantam essa questão. São pessoas que têm a consciência de que de facto quem manda na Guiné são os seus próprios filhos, combatentes da liberdade da pátria, mas, no entanto, levantam problemas deste tipo para ver se conseguem infiltrar no seio dos combatentes da liberdade, não porque queiram juntar-se a eles, mas sim para destruir alguns e, deste modo, ter mais força para destruir todos os outros.

Ao observar o comportamento do PAIGC ante os seus opositores, o cientista político Koudawo (2003:120) considera-o como erro cometido contra a massa em nome da massa. Entretanto, os indivíduos que escaparam do fuzilamento, são os que tiveram uma atuação menos ativa, e que depois foram reintegrados à nova administração. Um fato a ressaltar, é que se por um lado os ex-soldados africanos que serviram o governo português foram perseguidos e fuzilados pelo PAIGC, por outro lado, muito embora salvaguardado no Acordo de Argel⁵⁴, também foram abandonados pelo governo português que devia garanti-los uma pensão vitalícia pelos serviços prestados ao Estado português, mas que até então não conseguiram beneficiar desse direito. Hoje, muitos desses indivíduos já faleceram devido a situação de abandono e condição desumana de existência que tiveram que enfrentar, e poucos ainda continuam a resistir com esperança de um dia poderem ser reconhecidos por Portugal e receber seus direitos.

2.6. UNIDADE GUINÉ E CABO VERDE

Centrar a história da unidade Guiné e Cabo Verde no surgimento do PAIGC, em consequência do processo de luta que este desenvolveu para a autodeterminação dos dois povos, em nossa opinião, pode conduzir o analista à incompreensão de como se desenhou

⁵⁴ Ver em anexo as § 25º e 26º do texto anexo ao Acordo.

o percurso da relação de aproximação entre os dois povos irmãos. Essa fase começou a ser arquitetada pelos portugueses nos primórdios da colonização, quando começaram a levar habitantes da costa ocidental africana para o arquipélago em função, principalmente, do tráfico negreiro para as Américas. No entanto, sabe-se que até 1879, de acordo com a Carta de Lei de 18 de março, a Guiné administrativamente, estava vinculada às orientações do administrador provincial de Cabo Verde⁵⁵. No entanto, não podemos afirmar que o princípio da unidade iniciada pela colonização fosse igual àquela que o PAIGC depois tentava construir. Isso porque, a unidade no primeiro momento além de não ter uma base ideológica real, centrava-se mais na união orgânica formal tendo como prioridade o aspecto físico-comercial, devido aos interesses económicos que Portugal tinha na região. E, no entanto, não se pode dizer que Amílcar Cabral ao fundar o PAIGC em setembro de 1956 não levou em consideração o processo histórico e cultural dos dois povos. É óbvio que levou isso em consideração, porque, aliás, ele é o resultado da “unidade” iniciada pela colonização, e depois, apenas atribuiu à nova unidade o que lhe faltava: o caráter ideológico que assentava numa consciência social e cultural real, ou seja, na identidade própria que recusa a dominação imposta pela colonização. Uma unidade que transcendia a relação económica e histórica e se fundamentava na construção de uma consciência coletiva. Tanto que, para Santos (1989:193) as transformações sociopolíticas do continente africano e do mundo em geral, abriram uma perspectiva importantíssima no processo da unidade das *populações da Guiné e Cabo Verde*⁵⁶, e o PAIGC foi o catalisador decisivo na tentativa de abolir as barreiras sociais até então existentes.

Neste caso, em termos de análises, preferimos ressaltar três aspectos relevantes no processo de construção desse projeto binacional: o primeiro, a realidade físico-geográfica de Cabo Verde não era propícia ao tipo de resistência idealizada pelo PAIGC, tendo em consideração que, além de ser conjunto de dez pequenas ilhas, é uma região árida isolada no meio do Atlântico a algumas milhas do continente; o segundo, a relação histórica entre os dois povos e também a necessidade de fazer da união a força para enfrentar o inimigo comum; o terceiro, era a dificuldade de conduzir uma mobilização bem sucedida nas ilhas, pois o estatuto diferenciado de que gozavam os caboverdianos

⁵⁵ Ver Silva (1997), apud René Pélissier.

⁵⁶ Grifo meu.

era entrave aos propósitos do PAIGC. Essa era a consciência que Cabral tinha da realidade e procurou encontrar na aliança, mecanismos viáveis para o desenvolvimento da luta de libertação. Por que Guiné? Contrariamente a Cabo Verde, reunia condições necessárias à prática revolucionária mais segura, por contar, não só com a ligação das fronteiras terrestres dos países vizinhos, mas aproveitando o sentimento de revolta à colonização que era mais visível no comportamento dos nativos da então Guiné-Portuguesa. Pois, o tratamento que Cabo Verde recebia era diferenciado e parte considerável da sociedade era favorável a presença colonial no arquipélago.

Além dos aspectos mencionados, a unidade também teve importância social na medida em que procurou criar uma identidade entre classes sociais diferentes, e Cabo Verde, por sua vez, além de ser uma sociedade homogênea, possuía uma estrutura social de cidadãos com nível acadêmico mais avançado. Por isso, contribuiu majoritariamente com a parte da massa crítica do movimento de libertação que se incumbia mais do aspecto organizativo e político. Já Guiné-Bissau, por seu turno, e dado a condição do indigenato que lhe fora imposta, se concentrou à força mais na parte operacional, dirigindo as ações da guerrilha. Conforme a analista Lima Handem (1989:270):

É desta unidade, baseada numa vontade comum de libertação do jugo colonial, que vai nascer a luta e é desta luta que vai emergir a consciência nacional, compreendida como o sentimento de pertença a uma comunidade que ultrapassa as suas fronteiras étnico-sociais⁵⁷ ou seja uma comunidade pluriétnica.

É importante salientar que, externamente ao PAIGC, emergiram grupos com princípios nacionalistas que se opuseram à unidade Guiné e Cabo Verde, e que de forma direta ou indireta influenciaram a ala guineense do PAIGC. Entre essas organizações, estavam a União Patriótica Anti-Colonialista da Guiné-Bissau (UPANG)⁵⁸, a Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses (JURG) e a FLING que foi a mais tradicional opositora do PAIGC e da unidade Guiné e Cabo Verde. A propósito, sobre essas organizações, principalmente a primeira, o objetivo era acabar com o que eles chamavam

⁵⁷ Grifo meu

⁵⁸ A UPANG é a fusão de União Patriótica da Guiné (ex-MLG), com a Organização Anti-Neocolonialista da Guiné-Bissau (OANG), celebrada de acordo com o manifesto publicado no dia 7 de Janeiro de 1977.

de neo-colonialismo caboverdiano e a aproximação que o país tinha com os países socialistas do Pacto de Varsóvia e Cuba. Apesar de viver sob um regime que vedava possibilidades de manifestação popular, clandestinamente os grupos oposicionistas, entre os quais, a UPANG, utilizava panfletos tanto para divulgar o seu princípio ideológico quanto para manifestar a sua oposição à unidade Guiné e Cabo Verde⁵⁹. Eis o que extraímos de um dos manifestos, UPANG (1976:16-18):

(...) na Guiné-Bissau, ainda está longe de atingir a sua concretização, de acordo com a dignidade e os anseios do povo e também com a mística e promessas de libertação tão propaladas pela direção caboverdiana do PAIGC. Com efeito, o nosso povo continua dominado e vexado aos olhos do mundo. O mesmo povo que viveu a euforia da libertação, colaborou com o PAIGC, enquanto movimento de libertação nacional, e o vitoriou, esse mesmo povo vive, agora, após a independência, a dilaceração do cativo e da opressão.

O neocolonialismo caboverdiano na nossa terra, as prisões e fuzilamento de patriotas anti-colonialistas e anti-neocolonialistas, a imposição ditatorial da unidade Guiné com as ilhas de Cabo Verde, a criação de campos de concentração em Cumeré, Mansoa, Morés, Madina do Boé, Canchungo e outros locais, a total submissão do povo ao medo e à miséria extrema, revelam os odiosos crimes e massacres que os recolonizadores perpetuam no nosso país.

Grosso modo, alguns guineenses que faziam oposição à unidade, em particular, e parte dos que eram militantes do partido, observavam o projeto de unidade entre os dois povos como uma “outra” colonização, desta vez, do povo caboverdiano. Em razão disso o principal alvo da contestação era o presidente da República Luís Cabral que era visto como cidadão caboverdiano, como considera a oposicionista Francisca Vaz na entrevista concedida para fins deste trabalho⁶⁰ e também Barros (2011: 5) no seu livro intitulado Testemunho quando peremptoriamente afirma o seguinte:

⁵⁹ Ver em anexo um dos panfletos lançados contra a condenação à morte de Rafael Barbosa, e que questiona de forma negativa a unidade Guiné e Cabo Verde.

⁶⁰ Entrevista concedida no dia 05/02/2009. Durante o período que fazia oposição à unidade Guiné e Cabo Verde, Francisca Vaz usava clandestinamente o nome de Aminata Sunai.

Por mais volta que queiramos dar, Luís Cabral é um caboverdiano de origem e não devia ocupar o cargo de presidente. O nacionalismo guineense saiu muito confundido com este figurino. Era patente para todos que ninguém lutou para substituir o português pelo caboverdiano.

Uma das leituras que se pode fazer perante esse cenário é a ingenuidade senão despreparo da direção do partido em não conseguir garantir o equilíbrio e convergência participava nos governos da Guiné e de Cabo Verde. Para a ex-combatente Maria Augusta Furtado⁶¹ não houve uma verdadeira unidade. Para ela, da mesma forma que havia a presença caboverdiana nos altos cargos administrativos civis e militares na Guiné, deveria existir a reciprocidade caboverdiana em relação aos quadros guineenses no governo insular. Existindo isso, em sua opinião, poderia-se evitar o desmembramento cedo da unidade. Entretanto, o que se constatava era o seguinte: na Guiné havia cidadãos caboverdianos ocupando e dirigindo altos cargos na administração pública civil e militar, enquanto que em Cabo Verde não havia um guineense desempenhando função de mando. De acordo com uma das premissas de Panebianco (2005), esse comportamento constitui um dos fatores que pode ter contribuído para a fragilização da organização, ou seja, a distribuição do que ele chama de incentivo coletivo e seletivo é indispensável para o controle de fatores que podem criar desequilíbrios na organização.

Desta forma, mesmo apesar do sucesso no campo militar sob o mérito da unidade binacional, com a conquista da independência, no campo político ou das idéias, instalou-se uma tácita contradição no seio do partido que ganhou notável proporção com aprovação da nova Constituição no dia 10 de Novembro de 1980. Quatro dias após a mudança constitucional, o País conheceu a primeira alteração violenta da ordem constitucional, o golpe de Estado que depôs o então presidente da República, Luís Cabral. Ao observar o desenrolar das contradições no partido, o estudioso Silva^(a) (1997:52) concluiu que a unidade foi um fator de tensão e divisão do independentismo, portanto, a explicação última das crises que o PAIGC atravessou naquele momento. Essa divisão

⁶¹ Caboverdiana e combatente de liberdade da pátria, viúva de Victor Saúde Mária, guineense, que é também combatente de liberdade da pátria que durante a sua vida assumiu funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, primeiro-ministro e presidente da Câmara Municipal de Bissau, além de ser durante a abertura democrática no país o fundador do PUSD.

afetou mais a Guiné-Bissau porque perdeu importantes cérebros de sustentação do seu plano de desenvolvimento iniciado, e, o presidente Luís era nesse quadro a figura incontornável do processo, visionário, ambicioso e um sonhador permanente do desenvolvimento.

2.7. GOLPE DE ESTADO DE 1980

Fora proclamada a independência nacional e PAIGC afigurar-se-ia constitucionalmente como a única força política com legitimidade de dirigir a sociedade guineense e caboverdiana, mas por outro lado, ainda não estavam definidos os moldes em que repousariam a almejada unidade binacional. No entanto, esse vazio acumulava transtornos político-militares e sociais de carácter previsível que rejeitavam a continuidade ideológica da unidade. No que se refere ao aspeto político-militar estava a questão do debate sobre a revisão constitucional, a pressão de grupos nacionalistas guineenses ante unidade Guiné e Cabo Verde e a promoção nas Forças Armadas; enquanto que no social, presenciava-se a crise mundial de petróleo ocorrida em 1979, que teve repercussões nas economias mundiais e nacionais que, conseqüentemente, afetou a embrionária economia guineense provocando uma grave rotura de *stock* alimentar com o escassez de géneros de primeira necessidade.

Sobre o projeto da nova Constituição, antes de passar pela aprovação na ANP foi submetida a um debate nacional que incluía consulta popular, discussão no Conselho dos Comissários, nos Quartéis e no Conselho Nacional da Guiné (CNG)⁶² presidida pelo então comissário principal João Bernardo Vieira (Nino). Nesses lugares, apenas a população reprovou o projeto, todos os órgãos públicos mencionados, inclusive, a ANP aprovaram o projeto, e a Constituição deveria entrar em vigor a partir do 1º de Janeiro de 1981.

Sobre a unidade Guiné e Cabo Verde eis o que diz a nova Constituição⁶³:

“radica nos interesses permanentes da Guiné-Bissau, em criar com o povo de Cabo Verde uma união orgânica livre e voluntária para a construção de uma

⁶² O CNG é um órgão consultivo e deliberativo sobre a posição guineense relativamente a questão da unidade Guiné e Cabo Verde.

⁶³ In Nô Pintcha ed.752, pág. 4 e 5, 13/11/1980.

pátria forte e próspera”. A união orgânica será democraticamente decidida pelos representantes legítimos, eleitos dos povos, e sujeita a referendo popular. Para a materialização deste princípio basilar do PAIGC, incumbe à Guiné-Bissau incrementar e fortalecer relações de cooperação e convivência com Cabo Verde, na base de uma estratégia comum sócio-económico que tenha por fim o estabelecimento de planos de desenvolvimento global e harmonioso. Os traços fundamentais dessa estratégia são a elaboração de programas de desenvolvimento convergente e complementar, e a criação de condições político-administrativas que possibilitem a coordenação e articulação das estruturas do poder de Estado da Guiné-Bissau com as do Cabo-Verde. Para a concretização dessa unidade, o nosso país consente, em termos de reciprocidade, com Cabo Verde na criação e coordenação de estruturas inter-estatais de cooperação, bem como nas estruturas supranacionais de integração que melhor assegurem o progresso e a justiça social para o conjunto dos povos de dois países irmãos.

Uma das principais armadilhas para deflagrar o golpe, foi a incapacidade, senão os erros do projeto da unidade que o próprio PAIGC cometeu. Ou seja, análises feitas por Sambu (1998); Nóbrega (2003) e Silva^(b) (2003) observam o golpe de Novembro de 80 apenas como um movimento “anti-caboverdiano” liderado por guineenses descontentes com o regime. Sem negar os factos apontados por esses observadores, preferimos somá-los a outros seguintes fatores como: a formação colonial e suas influências sociais; a disparidade constitucional entre os dois países; a existência de opositores guineenses externos ao partido, que faziam pressão à unidade; ausência de equilíbrio de interesses entre os dois países; distribuição irregular de patentes nas forças armadas e, não muito menos importante, a condição natural a que a providência desigualmente ofereceu aos dois países. Pensar na unidade orgânica dos dois países sem criar certo equilíbrio nas suas leis era permitir a existência de grupos que podem encontrar na revolta a “solução ou saída” para sua ambição. E foi o que aconteceu e fragilizou os propósitos da organização. Por isso, na opinião de Helder Proença⁶⁴ as causas do golpe podem ser encontradas nas contradições não solucionadas:

⁶⁴ Entrevista concedida para fins desse trabalho no dia 17/08/08.

(...) as contradições políticas, sobretudo, entre a ala guineense e a caboverdiana foram decisivas para a alteração da situação política na Guiné-Bissau. Portanto, na altura um dos fatores que determinou toda a mudança política foi o debate sobre a revisão da Constituição da República. O PAIGC ainda era um partido supranacional e geria os dois Estados (Guiné e Cabo Verde) e estava já, enfim, a vista desarmada clara contradição entre as duas alas, e quando se deu o debate sobre a revisão da Constituição da República, sobretudo no tocante a abolição da pena de morte essa contradição conheceu o seu ponto alto. Enquanto que em Cabo Verde advogava-se que foi a opção do Estado caboverdiano abolir a pena de morte, aqui na Guiné houve reticência e a negação em abolir a pena de morte, e isso foi interpretado como uma intenção da ala caboverdiana de, enfim, tratar a Guiné-Bissau como uma espécie de cobaia, etc. As razões são várias, e muitas das vezes, pertence a um plano subjetivo, mas a verdade é que, nessa contradição é porque havia também em certos níveis da administração pública, certa hegemonia caboverdiana e criou-se um mal-estar. Esse mal-estar levou ao golpe de Estado de 1980 liderado pelo atual presidente, Nino Vieira. Portanto, foi uma primeira experiência, digamos hoje, distanciando dos acontecimentos negativa para o país. Foi a primeira experiência que a Guiné-Bissau conheceu de alteração da ordem constitucional através dos métodos violentos e anticonstitucionais.

Contudo, Nóbrega (2003:227) ao procurar observar a razão da rotura, deixa transparecer a aparente dificuldade analítica e considera de “simples”, mas “polêmicas” essas diferenças constitucionais então existentes entre os dois países:

- Na Guiné-Bissau, o acesso ao cargo do presidente da República praticamente aberta a cidadãos guineenses, caboverdianos e descendentes, enquanto que em Cabo Verde, para esse mesmo cargo, eram elegíveis apenas os cidadãos caboverdianos.
- Outro ponto é a concentração de poderes decisórios nas mãos do presidente da República, conforme os artigos 70 n.º 3 e 75º da nova constituição.
- E, finalmente, enquanto que na Guiné a pena de morte é um recurso legal que deve ser aplicada aos presumíveis transgressores, em Cabo Verde a sua institucionalização fora rejeitada.

Os pontos não são simples como Nóbrega (2003) afirma porque além de rejeitar o princípio de convergência de medidas, foi colocado numa base desigual os interesses nacionais de construir pelo menos em teoria uma unidade efetiva. Ainda mais, isso se notabilizou porque a ditadura é um modelo político que não privilegia a discordância – ou você está de acordo com o líder para continuar ao lado dele ou discorda e é reprimido e afastado. E nessa altura embora os guineenses eram maioria na direção do partido, as tomadas de decisões eram influenciadas pelos caboverdianos porque detinham mais barganha para o efeito. Talvez partindo desse pressuposto, o grupo discordante optou pela usurpação do poder como mecanismo para dizer por um lado, somos contrários a esta mudança constitucional e, por outro, como forma de se autopreservar a vida dos integrantes e continuar no poder.

De acordo com Amadi Baldé⁶⁵, veterano de guerra colonial na Guiné, Amílcar Cabral nunca tencionava assumir o poder em nenhum dos dois países, no entanto, para esses cargos, ele pretendia colocar Osvaldo Vieira⁶⁶ na Guiné e em Cabo Verde Aristides Maria Pereira. E se essa suposta intenção de Amílcar Cabral fosse verdadeira e considerada pelos seguidores, talvez o seu projeto tivesse mais consistência e durado mais tempo. Porque, o real motivo para o golpe de estado estava na negação guineense da liderança caboverdiana. A mudança constitucional e suas diferenças eram pretextos que se somaram as várias outras constatações e fatos para legitimar a ação golpista. O partido nunca procurou enfrentar com seriedade a questão de distribuição de cargos entre os dois principais grupos que lutavam pelo controle do poder, com medo de perder a coesão, e acabou por se autodestruir politicamente. Para o líder do golpe, então comandante de brigada Nino Vieira, numa das suas primeiras declarações públicas, afirmou que o seu grupo decidiu agir daquela forma porque⁶⁷:

estamos pela unidade, mas na igualdade, na justiça, e não pelo domínio de uns sobre outros. Cada um deve governar a sua terra e só os dois devem decidir livremente sobre a unidade”. Nós entendemos que, enquanto houver caboverdianos no governo da Guiné-Bissau, também deve haver guineenses no

⁶⁵ Nô Pintchá, ed. 2002, Pág. 10-11, 02/10/2008.

⁶⁶ Osvaldo Vieira faleceu em 1973 durante uma intervenção cirúrgica.

⁶⁷ Nô Pintchá, ed. 759, Pág. 6, 31/12/1980.

governo de Cabo Verde, e não só de um lado. Só assim, é que de facto somos irmãos e queremos a unidade. Fizemos a luta armada com muitos camaradas caboverdianos e alguns hoje ascenderam a altos postos de hierarquia militar e outros são comissários. Isso é a prova do nosso desejo de unidade. Nós exigimos somente a igualdade de direitos. Não temos nada contra os caboverdianos residentes em Bissau. Mas aquele que quiser ir-se embora, paciência, não podemos proibi-lo que vá para a sua terra, e os que sentem que esta terra lhes pertencem, e que desejam ficar, podem fazê-lo e ninguém lhes fará mal.

Como podemos perceber, a declaração acima exposta confirma, por um lado os motivos do golpe de Estado e, por outro, demonstra a existência de desequilíbrio que o próprio partido deixou transparecer, tanto que, nessa frase dita pelo líder do golpe, Nino Vieira: “Cada um deve governar a sua terra e só os dois devem decidir livremente sobre a unidade” transmitia a clara demonstração de insatisfação da ala guineense sobre a inconsistência e desequilíbrio da unidade.

O que aconteceu com a consumação do golpe? Não houve nenhuma mudança de fundo, ou seja, as práticas apontadas como causas do golpe foram mantidas, como por exemplo, pena de morte, distribuição irregular de patentes nas Forças Armadas e outras práticas não foram abolidas enquanto a ditadura continuava como prática corrente. Houve apenas um curto período de descentralização do poder do presidente da República, (1982 a 1984), e dois anos depois ele voltou a controlar tudo, com o afastamento do primeiro ministro, Victor Saúde Maria. Aliás, a centralização, a opressão, a personificação do poder e, muitas das vezes, a pena de morte são comportamentos inerentes aos regimes de partido único⁶⁸. De forma que, vale à pena sublinhar que as críticas feitas pelos golpistas ao regime deposto, não passavam de simples manipulação para convencer, principalmente, a comunidade internacional e a massa guineense a legitimar suas atitudes anticonstitucionais. De certa forma, era notória a ambiguidade nos discursos explicativos das razões do golpe. Quer dizer, apesar de autodenominarem-se de “Movimento Reajustador”, (MR), que explicita em termos semântico a necessidade de “ajustar” algo que é irregular na forma de funcionamento do partido e/ou Estado, os líderes golpistas

⁶⁸ Sobre o comportamento de regimes monolíticos e/ou autoritários, ver Duverger (1980); Aron (1966) e Neumann (1969).

enraizados na tradicional estratégia de escamotear a realidade, se contradizem ao afirmar que:

As razões do Movimento Reajustador não estão voltadas contra caboverdianos, ou quaisquer outros grupos ou camadas sociais, mas sim contra a injustiça, o nepotismo, a corrupção, o amiguismo, em suma contra os direitos sagrados do nosso povo, que um pequeno grupo de dirigentes pretendia espezinhar, transformando esta terra, num feudo de certo grupo imbuído de espírito de régulo⁶⁹.

Se no primeiro momento diziam que *cada um deve governar a sua terra e só os dois devem decidir livremente sobre a unidade*, por que depois afirmam que *as razões do Movimento Reajustador não estão voltadas contra caboverdianos?* Talvez podemos admitir que não é contra país irmão Cabo Verde, mas contra um grupo de “cidadãos caboverdianos”.

Entretanto, uma das primeiras ações do Conselho da Revolução (CR) foi de extinguir as funções de todos os órgãos do partido e do Estado⁷⁰ pelo decreto lei n.º 1/80⁷¹. As funções desempenhadas até então por esses órgãos passaram a ser desempenhadas pelo CR que também assume o papel legislativo.

Essa alteração violenta do poder, na realidade, não provocou confronto militar com graves consequências sociais e humanas. Alguns altos responsáveis do partido e de Segurança de Estado foram assassinados, como António Alcântara Buscardini, Otto Schacht, André Pedro Gomes, este último segundo o CR suicidou-se na prisão deixando a mensagem escrita com a ponta do cigarro e que diz o seguinte:

⁶⁹ In: Nô Pintchá, ed.758, pág. 2, 29/11/1980.

⁷⁰ Além dos órgãos deliberativos do partido BP e CC, também foram extintos de suas funções na ANP, no CCE e no CE.

⁷¹ Este Conselho era formado por nove elementos e mais quatro colaboradores, respectivamente: Nino Vieira comandante de brigada, Victor Saúde Maria, comandante Iafai Camará, primeiro comandante Paulo Correia, comandante Manuel Saturnino Costa, comandante Bouta NamBatcha, comandante João da Silva, Eng.º Samba Lamine Mané, Capitão Bnghate Na Beate, Joseph Turpin, Dr. Victor Freire Monteiro, Eng.º Mário Cabral e Dr. João Cruz Pinto (IN: Nô Pintchá, ed. 753, 24/11/1980).

“Camarada Nino! É preciso justiça. Ficou muita gente por julgar”⁷².

Uma mensagem implícita e também ambígua. Que conclusão pode-se tirar dessa frase? Pois, a leitura feita na época por único jornal público, *Nô Pintchá*, é de que foi um ato de arrependimento, aliás, tanto o jornal quanto a estação da Rádio Difusão Nacional eram órgãos a serviço do poder instaurado pelo golpe e cujas mensagens ajudaram a legitimar e a divulgar o motivo de transformação política na Guiné. A verdade é que a sua subjetividade nos leva além de uma expressão de arrependimento, porque também pode ser visto e entendido como uma acusação de que os autores do golpe não são isentos de punição.

Uma das estratégias usadas pelo CR, mais do que falar sobre os reais motivos do golpe acima citado, procurou exibir atrocidades cometidas pelo regime deposto para aliciar a massa e procurar um reconhecimento internacional para justificar que era necessária a mudança de regime. Tanto que, fora publicada uma lista contendo nomes das vítimas executadas pelo regime deposto:

Em seis anos de independência quinhentas pessoas foram executadas nas matas de Cumeré, Portogole e Mansabá. De acordo com as fichas criminais que chegaram as mãos do Conselho de Revolução foram alvos desse comportamento os elementos ligados a Malam Sanhá, ex-comandos africanos e colaboradores da PIDE/DGS. Todos os acusados foram executados sem julgamento⁷³.

Social e psicologicamente, essa campanha não só recebeu um significativo apoio das massas, como também, provocou um sentimento de revolta e ódio aos cidadãos acusados de terem colaborado com o antigo regime. A verdade é que mesmo após essa transformação, dado a complexidade e, sobretudo, o possível envolvimento de alguns comandantes do CR nas deliberações dos fuzilamentos, nunca ninguém fora julgado para apurar a verdade sobre as execuções que aconteceram no país.

⁷² In: *Nô Pintchá*, ed. 759, pág.3, 31.12.1980.

⁷³ In: *Nô Pintchá*, ed. 754, pág. 4-5, 29.11.1980.

2.8. RUPTURA DA UNIDADE GUINÉ E CABO VERDE

Após várias tentativas ante unidade Guiné e Cabo Verde, perpetradas por alguns militantes do partido e, também, por grupos nacionalistas guineenses na oposição, o golpe de 14 de Novembro foi comemorado como se fosse uma segunda independência, como diz o líder e comandante de Brigada, Nino Vieira: *agora temos voz ativa para dizer qualquer coisa*⁷⁴.

Uma das primeiras atitudes do CR foi extinguir o partido de todas as suas responsabilidades e atividades políticas na Guiné. Esse fato denotava certo interesse em provocar ruptura com a direção do partido. E essa intenção rapidamente se materializou na troca de mensagens⁷⁵ entre o líder e comandante de Brigada, João Bernardo Vieira (Nino), com o então secretário-geral do PAIGC e presidente de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira. Segue o trecho do diálogo mantido via telex entre Nino Vieira e Aristides Pereira:

João Bernardo Vieira (Nino)

(...) Estamos prontos e abertos para discussões com o camarada secretário-geral sobre os acontecimentos do 14 de Novembro e a continuação da obra que nos legou Amílcar Cabral. Qualquer tentativa de influenciar a nossa marcha será categoricamente rejeitada e o camarada secretário-geral poderá daí tirar as conclusões que entender.

Aristides Maria Pereira

(...) Sendo assim, pensamos que é tempo de cada um assumir de fato as suas responsabilidades frente ao seu povo, à África e à história. Nem os dirigentes de Cabo Verde, nem o povo caboverdiano vão tolerar que se pretenda, através de manobras de diversão e de uma sistemática intoxicação demagógica, atribuir-

⁷⁴ In: Nô Pintchá, ed. 754- pág.8, 29.11.1980.

⁷⁵ Em anexo, está o trecho completo das mensagens trocadas entre o comandante do Conselho da Revolução, João Bernardo Vieira e o secretário-geral do PAIGC, Aristides Maria Pereira. Salienta-se que os referidos textos foram extraídos em Sambu (1989:75-81).

lhes a responsabilidade não só pela situação criada na Guiné, mas também pelas consequências do golpe de Estado na vida do partido e no projeto da unidade, que incumbem unicamente aos dirigentes e responsáveis nacionais da Guiné. Somos obrigados a nos demarcamos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia.

A ruptura foi decidida entre os dois líderes, João Bernardo Vieira (Nino) e Aristides Maria Pereira. Alguns anos após o fim da unidade o analista guineense Silva^(b)(2003:131) demonstrou a sua insatisfação e fez a seguinte leitura:

(...) se o golpe como pensavam os guineenses, livrou a Guiné-Bissau definitivamente da injusta prática de unidade com caboverdianos, por outro lado, Cabo Verde se livrou definitivamente da crônica confusão dos guineenses.

Ainda concluiu que, a partir desse acontecimento, cada um foi fazer a sua vida: “Cabo Verde provou que não precisava da Guiné para avançar ou retroceder, enquanto que a Guiné adquiriu o direito de, sozinha, cometer suas asneiras ou de não cometê-las”.

Essa observação de Silva (2003) é incompleta porque não conseguiu esclarecer que a responsabilidade pela rotura não era apenas dos guineenses, mas foi o resultado de luta de classes e, sobretudo, a explicação última de consequências que o desaparecimento de Amílcar Cabral provocou no partido. O óbvio é que ficou evidente que a nova liderança era incapaz de dirigir e/ou sustentar o princípio ideológico do PAIGC nos moldes preconizados pelo seu principal ideólogo. E o próprio Aristides Pereira (2012) no seu livro, “Minha vida, nossa história”, deixou transparecer que estava mais preocupado com Cabo Verde do que com a unidade entre Guiné e Cabo Verde. Talvez para evitar o mesmo nível de comprometimento e incompreensão pelo qual o Amílcar sofreu da parte dos militantes dos dois países e que lhe valeu o assassinato. Por isso, procurou evitar opinar enquanto secretário geral sobre os problemas de luta pelo poder entre Luís Cabral e Nino Vieira. E mais, os caboverdianos além de serem detentores de recursos políticos eram pouquíssimos comparativamente aos guineenses que eram um número extremamente maior e com sentimento expresso de falta de privilégio, mas também porque academicamente eram limitados em razão de um processo colonial retrogrado e desigual.

Hoje, entre analistas e políticos guineenses, existe unanimidade que essa alteração contribuiu para posteriores instabilidades e fragilização do poder do partido e que mais tarde foi responsável por um conflito armado que durou onze meses⁷⁶. Já no aspecto económico, o país além de perder a parceria caboverdiana que estrategicamente era um mercado consumidor de grande valia, a nova administração deixou desaparecer mais de meia dúzia de pequenas unidades fabris que haviam sido instaladas. Segundo Barros (2011: 18-19) essas unidades, particularmente, o Complexo Agro-Industrial de Cumeré, (CAIC), não eram sustentáveis, tanto do ponto de vista de matéria prima para o abastecimento quanto do escoamento do produto porque nessa altura os europeus começaram a colocar em causa a qualidade do óleo de amendoim. Contrariamente a tese defendida por Barros (2011), Duarte (1993: 266), considera que os investimentos feitos não tiveram impacto na evolução da economia, porque houve pouco investimento das capacidades produtivas instaladas e que algumas empresas nunca chegaram a entrar em funcionamento. A inconsistência do equívoco cometido por Barros (2011), é que embora os europeus começaram a pôr em causa a qualidade de amendoim em detrimento do girasol, não é razão suficiente para inviabilizar o investimento, além do mais, o mercado a que se destinava a sua comercialização é local e subregional. A verdade é que, o óleo de amendoim não é prejudicial à saúde, mas do ponto de vista financeiro é menos rentável do que as matérias primas que hoje se destinam à produção de óleo alimentar.

A incapacidade de dinamizar as recém instaladas unidades fabris provocou o agravamento rápido do problema social, com o crescimento do desemprego, perda de capacidade de compra e a constante desvalorização da moeda nacional na altura, peso⁷⁷. O fracasso na estruturação económica e a pressão externa provenientes do FMI e BM obrigaram o PAIGC a liberalizar o mercado para ganhar mais credibilidade junto aos parceiros económicos internacionais e continuar a garantir apoios para suportar o seu Orçamento Geral do Estado.

⁷⁶ Após mais de meia dúzia de supostas tentativas de golpes de Estado, na madrugada de 7 de Junho de 1998 eclodiu um confronto armado militar em Bissau que pôs frente a frente, o presidente da República eleito, João Bernardo Vieira ante o seu ex-chefe de Estado Major General das Forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané. Situação que conheceu o seu fim, com a deposição do presidente da República no dia 6 de Maio de 1999. De salientar que, este ato ocorreu já no período democrático e não foi o único que aconteceu nesse período.

⁷⁷ Peso foi a moeda nacional instituída no país em 1977 pelo PAIGC, que tirou de circulação o Escudo português que vigorava durante a colonização e depois nos primeiros três anos da independência.

Após vários anos do golpe de 14 de Novembro, numa observação do que representa, principalmente, para a Guiné-Bissau o fim da unidade com Cabo Verde, eis a leitura que Silva^(a) (2003:133) nos faz:

(...) a “unidade Guiné e Cabo Verde”, afinal, não passava de um “laço entre”, um laço partidário que o golpe militar deslaçou, então, não haveria muita coisa a temer já que cada um passaria simplesmente a cuidar de si próprio, digamos assim, na unidade consigo próprio. Não era normal, portanto, supor-se que com o deslaçar do projeto da unidade binacional guinéo-caboverdiana uma terrível complicação fosse surgir precisamente por inércia de um golpe que dizem ter libertado a Guiné-Bissau pela “segunda vez”. A verdade é que para a Guiné-Bissau impôs-se desde então uma nova realidade, a realidade do golpe militar vitorioso com implicações internas infinitamente mais graves do que as insignificantes implicações resultantes da quebra de relações com Cabo Verde.

Além das motivações políticas que acima mencionamos que estiveram na origem do MR e, conseqüentemente, da ruptura entre os dois países, as condições naturais a que a natureza desfavoravelmente ofereceu a Cabo Verde, fizeram os “guineenses acreditarem” que o desenvolvimento deste país dependeria da exploração dos recursos naturais que a providência ofereceu abundantemente a Guiné-Bissau. Entretanto, essa “exagerada” confiança na natureza que por si só não faz bonança, enquanto não for usada a suficiente racionalidade para transformar e administrar os bens que dela se extrai, fez os guineenses se acomodarem na luta pelo desenvolvimento. Enquanto isso, Cabo Verde ciente de sua realidade natural, os seus dirigentes souberam usar a cabeça e está a acompanhar os passos do desenvolvimento, fato que o permitiu no dia 19 de Novembro de 2007 assinar uma parceria especial com a União Europeia⁷⁸. Hoje, incrivelmente, Cabo Verde é um dos principais destinos dos guineenses à procura de melhores condições de vida, simplesmente, a ironia da história.

As transformações ocorridas na Guiné-Bissau, alteraram a história que começou a ser construída a partir de 19 de Setembro de 1956 com a fundação do PAIGC. A nova

⁷⁸ Ver www.governo.cv, acessado no dia 22/04/09.

história se construiu e, simultaneamente, se desconstruiu a do partido e, como é natural nessas circunstâncias, a do líder Nino Vieira passasse a ser a absoluta e mais real⁷⁹. Com isso, 14 de novembro entrou na fileira de feriado nacional, a Avenida principal que liga o ex-aeroporto internacional de Bissalanca (agora aeroporto internacional Osvaldo Vieira), que antes era denominada de “Avenida Unidade Guiné e Cabo Verde” passou a denominar-se “Avenida 14 de Novembro⁸⁰” e, posteriormente, “Avenida dos Combatentes de Liberdade da Pátria”. Em Cabo Verde, as atitudes foram mais radicais, decidiram logo em Janeiro de 1981 alterar a sigla, PAIGC para Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV) e, anos mais tarde, a bandeira e o hino nacional foram mudados. Como disse o presidente Aristides Maria Pereira, para demarcar a situação provocada na Guiné. Os guineenses, por seu turno, optaram por questões históricas pela manutenção dos símbolos como forma de preservar a memória coletiva do partido e dos dois países.

O que não se conseguiu preservar foi o processo de desenvolvimento em curso que logo após a ruptura entrou em declínio porque houve a desarticulação do cérebro do partido. Na consideração feita por uma das opositoras à unidade Guiné e Cabo Verde, Zinha Vaz, que ainda hoje defende a sua posição considerando os moldes que ela julga favorecerem a parte caboverdiana. Na sua observação disse-nos o seguinte⁸¹:

(...) nos primeiros anos da independência, quer dizer, na primeira República, durante a presidência de Luís Cabral havia uma estratégia, uma visão do desenvolvimento. Que era para desenvolvermos a Guiné-Bissau. Vamos partir antes da industrialização do país. Estava clara esta visão. Então se começou a fazer um trabalho – a construir fábricas, a dar emprego, a educação, inclusive, havia um plano estratégico de vinte anos para a educação. Onde se dava prioridade a pessoas de maior idade (alfabetização de adultos). Havia bolsas de estudo, havia um plano e a economia era planificada. Havia uma distribuição de riqueza equitativa e era um período de ditadura, mas não havia a pobreza à vista

⁷⁹ Essa prática de culto de personalidade foi sempre a metodologia utilizada pelos atores dos sucessivos golpes que ocorreram no país.

⁸⁰ Durante o governo do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, a avenida foi rebatizada com Combatente da Liberdade da Pátria.

⁸¹ Entrevista concedida no dia 05/02/2009.

desarmada. Após o 14 de novembro houve uma grande asneira, porque o partido perdeu a linha de comando, por um lado e por outro, porque se aderiu a uma liberalização econômica selvagem. (...) depois, os nossos dirigentes não tiveram a coragem de sentar, revisar o que tinham feito até 1980 e traçar uma estratégia dali para frente.

Em resumo, independentemente da leitura que hoje podemos fazer, o fim da unidade estabeleceu uma nova ordem na dinâmica política, económica, social e cultural nos dois países. Se por um lado se confirmou a necessidade de não desperdiçar os cérebros, por outro, ficou a lição de que a violência além de ser inimiga da ordem, corrói o diálogo e obstaculiza o desenvolvimento. Entretanto, além dos obstáculos que o regime militar causou a si próprio em não permitir as diferenças ideológicas, o golpe de estado de 80 representou o adiamento da possibilidade de o PAIGC evitar futuros conflitos e assumir a governação com mais tranquilidade, responsabilidade e dinamismo.

2.9. A NOVA FASE DOS CONFLITOS

A existência de crises (ou contradições) é própria das organizações partidárias e/ou sociais⁸². No caso do PAIGC, que nasceu como um movimento revolucionário, a subversão interna, recurso às armas e a intolerância ideológica marcaram sucessivamente a fase posterior a ruptura com Cabo Verde. Ao abdicar de considerar a sua própria diversidade que, aliás, era um princípio estatutariamente declarado, o PAIGC, no ponto de vista daquilo que Arendt (2007:21) considera política, que significa concebe-la como relação entre os diferentes, os seus responsáveis tiveram dificuldades em enquadrar nesse conceito.

De acordo com Sambú (1998); Silva^(b)(2003) e Nóbrega (2003) a situação de conflito instalada no PAIGC, no período pós 14 de Novembro tem duas possíveis explicações: a primeira, é a disputa entre Mandingas e Beafadas liderada, sobretudo, pelos coronéis Iafai Camará e Ansuma Mané ante Balantas sob a liderança de Paulo Correia e Viriato Pã; a segunda, foi a consequência do referido antagonismo étnico e que atribuiu poderes as armações da polícia política (civil e militar) que resultaram na prisão e no

⁸² Ver Panebianco (2005).

fuzilamento de militantes e altos responsáveis do partido, maioritariamente da etnia Balanta. Grupo maioritário nas Forças Armadas em razão de que o teatro da luta de libertação nacional ocorreu nas regiões norte e sul povoadas consideravelmente por essa sociedade que acabou por formar a base da estrutura militar guineense.

Essa estrutura criada pelo poder foi responsável por vários outros conflitos, sendo que dois deles marcaram a história do partido na década de 80: casos 13 de março de 1984 e 17 de outubro de 1985. Entretanto, a configuração de disputa se tornou visível a partir do segundo acontecimento, momento em que houve uma acusação de que a ala Balanta pretendia assumir o poder – no entendimento de Helder Proença⁸³ a explicação para entender exacerbação de conflitos no partido de que é militante foi porque:

(...) herdamos as crispções existentes entre facções na luta e que foram reportadas pela fase pós-independência, porque há uma conscidência entre a geração que dirigiu a luta de libertação nacional e a que dirigiu o pós-independência. Portanto, houve rivalidades que começaram desde luta de libertação nacional e cristalizaram depois da independência. E, muitas coisas, penso eu, por além de outras justificações tem um cunho de ajustes de contas. É mais isso, do que lutas étnicas. Eu penso que, não era, digamos, uma estratégia elaborada no sentido de perseguição étnica dentro do partido, mas talvez sim, algum método que se herdou da luta de libertação nacional de certas pessoas. As intrigas políticas que chegaram a pontos extremos que levaram a tomar medidas penosas dentro do partido. Isso tem a ver mais com intrigas políticas palacianas, revalidadas entre atores e lideranças de opiniões dentro do partido do que, efetivamente, uma perseguição étnica clara, isto é a minha visão.

Tanto quanto o militante Helder Proença, o opositor Domingos Fernandes da RGB/MB também acha que a questão étnica não é no fundo a única explicação para entender as contradições e o fracasso do desempenho político partidário do PAIGC durante o período da ditadura militar. Para ele, o componente étnico começou a ganhar o

⁸³ Entrevista concedida para fins desse trabalho no dia 17/08/08. Helder Proença foi assassinado por um grupo de militares no passado dia 5 de junho de 2009 sob a acusação de estar a liderar uma suposta tentativa de golpe de estado.

espaço no cenário conflituoso do PAIGC exatamente após o golpe de estado de 1980, contudo, considera PAIGC, entre todos os grupos políticos existentes hoje na Guiné, como o que menos tem este componente a condicioná-lo.

A Guiné-Bissau apresenta uma estrutura social heterogênea, composta por aproximadamente cerca de vinte grupos étnicos, sendo que alguns já em risco de extinção. E à semelhança de grande parte de países africanos, essa composição social aliada ao baixo índice de alfabetização têm sido problemas que obstaculizam o funcionamento das instituições. Contudo, oficialmente a existência destes problemas continuam sendo negligenciado pelo poder público e atores político na era democrática. A forte presença da pretença étnica no comportamento dos cidadãos está a inibir nos dias atuais o sentimento da nação e a abrir possibilidades para o acirramento do conflito de caráter étnico. O quadro abaixo mostra a forma como grupos mais numerosos estão representados na estrutura social do País:

Quadro 1: Representação percentual das etnias por população

Grupos étnicos	%
Balantas	26
Fulas	25,4
Mandingas	13,7
Manjacas	9,2
Papéis	9,2
Mancanhas	3,54
Beafadas	3,2
Bijagós	2,1
Felupes	1,43
Nalús e Sossus	1,2
Outros*	5,3

Fonte: (Censo 1991) in: Nóbrega (2003)

*Acrescentado pelo autor.

Não obstante, o PAIGC por ter surgido num momento particular da história nacional em que havia uma mobilização à unidade nacional, internamente é muito difícil

perceber na sua estrutura política a predominância de um dos grupos acima representado. Em nenhum momento um grupo conseguiu ter o domínio visível ao ponto de provocar insatisfação entre outros militantes. Grande maioria das manifestações conflituosas se dava entre a sua estrutura política e das FARP, braço armado do partido. Por que isso acontecia? Após o golpe de 1980, os Balantas que sempre constituíram o grupo majoritário nas FARP, eram vistos como uma ameaça ao poder. Paulatinamente criou-se estigma e tácitamente criaram barreiras que impediram que oficiais dessa etnia ocupassem cargos estratégicos de mando na estrutura militar; por exemplo, chefia de Estado-Maior ou de outros três ramos – Marinha, Exército e Força Aérea. Comportamento que permitiu instalar a lógica da violência e os conflitos passaram a ser resolvidos na ponta das armas, principalmente, após conflito armado, momento em que os Balantas conseguiram de facto apoderar-se das FARP e passaram a controlar o poder político democrático. Uma das transformações que houve e, que aparentemente confirma a insegurança do poder nas vésperas de abertura política, além das mexidas nos quartéis, foi a estratégica transferência da estação de Rádio Difusão Nacional (RDN), a estatal e única com direito a emitir no país naquela altura, de uma instalação civil⁸⁴ no centro de Bissau para o aquartelamento da Marinha de Guerra Nacional⁸⁵. Um facto que pode ser visto como indicador que aponta para continuidade de instabilidade e luta pelo poder mesmo depois de mudança política.

2.9.1. CASO 13 DE MARÇO DE 1984

Foi a primeira grande cisão entre os elementos do CR que resultou no afastamento de sua segunda figura, o primeiro-ministro Victor Saúde Maria⁸⁶. Ele e mais outros militantes civis, entre eles, estavam Nicandro Barreto, procurador-geral da República, Joseph Turpin, ministro dos Recursos Naturais, Victor Freire Monteiro, ministro da Economia e Finanças, Avito José da Silva, ministro da Educação Nacional e João Cruz

⁸⁴ A estação estava numa parte do edifício dos Correios em frente a Sê-Catedral de Bissau.

⁸⁵ Apesar das transformações políticas preconizadas pela instauração do regime democrático, a emissora estatal continua até hoje a funcionar dentro das instalações de Marinha de Guerra Nacional.

⁸⁶ Além de perder o cargo de primeiro-ministro, Victor Saúde Maria também fora expulso do partido sob a deliberação do Comité Central, mais detalhes, consultar o relatório do CC do PAIGC no seu IV Congresso.

Pinto, ministro da Administração Interna e outros camaradas acusados de tentativa de derrubar o presidente da República, João Bernardo Vieira (Nino).

Antes desse acontecimento segundo Sambú (1989:182) ex-agente dos serviços de Segurança de Estado, já haviam acontecido outros pequenos casos. No entanto, a partir dos acontecimentos de Novembro de 80, o que se nota é o estabelecimento de uma nova ordem na luta pelo poder no país. Nessa nova ordem a disputa deixou de ser política no seio dos órgãos do PAIGC e passou a ser militar com supostas ameaças de golpe de Estado. Existia certa dificuldade em separar o político do militar nas ações do partido, isso pela peculiaridade própria de sua estrutura funcional de um lado, e do outro, explica-se pela figura do presidente da República que é um militar general e que exercia na época uma considerável influência nos quartéis.

De acordo com Sambu (1989:135) a origem da discórdia entre Saúde Maria e Nino Vieira estava na decisão de extinguir o cargo de primeiro-ministro. Possibilidade que Saúde Maria discordava, alegando que um dos pretextos do MR era não permitir que o presidente da República acumulasse o poder. Como é “proibido desafiar” o líder na ditadura, a disputa foi interpretada como uma afronta ao líder. E o ministro da defesa, Iafai Camará, que coordenava ações da polícia política acusou Saúde Maria de tentar aliciá-lo para executar o golpe de estado. Ao tomar conhecimento da acusação que estava sendo alvo, pediu demissão do cargo. Conforme a sua viúva Maria Augusta Furtado⁸⁷:

(...) o Victor aqui em casa escreveu uma carta pedindo a sua demissão do cargo, e só me disse isso após ter entregado a carta e resolvi fazer algumas cópias e a enviei para algumas representações diplomáticas acreditadas no país. E nós? Quando nos prenderam roubaram-nos a carta que tínhamos. O Alexandre Vieira tem essa carta, o Osvaldo que está na Presidência foi quem ajudou o Victor a redigir a mesma, solicitando pura e simplesmente a sua demissão do governo, e ainda pediu que fosse colocado em qualquer outra parte, mas, menos continuar no cargo que até então ocupava. E quando uma pessoa vinha á nossa casa era segurança, era coisa, ah Nino sabes uma coisa, o Victor quer tomar o teu lugar e foi tudo à base de intriga. E o Victor morreu a gostar do homem, dizia sempre

⁸⁷ Entrevista concedida no dia 07/08/08 para fins do nosso trabalho.

assim: o homem prendeu-me mas eu o ajudei muito. Como o Ansumane Mané chegou a dizer; eu ajudei incondicionalmente o meu irmão e tudo o que eles tinham dito de mim ou de Victor era tudo mentira e não existia nenhuma verdade. Nunca houve tentativa de golpe de Estado, porque o Victor era covarde e não tinha amigos nas forças armadas, e mesmo dentro do PAIGC poucos eram seus amigos. Por quê? Porque viajava sempre com Cabral à procura de tudo enquanto para a luta de libertação, e os ignorantes achavam que ele ia passear, mas, na verdade ele estava a trabalhar para o desenvolvimento da luta. O Victor foi o homem que colocou a Guiné-Bissau sob a liderança do PAIGC na OUA, ONU, UNESCO, no Não-Alinhado e em várias outras organizações internacionais. Fez muito trabalho, não estou a superestimá-lo, mas sempre foi um homem honesto e dedicado.

Sambú foi o agente de segurança que o poder incumbiu de presidir uma comissão de inquérito para averiguar o caso e escutar os acusados, entre os quais, o próprio Saúde Maria. De acordo com ele, após os trabalhos a comissão concluiu que a referida acusação não passava de uma invenção caluniosa. Eis o relato do encontro que ele e o Chefe da Casa Civil, Binhanquerem Na Tchanda tiveram com Saúde Maria em Bubaque:

Alguns meses mais tarde, o então chefe da Casa Civil da Presidência, Binhanquerem Na Tchanda, comunicou-me ter recebido ordens do Presidente Nino Vieira para ir comigo a Bubaque, a fim de interrogarmos o ex-primeiro ministro, embora não tivéssemos elementos para inquirição nem se tivesse elaborado qualquer processo condenatório contra ele. Antecipando-se ao nosso interrogatório, o próprio Victor Saúde Maria apresentou provas de que não dispúnhamos de argumentos convincentes que esclareceriam a sua inocência.

E quando foi informado por homens de segurança que estava em curso um golpe de Estado, o presidente Nino Vieira, resolveu procurar apoio de massa e num comício público em Bafatá, região leste do país, anunciou que estava sendo vítima de uma tentativa de golpe por parte do seu primeiro-ministro, Saúde Maria. Ao saber dessa acusação feita publicamente pelo presidente, Saúde Maria decidiu pedir proteção

diplomática à Embaixada de Portugal que fica a poucos metros de sua residência, enquanto que a sua esposa Maria Augusta Furtado não teve a mesma sorte e ficou presa pelas autoridades policiais na própria residência.

Durante a presença de Saúde Maria na instalação diplomática portuguesa assistiu-se a um mal-estar entre as duas diplomacias (guineense e portuguesa). Da parte guineense, a concessão de asilo político a Saúde Maria fora entendida como uma ingerência do governo português nos assuntos que compete ao governo guineense solucionar. Já da parte portuguesa, a atitude se insere dentro dos princípios da relação internacional e do estado de direito. Vale ressaltar nessa disputa diplomática a questão de conciliação de valores, ou seja, nesse período a Guiné-Bissau vivia numa efervescência da ditadura personalista de Nino Vieira que, inclusive, ordenou militares para fazer cerco na Embaixada de Portugal como forma de impedir a possibilidade de saída do ex-primeiro ministro do país.

Nesse embate há que se reconhecer as diferenças que eram óbvias naquele período entre os dois países, que são de valores políticos. Enquanto Portugal caminhava para consolidar a sua jovem democracia em consequência da Revolução dos Cravos, na Guiné a preocupação era consolidar o poder do presidente Nino Vieira sobre todas as instituições do país, melhor, estava a beira de se consolidar o absolutismo do presidente. E, de acordo com Nóbrega (2003:239) o impasse só viria a ser ultrapassado com a mediação voluntária do cônsul honorário da Guiné-Bissau no Porto, região norte de Portugal, o major Valentim Loureiro, cidadão português considerado amigo próximo do presidente Nino Vieira. Dessa forma, além das batalhas diplomáticas, a condição imposta pelo Estado guineense para a libertação da esposa de Saúde Maria, era a entrega do marido às autoridades do país. No entanto, Saúde Maria fora obrigado a abandonar o estabelecimento diplomático português sob o compromisso do governo guineense em não lhe torturar ou aplicar-lhe qualquer tipo de represália. Ficou preso sob regime de residência vigiada e, sem ser julgado, ganhou a liberdade em 1986. Em 1990 já com os ventos da democracia, foi convidado pelo presidente da República, Nino Vieira, para assumir a presidência da Câmara Municipal de Bissau, cargo que ocupou apenas por dois anos (1990-1992), foi demitido e decide então fundar o PUSD para concorrer às primeiras eleições gerais do país, legislativas e presidenciais.

Diferentemente do que apurou a comissão de inquérito, no seu discurso durante o IV Congresso do PAIGC, o presidente Nino Vieira disse que houve duas tentativas de desestabilizar o partido e o país. Afirmou que a primeira foi o caso Saúde Maria e a segunda o Paulo Correia. Esse segundo será abordado mais à frente. Em relação ao primeiro caso, eis a explicação que o presidente da República e secretário-geral do partido deu aos congressistas:

Victor Saúde Maria tratou de criar uma clientela que ele julgava importante logo após o 14 de Novembro tratando ao mesmo tempo de eliminar politicamente aqueles que ele sabia lhe oporiam sérias resistências aos seus desígnios. Para, além disso, ele tentou apresentar-se como o único interlocutor possível e válido para certos círculos de poder em países estrangeiros.

A evidência desta declaração do presidente Nino Vieira deixa a entender que ele se incomodava com o crescimento político de Saúde Maria. O entendimento dessa disputa vai exatamente ao encontro das considerações de Duverger (1980), no modelo de partido único quem tem de ser visto, escutado e admirado é o chefe. Obviamente, nessa condição, Saúde Maria teria de ser afastado porque sua imagem tanto no plano nacional quanto no internacional supostamente ameaçava a do líder. Com o seu afastamento como chefe do Executivo, o presidente Nino Vieira encontrou a oportunidade não só de materializar o seu desejo e instaurar um presidencialismo absoluto, mas, de se afirmar no poder e não permitir a existência no partido de alguém que o fizesse sombra em termos de liderança. Procurou a legitimidade no decreto n° 7/84 emitido pelo CR, que decidiu mediante o art° 1, que ele passaria a assumir funções do chefe de governo previstas no art° 1° da lei constitucional n° 1/82 de 11 de Maio. Vale ressaltar que, o cargo do primeiro-ministro voltou a existir seis anos depois, ou seja, com o processo da abertura política no início dos anos 90 para o modelo semi-presidencialista, o presidente forçado pelo contexto nomeou o Eng° Carlos Correia para chefiar o Executivo que organizou a realização do primeiro escrutínio multipartidário no país, em 1994.

2.9.2. CASO 17 DE OUTUBRO DE 1986

Entre os analistas, esse caso foi a mais profunda crise no pós 14 de Novembro e durante o regime militar, cujas consequências foram graves e responsáveis por acirramento explícito de disputa entre a maioria Balanta e um grupo misto de etnias que apoiavam o presidente Nino Vieira, que era da etnia Papel. Foi a consumação do rompimento entre os comandantes do CR, por um lado, e por outro, criaram situações complexas que estabeleceram uma nova ordem no relacionamento político que passou a semear tendências étnicas perigosas na abertura política na década de 90.

Se o 17 de outubro foi a efetivação de afastamento de comandantes Balantas de áreas estratégicas de segurança nacional, por um lado, por outro lado, serviu de lenha para incendiar a liberdade de expressão conquistada com a abertura política. De acordo com Sambu (1989) a situação começou a ser instrumentalizada a partir de março de 1982 com o alegado golpe da Brigada Mecanizada 14 de Novembro, altura em que oficiais Balantas foram acusados de estarem a preparar golpe étnico. Segundo ele, neste acontecimento o capitão Cobnate N`dafa fora abatido na porta das armas dessa unidade militar numa armação que visava dar prova material ao fato. Entre os oficiais acusados, o então ministro das Forças Armadas (FA) e vice-presidente do Conselho do Estado, Paulo Correia foi apontado como líder. Mas, como a investigação não conseguiu provar o fato, decidiu-se pela exoneração de Paulo Correia do cargo de ministro das FA, anunciado pelo decreto nº 11 de 5/17/1982 e ao mesmo tempo foi nomeado ministro de Justiça e Poder Local. O cargo por ele deixado foi por algum tempo ocupado cumulativamente por presidente Nino Vieira, tendo como vice-ministro o comandante Iafai Camará que, mais tarde, acabou por assumir o cargo de ministro das FA.

O caso 17 de outubro colocou balde de água no fervor nacionalista que norteou a luta de opositores guineenses ante a unidade com Cabo Verde. Pois, os acontecimentos decorrentes permitiram o entendimento de que as contradições que se viviam no PAIGC estavam além da unidade binacional e precisava ser analisada, partindo do contexto interno guineense. A percepção da realidade chamou a atenção da comunidade guineense na diáspora e da própria comunidade internacional sobre o respeito pelos direitos humanos na Guiné. Ou seja, a grande questão não é a existência ou não da tentativa do golpe de Estado, mas a forma violenta como o fato fora tratado pelo poder. De acordo com Nóbrega (2003:246) o número dos detidos era mais de 70 pessoas, sendo que, o

número de confissões de culpa e de gravações áudio incriminava, principalmente, o ministro Paulo Correia como a cabeça da intentona. Entretanto, após a filtração dos acusados, doze foram condenados à pena capital, entre os quais estavam o ministro de Justiça e Poder Local, comandante Paulo Correia, ex-procurador-geral da República o jurista Viriato Rodrigues Pã, chefe da Casa Civil Presidencial Binhanquerem Na Tchanda, comandante Braima Bangura, comandante Pedro Ramos, M'Bana Sambú, Baptista Tagme Na Waie, Wagner Na Fanda, primeiro tenente Pass Kull, major Saié Braia Nhakpa, coronel Laina Cissé e tenente coronel Malam Sany. Mas após o “julgamento” entre os doze, de acordo com a ordem numérica supracitada, os seis últimos foram absolvidos pelo Conselho de Estado, estância máxima do poder de Estado presidido pelo presidente da República, Nino Vieira. E esses seis se juntaram aos outros condenados (pouco mais de 40), nos quais foram aplicados a pena de prisão e trabalhos forçados que vai de 1 a 15 anos. Alguns por não resistirem às torturas faleceram na prisão, como Benghate Na Beate, Pass Kul, Agostinho, João dos Bombeiros, António Biak Kabi, Foré Na M'Bitna e o João da Silva que foi baleado por guardas prisionais sob alegada tentativa de fuga. Entretanto, como nos explica um dos fundadores da organização opositora Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bâ-fata, o médico Domingos Fernandes, que assistiu aos acontecimentos no Hospital Nacional Simão Mendes. Afirma que antes dos fuzilamentos, houve muitos mortos no Simão Mendes e perda de muitos quadros, no entanto, considera ter havido uma autofagia interna que era uma coisa impressionante⁸⁸.

Ao discorrer sobre as razões do castigo aplicado a Paulo Correia e seus companheiros, o então secretário-geral do partido e presidente da República, Nino Vieira, no discurso proferido durante o IV Congresso do PAIGC, qualifica a ação sob três principais vertentes:

- Primeiro, utilizando o tribalismo, Paulo Correia tratou de mobilizar oficiais das FARP, elementos da segurança e da guarda-presidencial e outros;
- Segundo, tratou de mobilizar oficiais das FARP e outros militantes acusados ou com casos comprovados de corrupção, de conduta moral e cívica mais que duvidosa, e elementos descontentes ou insatisfeitos por quaisquer razões políticas, materiais ou outras;
- Terceiro, Paulo Correia aliou-se deliberadamente e com conhecimento de causa a inimigos confessos do nosso partido e que sempre foram aliados aos objetivos do colonialismo e outras forças retrógradas cujo apoio tentou obter.

⁸⁸ Entrevista concedida para fins deste trabalho no dia 17/07/08.

Ou seja, no geral, Paulo Correia, o segundo homem na hierarquia do partido, foi fuzilado de acordo com o presidente da República, Nino Vieira, porque cometeu os erros acima expostos. Erros ausentes de um respaldo jurídico que comprovasse o ato. Ao analisar o vazio investigativo do caso, Silva^(b) (2003:161) observou que Paulo Correia não tinha levantado uma palha, não disparou um tiro, nem sequer por palavras chegou a desafiar a autoridade do chefe de Estado legítimo, e não podia ganhar a pena máxima como castigo. Hoje, para fins do nosso trabalho, conversamos com alguns políticos do PAIGC e da oposição, que são unânimes nas observações e advogam que as acusações levantadas pelo poder, por si só, não justificam a existência do facto e, muito menos, condenar os principais acusados à pena máxima, sendo que outros, também imerecidamente, pagaram com longos anos de prisão e trabalhos forçados. Entre os nossos entrevistados, faz-se necessário apresentar o depoimento do líder da RGB/MB Domingos Fernandes que foi mais contundente ao dizer o seguinte:

(...) até hoje não encontramos em nenhum arquivo, mesmo nos judiciais nenhum indício de que tivesse havido uma tentativa de golpe de Estado. A segurança sempre estava ao lado de Nino Vieira, as Forças Armadas sempre estavam, o Nino Vieira tinha uma popularidade impressionante. E qualquer julgamento no conceito que nós temos hoje do julgamento, do que é o melhor, tem que haver efetivamente todo um período de apuramento de provas numa forma livre. As pessoas têm que ser assistidas em termos, digamos de advogados e depois tudo isso tem que ser um julgamento público, o que não aconteceu. O que para nós foi uma farsa em termos de julgamento. É a minha leitura, obviamente, que sou suspeito, mas também gostaria que alguém apresentasse provas em contrário e ninguém as apresentou. De tais modos que, justamente as pessoas preferem esquecer esse período negro da história da Guiné-Bissau. Eu falo muito pouco, e aconselho as pessoas a esquecer-mo-nos desse período, esquecer não, perdoar esse período, não esquecer claro, não se pode esquecer.

Entretanto, como havíamos salientado o que tornou o 17 de Outubro num acontecimento político e socialmente contestado, é o fracasso racional claramente

demonstrado pelo poder ao optar pela pena capital dos acusados. Muitos observadores traduzem-no como uma estratégia do líder de afastar os elementos que ameaçavam a sua autoridade. Realmente, entre os combatentes da liberdade da pátria, segundo relatos de Silva^(b) (2003), Paulo Correia era um dos que mais se interessava em melhorar o seu nível académico, tendo em consideração que a grande maioria apresentava dificuldade até de assinar o próprio nome. Entretanto, contrariamente do que afirma Nóbrega (2003:243), preferimos não acreditar que os Balantas se aproximavam do Paulo Correia porque era um homem intelectualmente brilhante, mas, porque ele ocupava o cargo de segundo homem do país. No mais, ainda não procede a afirmação de que os Balantas eram tidos pela sociedade em geral como indivíduos primitivos e poucos inteligentes. Pelo contrário, os Balantas nunca foram socialmente rotulados com adjetivos pouco dignificantes que criam algum sentimento de inferioridade, pois, em termos académicos os Balantas sempre foram alunos de destaque, principalmente, nas disciplinas de cálculo e deve constituir um número considerável de guineenses com formação superior. Em nossa opinião, o que aconteceu foi um sentimento de medo por parte do poder, em que se achava que os Balantas por serem majoritários no efetivo militar guineense, poderiam a qualquer momento assaltar o poder. E esse pré-julgamento da polícia política fez o líder acreditar na existência do “perigo Balanta” e permitiu a decapitação de seus líderes, entre os quais, estavam o Paulo Correia, Viriato Pã e outros que já mencionamos que supostamente podia liderar alguma subversão.

No entanto, logo que o mundo exterior tomou conhecimento da condenação de seis réus à pena capital, imediatamente houve reações na tentativa de salvar a vida de Paulo Correia e seus colegas. Os pedidos vieram de algumas representações diplomáticas acreditadas no país, das organizações internacionais e instituições religiosas, inclusive, o pedido de clemência de sua santidade Papa João Paulo II não impediu a execução dos condenados. A razão que mais tarde fora denunciada pelo Jornal Banobero⁸⁹ para justificar a não consideração dos pedidos, foi que quando os mesmos começaram a dar entrada na Presidência da República, os respectivos condenados já não estavam fisicamente em condições de voltar ao convívio social. Conforme o referido jornal, Paulo Correia estava com a bacia quebrada e rastejava pela cela, enquanto que, outros presos

⁸⁹ Ver Banobero ed. 92/2000.

como Viriato Pã estavam sem a visão além de outros sinais provocados pela agressão física e tortura.

Ao observar o cenário, eis a indagação que Silva^{a(b)} (2003:161) coloca perante o facto: como é possível que dessa hipotética intenção golpista se conseguisse passar a aplicação da pena máxima *ou de uma tortura desumana*⁹⁰? A resposta para essa indignação é que: por um lado, os envolvidos no processo contra os acusados queriam ficar mais próximos do líder, dessa forma era necessário apresentar seus inimigos; por outro lado, o corpo que constituía o Tribunal Militar⁹¹ não tinha uma suficiente formação académica para analisar com equidade o facto, julgar os acusados e condená-los. E mesmo se tivessem também, obviamente, não teriam condições reais para contrariar a vontade dos chefes.

Uma das provas para questionar a transparência do processo se vê nas denúncias feitas por Sambú (1989:148) nas quais afirma que pela audição das gravações feitas durante interrogatórios, facilmente podia se detetar cortes e acréscimos, além de que o tom das respostas dos acusados denunciava provirem de homens torturados.

Contudo a justificativa do presidente da República durante o IV Congresso do PAIGC⁹² sobre a decisão de fuzilar os acusados foi para defender a coesão da sociedade guineense, as conquistas sociais, econômicas e políticas conseguidas à custa de muitos sacrifícios. Bobbio (1992:176) vai caracterizar a tal atitude de contraditória ao princípio comportamental do Estado moderno. Segundo ele:

O Estado não pode colocar-se no mesmo plano do indivíduo singular. O indivíduo age por raiva, por paixão, por interesse, em defesa própria. O Estado responde de modo mediato, reflexivo, racional. Também ele tem o dever de se defender. Mas é muito mais forte do que indivíduo singular e, por isso, não tem necessidade de tirar a vida desse indivíduo para se defender. O Estado tem o privilégio e o benefício do monopólio da força. Deve sentir toda a responsabilidade desse privilégio e desse benefício. Compreendo muito bem que é um raciocínio difícil.

⁹⁰ Grifo meu.

⁹¹ Entre os juízes estavam; brigadeiro Humberto Gomes, presidente, e os oficiais Afonso Té e Celestino de Carvalho, sendo que entre os três apenas o segundo passou por uma formação jurídica em Cabo Verde.

⁹² Mais detalhes sobre esse assunto ver o relatório do IV Congresso.

Mas busquemos dar uma razão para a nossa repugnância frente à pena de morte. A razão é uma só: o mandamento de não matar.

Ao desperdiçar a oportunidade de considerar os pedidos feitos por diferentes entidades nacionais e internacionais, o governo entrou numa complexa situação de isolamento diplomático, muito embora, com consequência não muito grave em termos económicos. Todavia, sentiu alguns apertos, visto que a base da economia nacional é sustentada pelo apoio de parceiros externos no âmbito da cooperação bilateral e multilateral. Essa situação obviamente obrigou a adesão do governo do PAIGC ao contexto internacional neoliberal de liberalização dos mercados nacionais. Mas, mais do que a aparente represália económica foram os contornos políticos e militares a constituírem maiores preocupações ao PAIGC. Muito embora internamente, no partido não houvesse de forma explícita quaisquer manifestações contrárias ao destino dado ao supostos líderes do golpe “por medo das represálias”. No exterior, especificamente em Portugal, surgia um grupo de opositores do regime, a RGB/MB. Organização que teve um papel preponderante na denúncia das práticas do poder político na Guiné-Bissau e que encontrou o amparo, igualmente, nas transformações políticas resultantes do fim da Guerra-Fria que resultou na “abolição de regimes autoritários” em África e na Europa de leste, principalmente.

O que houve após golpe de 1980 foi o domínio do militarismo sobre o partido e Estado. Cada vez mais procurou-se inibir a possibilidade de diálogo e a luta desonesta e ilegal passou a ser a sistemática estratégia para afastar adversários, técnica que levou à permanência de conflitos violentos que dificultam o PAIGC a melhorar o seu desempenho governativo. Esse tipo de comportamento é visto por Sartori (1994: 65-66) como uma visão belicosa da política, onde a força controla a persuasão, o poder estabelece o direito, e a solução do conflito é buscada em termos de derrota do inimigo – do “outro” visto como um *hostis*. No próximo capítulo veremos como era a estrutura organizacional do PAIGC e o seu projeto governativo.

CAP. III – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PROGRAMA DO PAIGC

Este capítulo visa apresentar organização interna e programa do PAIGC. Nele procuramos desenvolver o processo pelo qual passou a estruturação do movimento que se transformou em partido político. Demonstramos a hierarquia dos órgãos existentes e, sobretudo, a forma como se processava a relação com as massas, função que era entregue às organizações de base. No aspeto programático, procuramos mostrar a tentativa de montar uma burocracia que acabou por encontrar empecilho no princípio ideológico e atitudes anti-institucionais que resultaram no fim do regime unitário do PAIGC.

3.1. ORGANIZAÇÃO INTERNA

Inicialmente a estrutura interna do PAIGC apresentava uma organização composta unicamente por um corpo revolucionário dirigido por uma pequena direção sob a liderança de Amílcar Cabral, que foi o idealizador e principal arquiteto pela organização e dinamização do partido, tanto no domínio político quanto militar. Este cenário começou a alterar um ano após o início da revolução, que oficialmente ocorreu a 23 de janeiro de 1963, quando o PAIGC se sentiu ameaçado pela desordem interna, e decidiu convocar o seu I Congresso em Cassacá. Nesse encontro, criou órgãos responsáveis pela coordenação de ação dos militantes com a finalidade de permitir sintonia dentro do movimento e, entre o movimento e a massa. A partir desse encontro, entre os órgãos criados, dois foram incumbidos para coordenar as atividades estruturantes do partido: o Conselho Superior de Luta (CSL) e o Conselho Executivo de Luta (CEL). Após a proclamação da independência, esses órgãos passaram a ser denominados por Comité Central (CC) e Bureau Político (BP), respectivamente. Entretanto, um facto a salientar é que desde sua fundação como movimento de libertação até se transformar em partido⁹³, a figura do presidente tinha pouca visibilidade e o cargo do secretário geral era de uma notável responsabilidade de articulação política. O processo de unificação das organizações

⁹³ Com a abertura política na década de 90, verificou-se mudanças estruturais e o presidente do partido passou a liderar a estratégia política da legenda e, estatutariamente figura como a cabeça de lista na corrida eleitoral para o cargo de primeiro-ministro, enquanto a função do “secretário-geral” que passou a ser “secretário-nacional” ficou limitado as questões burocráticas de organização interna.

anteriores ao PAIGC para a construção de uma frente única que resultou na fusão entre os elementos do Movimento de Libertação da Guiné dirigido por Rafael Barbosa e o grupo de Amílcar Cabral, em 1961, declarou Rafael Barbosa presidente do PAIGC. E, mesmo com a sua detenção em março de 1962 pela PIDE/DGS, ninguém assumiu seu cargo e, depois da proclamação da independência não se verificou nenhuma mudança estrutural e o Rafael por questões políticas e por acusações de traição a que foi alvo passou grande parte de sua vida na prisão durante o regime unipartidário. Objetivamente, a figura do presidente começou a ser efetivo no partido com a abertura política, atitude que permitiu a legenda reorganizar-se para se adaptar ao novo contexto político.

Tendo em conta a ausência de movimentos sociais organizados no país que servissem de elementos de agitação ante o poder colonial, a liderança do PAIGC sob a iniciativa de Luís Cabral criou na vizinha Guiné-Conakri a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG). Em seguida, sob as orientações de Amílcar Cabral, Carmen Pereira e mais outras mulheres criaram a União Democrática das Mulheres (UDEMU). Esses grupos funcionavam como instrumentos de mobilização de massas populares no campo e, principalmente, da UDEMU saíam mulheres para receberem treinamento no domínio dos primeiros socorros com a finalidade de atenderem os feridos nos campos de combates. Com a independência, durante o III Congresso, em 1977, foram criadas mais duas organizações de base; a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e a Organização dos Pioneiros Abel Djassi (OPAD). Em termos analíticos, além de estar a procurar o apoio de massa, o PAIGC estava preocupado em fazer a sociedade participar nos princípios que nortearam a ideologia revolucionária. Tanto é assim que, foi introduzida no currículo escolar do ensino médio a disciplina “formação militante”, que visava preparar o estudante a seguir as orientações do partido, e a OPAD era a responsável pelo recrutamento e educação política dos estudantes nas escolas.

O processo de filiação ao PAIGC era feito estatutariamente mediante um pedido individual dirigido ao Comité Central e deveria ser testemunhado por dois militantes com mais de três anos no partido que conhecessem pessoalmente o candidato. Entretanto, o pedido de filiação era feito no grupo de base do local de trabalho ou de residência do candidato que depois seria submetido à apreciação do órgão competente acompanhado do parecer da assembleia do local de filiação, ou seja, um processo similar ao do partido

comunista⁹⁴. O partido tinha como fundamento ideológico de sua organização interna o princípio do centralismo democrático, que significava⁹⁵:

- Todos os órgãos dirigentes devem ser eleitos, da base ao topo do partido;
- Todos os órgãos dirigentes devem periodicamente prestar contas aos órgãos que os elegeram e aos organismos superiores;
- A minoria deve submeter-se às decisões da maioria e defendê-la como suas;
- As decisões dos órgãos superiores são obrigatórias para os órgãos inferiores;

Como era rigorosamente proibida a existência de fração no PAIGC, a § 10º parágrafo 1º do estatuto considerava, entre outros, que o partido como grupo deve: controlar a atividade dos seus membros; analisar e discutir os documentos e decisões e fazer a sua propaganda entre as massas; recrutar membros, esforçando-se por trazer para o partido, os cidadãos que se distinguem pela sua dedicação ao trabalho e à defesa das camadas mais desfavorecidas da sociedade e; contribuir para a educação das massas. Todo esse trabalho político e educativo das massas, em sua grande parte, era encarregado às organizações de base. Entre as quais, a UNTG era a mais diretamente ligada às estruturas decisórias do poder. Eis o que o atual secretário-geral da organização, Desejado Lima da Costa⁹⁶, nos disse sobre vínculo que a organização tinha com o PAIGC:

(...) no quadro das organizações de massas a UNTG tinha assentos nos órgãos do partido. Estou a referir o CC e o BP. No Governo assistia reuniões do Conselho de Ministros, e no órgão do Estado, o secretário-geral da UNTG era automaticamente deputado da nação. Portanto, nessas estruturas todas, permitia-se que a voz dos trabalhadores chegasse ao ônus do poder. Havia o diálogo, só que o diálogo se acentuava mais dentro, sem efetivamente, extravasar daquilo que é quadro de relacionamento entre o partido e a UNTG, que se baseava muito na estrutura partidária com uma autonomia limitada. Essa fase foi uma fase decisiva de afirmação sindical, etc.

⁹⁴ Ver Duverger (1980).

⁹⁵ Ver o estatuto do PAIGC (1990)

⁹⁶ Entrevista concedida para fins desse trabalho no dia 21/09/08.

Vale ressaltar que, apesar do controle que existia do partido sobre a central sindical, não era obrigatório que os associados da UNTG fossem militantes do partido. Na explicação de Desejado Lima da Costa existia um liberalismo controlado a partir da base. O que acontecia era o seguinte; apenas a liderança do sindicato tinha que ser militante e era indicada pelo CC, tendo em conta que a UNTG era um prolongamento do partido junto às massas trabalhadoras.

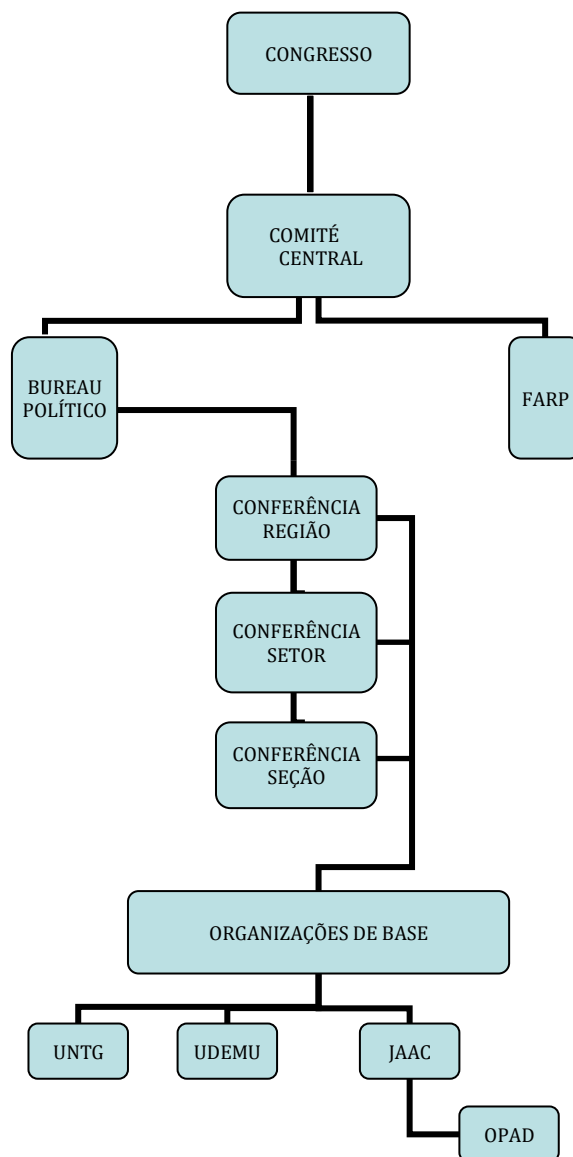
Contrariamente, esse privilégio de que gozava a UNTG, não era extensiva à UDEMU e JAAC. A elas não estavam reservados espaços nas estruturas decisórias do partido e do governo. Apenas serviam como instrumentos ideológicos do partido que cobrava fidelidade das mulheres e de jovens aos princípios da legenda e eram (ainda são) também estruturas escolas para ascensão aos órgãos decisores do partido e do governo. Havia mulheres na ANP, como afirma a ex-deputada Teodora Inácia Gomes⁹⁷. Mas, a representação feminina no parlamento não era nenhuma cota no quadro da UDEMU. Apesar da importante contribuição feminina desde a luta de libertação nacional, as funções a elas reservadas eram mais na área social e de saúde, e não visível suas nomeações para ocupar a responsabilidade política de relevância, tanto que nos primeiros executivos guineense nenhuma mulher estava no elenco. Este facto desobedecia as orientações do Amílcar Cabral que nas zonas libertadas na formação de estruturas de base dos cinco integrantes, duas obrigatoriamente tinham que ser mulher. Elas foram muito timidamente chamadas para assumir cargos de chefia no Executivo (ministra e secretária de estado), a partir da metade da década de 80, com a nomeação de Carmen Pereira, Francisca Pereira e Henriqueta Godinho Gomes. Já em relação à JAAC e à OPAD, conforme Victor Naneia, o acesso às estruturas decisórias era quase impossível, pois, essas organizações funcionavam mais como uma escola preparatória de jovens e adolescentes às fileiras dos órgãos superiores do partido e estado.

No geral, conforme mencionamos a estrutura do PAIGC funcionava nos moldes do centralismo democrático, que para o partido significava que, o poder de decisão e de estabelecer tarefas deveria estar concentrado em órgãos ou entidades centrais, com funções bem definidas. E devem ser tomadas democraticamente, com base nos interesses e na opinião dos representantes das massas, tendo como princípio o respeito pela opinião

⁹⁷ Entrevista concedida para fins desse trabalho no dia 26/09/08.

e pelos interesses da maioria. Os debates sobre a vida pública ou partidária se dá a partir da base, mas, cabe à cúpula através dos órgãos deliberativos a decisão final sobre o caso. Internamente a estrutura do PAIGC era formada por seguintes órgãos:

Fig. 1: Organograma do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde



O Congresso é o órgão máximo e deve se reunir ordinariamente de quatro em quatro anos por convocação do CC. Este é o órgão máximo entre dois Congressos e goza de um mandato de quatro anos. Tem como uma das atribuições, assegurar o cumprimento do programa do partido e orientar os planos nacionais de desenvolvimento económico e

social. Já BP é o órgão máximo de direção do partido entre as reuniões do CC, e reúne-se ordinariamente de quatro em quatro meses, e extraordinariamente, sempre que for convocado pelo secretário-geral ou pela maioria dos seus membros. As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), braço armado do partido, garante da soberania não têm um fórum próprio, mas seus oficiais eram membros nas estruturas decisórias políticas e participavam como militantes nos debates sobre a vida pública nacional. A Conferência Regional é o órgão máximo da região, delibera sobre a vida da região, elege o Comitê Regional e os delegados ao Congresso. A Conferência de Setor reúne-se ordinariamente uma vez por semestre, elege Comitê de Setor e os delegados à Conferência Regional. A Conferência de Seção é o órgão dirigente da Seção, formada por cinco membros eleitos com mandato de um ano. E, finalmente, as organizações de base, UNTG, UDEMU, JAAC e OPAD são partes das estruturas superiores acima, conforme o organograma, e, teoricamente funcionavam como principais estruturas canalizadores da educação política do partido junto às massas. Eram organizações com estruturas estabelecidas nas pequenas aldeias, bairros, locais de serviços e outras associações. Suas atividades para atrair a massa eram permanentes com reuniões e organizações de eventos culturais e desportivos regulares.

3.2. O PROGRAMA DO PAIGC

Na qualidade de um movimento revolucionário desprovido de experiência governativa e quadros necessários para encarar novos desafios, o PAIGC mal podia ser considerado uma organização com diretrizes programáticas bem definidas. Desde o processo de luta de libertação, estavam consignados nos seus propósitos dois objetivos, vulgarmente conhecidos como seu programa: o primeiro, conhecido como programa menor, acentuava apenas a conquista do poder político; o segundo, caracterizado como programa maior visava o processo de reconstrução nacional, ou seja, de criação de estruturas e condições necessárias básicas para desenvolver o país. Entretanto, no que se refere ao segundo objetivo, era na verdade um conjunto de idéias, que precisava ser sistematizadas e aplicadas de forma efetiva de acordo com a realidade e necessidade do País. Nessa perspectiva, saiu do IIIº Congresso, em 1977, uma resolução que serviu de plano programático para orientar a política desenvolvimentista do PAIGC. Conforme salientamos, o grande problema enfrentado pelo PAIGC nos primeiros momentos de sua ascensão ao poder, foi o de recursos humanos para suprir a necessidade governativa. Como solução para esse problema, o partido recorreu ao recrutamento de mão-de-obra estrangeira através da cooperação com diversas organizações e países, inclusive Portugal, para enfrentar os desafios que a burocracia lhe impunha e poder implementar o seu programa de governo. Eis a preocupação demonstrada pelo presidente Luís Cabral (1978:8) quando apresentava o relatório sobre o estado da nação:

(...) estamos a enfrentar dificuldades bastante grandes, principalmente em quadros nacionais com capacidade. Por isso, tivemos que recrutar quadros cooperantes estrangeiros para tornar possível a realização das tarefas tão complexas e variadas, que estão ao nosso cargo.

Para se ter a noção dos desafios, o governo decidiu realizar o primeiro anuário estatístico, recenseamento de pessoas e bens, denominado “*Anós i kantu*” para identificar o quadro da realidade em que era necessária sua intervenção do ponto de vista quantitativo e qualitativo. A partir das análises realizadas, elegeram-se três áreas prioritárias: agricultura, saúde e educação. O PAIGC acreditava que podia criar condições sociais

positivas se conseguisse modernizar a agricultura, para garantir a auto-suficiência alimentar, e ainda, poder exportar o excedente da produção e fazer entrar divisas para apoiar a economia nacional. No domínio da saúde, além de tentar controlar doenças como a malária, sarampo e outras, a aposta era de criar postos médicos em diversos pontos, tanto na área urbana quanto nas regiões de difícil acesso que permitisse uma melhor assistência médica às populações. Para efetivar essas ações e poder dar respostas às duas primeiras demandas e também às outras áreas, elegeu-se o fortalecimento educacional, ou seja, a aposta na formação de quadros para enfrentar os desafios, era vista como saída.

Entretanto, todo o desafio de planejar a execução dos projetos estava sob responsabilidade do Comissariado de Desenvolvimento Económico e Planificação. A este órgão era incumbido o papel de opinar sobre todos os projetos do Estado, fazendo inventários de todos os empreendimentos nos diferentes domínios, reunindo elementos que pudessem permitir a ação concreta na orientação do desenvolvimento de acordo com as tarefas e diretrizes dadas pelo governo. Paralelamente a esta tarefa, estava o papel a ele atribuído de criar mecanismos para a produção de receitas internas mediante o pagamento de impostos, entre os quais, o de reconstrução nacional, que era uma contribuição individual que os cidadãos pagavam ao Estado para apoiar o orçamento-geral, e quem não cumpria com a obrigação era punido com penas de trabalho voluntário e prisão.

Aproveitando a potencialidade do país no domínio da agricultura⁹⁹, nos primeiros seis anos, houve um incentivo à produção através de criação de cooperativas que deveriam produzir para abastecer as unidades fabris construídas para beneficiar os produtos agrícolas existentes. O governo, no seu documento sobre o estado da nação, considera a produção de alimentos para o consumo interno uma prioridade absoluta, mas apontou a necessidade de se desenvolver uma cultura de industrialização para os propósitos de exportação e, conseqüentemente, para obter divisas e equilibrar a balança comercial e o orçamento do Estado.

No aspeto social, uma das prioridades era melhorar a condição alimentar das populações. Para garantir o funcionamento desse setor, além da produção de arroz, milho, amendoim, mandioca e outros, o incentivo ao desenvolvimento da pecuária, principalmente no domínio de criação de aves, suínos e bovinos que teve a parceria de

⁹⁹ Vale mencionar que o primeiro laboratório agrícola instalado no país no período pós-independência foi doado pelo governo brasileiro.

vários países, entre os quais, a Suécia, Argélia e Cuba fora inicialmente positivas, mas a falta de acompanhamento e a corrupção ditaram o seu insucesso. Ainda no setor social, especificamente no domínio de formação de quadros, o partido concedeu bolsas de estudo com ajuda de seus parceiros internacionais no intuito de procurar reduzir déficite de mão-de-obra qualificada. No entanto, este projeto não teve segmento desejável, pois houve uma inadequação no aproveitamento dos quadros sendo que o nepotismo vedou a possibilidade de organizar a função pública, por um lado e por outro, a regidez do regime fez muitos optarem por não voltar ao país. Na opinião de um dos militantes do PAIGC, Helder Proença¹⁰⁰, apesar de alguns sinais positivos o Estado não foi capaz de se sustentar:

A nível social e cultural, conheceu-se, isso penso que é inegável, um grande avanço na estratégia de formação de quadros. Portanto, as escolas que existiam até 1974 não cobriam a realidade do País. Tínhamos um único liceu, a escola técnica e tínhamos pouco mais as escolas primárias que não existiam nem em números nem em qualidades que depois se verificou. E estavam sediadas fundamentalmente nas capitais regionais, e o PAIGC fez uma inovação nesse domínio. Uma inovação que teve os seus custos, e se calhar, o “estrangulamento ou frustração” dessa iniciativa deveu-se a incapacidade do Estado da Guiné-Bissau, posteriormente, suportar os custos do funcionamento do sistema que ele implementou numa perspectiva de democratização do ensino, de se abrir e tinha a ver com a ideologia do PAIGC criar oportunidades de acesso a diferentes níveis de conhecimento para toda gente independentemente da origem social, etc, etc. Conhecemos o incremento de números de escolas de ensino primário, básico e secundário em todo o território nacional com as consequências óbvias. Houve uma explosão da população, e mais do outro lado, como disse a bocadinho, não houve a capacidade do Estado em sustentar financeiramente essas infra-estruturas. Portanto, criou-se também por além da escola que já existia de formação de professores, o Instituto Tchico Té de formação de professores e escolas de formação profissional, etc. Nesta perspectiva, eu penso que foram

¹⁰⁰ Entrevista concedida no dia 17/08/08 para fins do nosso trabalho.

iniciativas muito positivas que o PAIGC conseguiu introduzir, porque não tínhamos estruturas de ensino universitária na Guiné-Bissau fomos obrigados a dar continuidade ao esforço que se iniciou inclusive durante a luta de libertação nacional, que é de enviar quadros ao exterior com bolsas do Estado para a formação.

Na verdade, o grande desafio do PAIGC não estava apenas em criar projetos sociais, económicos e culturais para o país, mas estava em poder demonstrar à população, mediante a sua ação, o atraso que o colonialismo impingiu ao país. Ou melhor, demonstrar o seu comprometimento com o processo de desenvolvimento. Assim, influenciada pelo ideal socialista, a base do programa do PAIGC tinha como princípio controlar todo o sistema produtivo nacional. Desencadeou-se a estatização das empresas existentes¹⁰¹, e o Estado passou a monopolizar atividades comerciais, tanto no domínio de importação e exportação, quanto no de distribuição e venda no mercado interno. Em síntese, o objetivo era fazer a população depender de sua ação e criar um forte mecanismo de controle sobre atividades que pudessem reduzir o seu poder político, económico e social de controle sobre as massas. Estes são, em linhas gerais, os pontos principais do programa apresentado pelo presidente Luís Cabral¹⁰²:

- Planificação do desenvolvimento, no qual constava: a política orçamentária.
- Criação de melhorias de condições no campo com a modernização e criação de projetos agrícolas e agropecuários.
- Reforçar controle do comércio que deve ser tutelado pelos Armazéns do Povo (AP) e Sociedade Comercial Mista (SOCOMI).
- Tornar rentáveis as empresas e dar todo o apoio ao processo de industrialização do país.
- Investir no setor energético.
- Criação de empresas capazes de orientar a exploração dos nossos recursos naturais: água, bauxita, fosfato e petróleo.
- Exigir a conservação dos equipamentos, principalmente, no domínio dos transportes terrestres, marítimos e aéreos.
- Modernizar o sistema de telecomunicações.

¹⁰¹ Com a exceção da Empresa Distribuidora de Combústivel e Lubrificantes (DICOL, ex-SACOR). Uma sociedade mista guineense-portuguesa, na qual o Estado da Guiné-Bissau detinha 70 por cento e a Petrolgal 30 por cento das ações.

¹⁰² Ver “O estado da nação” (1978).

- Investir na construção e reabilitação de estradas, pontes, habitações e edifícios públicos.
- Elevar a qualidade do ensino.
- Melhorar a assistência sanitária.
- Valorizar o trabalho da comunicação social.
- Desenvolver a indústria do turismo hoteleiro.
- Resolver os problemas sociais dos Combatentes da liberdade da Pátria.
- Preservar as riquezas do mar.
- Garantir a justiça popular e revolucionária.
- Garantir a paz e a segurança.
- Impor mais disciplina no seio das Forças Armadas.
- Incentivar a amizade e cooperação com todos os países.
- Elevar o nível cultural do povo.

Para alguns observadores (militantes e opositores do regime), o projeto político do PAIGC teve dois momentos que valeram a pena levar em consideração durante o período em estudo. O primeiro momento, de 1974 a 1980, o partido teve um desempenho positivo no que diz respeito à implementação do programa governativo, visto que, contava com suporte da elite pensante que foi desarticulada com o golpe de estado. Contrariamente, no segundo momento de 1980 a 1990, além de perder a dinâmica em termos de execução de políticas públicas, também reduziu drasticamente o princípio ideológico e começou a entrar em contradição com o projeto de desenvolvimento traçado. Conforme Domingos Fernandes, um dos fundadores e presidente da RGB/MB, o PAIGC:

Iniciou, efetivamente, toda uma boa vontade para a governação, mas não bastava a boa vontade. Esses projetos, esses processos iniciaram-se muito bem, mas, o que aconteceu é que o próprio PAIGC destruiu tudo. Por que destruiu tudo? Não é só porque quiseram destruir, não! Eles não queriam destruir, é a própria estrutura do partido em si é que não permitiu para que os projetos andassem. Por quê? Porque o próprio processo iniciado de desenvolvimento chocava contraditoriamente com algumas práticas do PAIGC.

Nesta mesma linha de raciocínio seguiu Rui Araújo¹⁰³, militante do PAIGC, que na sua abordagem reconhece que o desempenho programático do partido teve dois momentos diferentes que precisam ser considerados:

(...) de 1974 a 1980 houve uma dinâmica e de 1980 para frente podemos dizer que houve outra fase. Todo mundo entende perfeitamente que de 1974 a 1980 houve uma contenção para que se pudessem criar infra-estruturas económicas para relançar o país. Entretanto, em 1980 houve convulsões políticas, interromperam esse programa e a partir daí o país conheceu uma nova fase de seu desenvolvimento. Na verdade, o programa mínimo foi alcançado com a libertação dos nossos dois países, Guiné-Bissau e Cabo Verde. O programa máximo que requer outras qualificações, como pessoal qualificado e recursos humanos com certo nível, aí de facto o país tem-se comprometido com o seu programa de desenvolvimento.

Entretanto, como se pode perceber, entre os nossos entrevistados existe uma unanimidade na mudança de dinâmica do programa do PAIGC a partir de 1980 à 1990. A partir desse período houve uma ruptura política e ideológica no PAIGC com consequências degenerativas que causaram desvios no processo de desenvolvimento. Ou seja, o golpe de estado de 1980 não só pôs fim a unidade Guiné e Cabo Verde, mas, contribuiu visivelmente para a estagnação do programa e aumento de discordias. Os projetos e investimentos feitos na implementação de indústrias de pequena e médio porte foram abandonados e milhões de dólares desperdiçados. Em linhas gerais, vale ressaltar que, não é que o partido não tivesse iniciativas para dar segmento a tais projetos, o que aconteceu é que houve uma desarticulação que o incapacitou de imprimir o dinamismo inicial. Na visão de Helder Proença, a incapacidade demonstrada pelo partido, sob a liderança do presidente Nino Vieira teve iniciativas dignas de menção, mas os resultados não foram aqueles que os guineenses esperavam, nem no plano da gestão de administração de coisa pública e, muito menos, no plano de ações pertinentes ao bem-estar e a melhoria de nível de vida das populações.

¹⁰³ Entrevista concedida para fins deste trabalho no dia 10/07/08.

A incapacidade do Estado de assegurar a continuidade dos projetos, sociologicamente criou problemas como o desemprego, escassez de géneros de primeira necessidade, degradação do sistema de saúde e educação e, sobretudo, começou a desatar gradativamente o nó que ligava o partido às massas. O sentimento de insatisfação muito timidamente começou a se manifestar entre os indivíduos, pois qualquer manifestação em massa podia ser considerada subversiva e todos temiam a repressão. A saída para a crise que se tornava cada vez mais visível, foi a política de liberalização económica, imposta e incentivada pela política neo-liberal na década de 80 coordenada pelas agências económicas, BM e FMI no plano de ajustamento estrutural. Consequentemente, o Estado deixou de monopolizar o mercado, mas, no entanto, os efeitos da liberalização não tiveram sucessos desejáveis porque contribuiu para empobrecer o homem rural que passou a apostar que a solução se encontrava no centro urbano. Houve o abastecimento do mercado mediante a ação de novos operadores económicos, mas a população continuou sem poder de compra para adquirir produtos no mercado. Priorizou-se o setor terciário em detrimento do primário e secundário e fez com que (até hoje) a Guiné-Bissau ainda continua a viver numa extrema dependência dos mercados dos países vizinhos, nomeadamente, Senegal, Gâmbia e Guiné-Conakri. Conforme Helder Proença, o Estado ao adotar essa política, optou por uma via de enriquecimento fácil, e isso teve consequências que hoje estamos a viver, apesar de deixarmos o estado previdência, caímos num tipo de liberalização sem consequências positivas para a economia e para a sociedade guineense.

De um modo geral, o regime de partido único por si só traz marcas (repressão, ausência de diálogo e personificação do líder) que gradativamente arruinam o seu tempo de vida, e no caso do PAIGC, as incapacidades demonstradas determinaram o fracasso do partido em promover políticas públicas e garantir a sua funcionalidade e eficácia a longo prazo. E em resposta a situação criada pelo PAIGC surgiria na metade da década de 80 a RGB/MB, supostamente, como solução para o país e que acima de tudo foi um dos principais atores do processo da abertura política na Guiné-Bissau, contudo também não soube gerir os seus problemas internos e acabou por perder espaço para o PRS durante a era democrática.

3.3. SURGIMENTO DA RGB/MB

A RGB/MB surgiu a 27 de julho de 1987 no exterior, mais concretamente em Portugal, na sequência do caso 17 de outubro. Tendo como fundadores, na sua maioria, estudantes e jovens quadros preocupados com as atrocidades do poder político na Guiné-Bissau sob o domínio do PAIGC. A RGB/MB se apresentava como grupo de pressão e alternativa política para a Guiné-Bissau. Tanto que, de acordo com Domingos Fernandes¹⁰⁴ após o anúncio público dessa organização, houve uma terrível perseguição por parte da polícia secreta guineense do PAIGC e que também tinha a colaboração da polícia secreta angolana para desacreditar ou desmantelar a estrutura dessa organização em Portugal. Foi nessa perspectiva que houve um plano de atentado à bomba nas residências dos principais dirigentes do grupo opositor que só não se efetivou porque o responsável pela execução da missão que era um ex-agente do serviço de segurança Queba Sambú desistiu da missão¹⁰⁵. Esse acontecimento catapultou ainda mais a imagem da RGB, principalmente, em Portugal, país que concentrava o maior número de comunidade guineense na diáspora.

No período pós 14 Novembro a RGB/MB marca o prelúdio da existência de uma oposição organizada cujo objetivo era defender princípios liberais, ou seja, a existência de um estado democrático. E como naquela época não era permitida a existência de grupos ideologicamente contrários aos princípios do PAIGC, a atuação da RGB/MB se restringia mais no exterior, no entanto, seus reflexos aos poucos começavam a penetrar secretamente no quotidiano guineense abrindo tacitamente os tentáculos que posteriormente serviram para impulsionar a mudança, tanto para legitimar a existência de outras forças, quanto no interior do PAIGC. Se o poder do PAIGC encontrava sua força no histórico passado nacionalista guerrilheiro ligado às massas, contrariamente, a RGB/MB em termos de estrutura interna se apresentava como um partido de quadro, Duverger (1980). A pressão da RGB/MB ganhou força e notoriedade com os ventos da mudança anunciados pelo fim da bipolarização mundial entre os blocos antagônicos: capitalista e socialista. Entretanto, foi nesse contexto que os principais responsáveis da

¹⁰⁴ Entrevista concedida no dia 17/07/2008.

¹⁰⁵ Sobre o atentado aos dirigentes do RGB/MB ver Sambú (1989).

RGB/MB foram recebidos no senado norte americano para exposição dos princípios que nortearam a organização.

No entanto, pode-se dizer que a RGB/MB foi a grande responsável não só pela mudança do sistema político então vigente na Guiné-Bissau, como também pela forma como internamente os militantes do PAIGC passaram a encarar a luta interna pelo poder e estruturação do partido, face aos desafios e/ou ameaças de outras forças políticas. Facto que nos faz discordar sutilmente de Silva^(b) (2003:165), quando afirma que na Guiné-Bissau não há, nem poderia haver o fundador privilegiado do regime democrático. Em nossa opinião, não só a RGB/MB foi o partido que mais fez eco, mas, porque ele era a única oposição organizada naquele momento, antes da liberalização política, embora no exílio. A única que se opunha e que denunciava o regime do PAIGC no exterior. Obviamente, com a exceção da comunidade internacional que teve um papel determinante ao lado da RGB/MB na abertura política no país, as outras forças políticas, como a Frente Democrática¹⁰⁶, FD, de Aristides Menezes, foram resultados do processo imposto pela conjuntura internacional e nacional naquele período. Se for verdade que precisamos reconhecer as participações dos atores no processo de abertura política na Guiné-Bissau, não é menos verdade considerar a contribuição de cada ator antes da transição, durante a transição e, depois, nas posteriores transformações que ainda procura consolidar a democracia no País. Mesmo no interior do PAIGC não existia de forma explícita oposição à direção superior antes de 1991 que contribuísse para flexibilizar o regime. Logicamente, podemos mencionar o surgimento do movimento da Carta 121¹⁰⁷, mas a atuação dessa ala moderada no partido ocorreu precisamente, em 1991, em consequência do II Congresso extraordinário, cujo um dos objetivos era preparar o partido para os embates da democracia.

Por isso, vale considerar que, com a exceção da RGB/MB (que era um partido no exílio), não havia nenhum outro partido a fazer oposição ao regime do PAIGC exigindo-lhe a abertura política. Portanto, o grupo de partidos que depois surgiu fora consequência de um processo anterior e apenas contribuiu para a efetivação do processo. Apenas três

¹⁰⁶ Esta formação política foi a primeira a constituir-se como uma oposição legal, após a abertura política, em dezembro de 1991, seguindo depois o RGB/MB e o FDS de Rafael Barbosa.

¹⁰⁷ Um grupo de 121 militantes e quadros do partido decidiram subscrever uma carta ao presidente da República e secretário-geral do Partido, general Nino Vieira solicitando-lhe sobre a necessidade da reforma na estrutura da legenda para enfrentar os desafios democráticos que estavam à porta. Após esta manifestação muitos foram perseguidos e alguns optaram por abandonar a legenda.

atores políticos, no nosso ponto de vista são reconhecíveis; o PAIGC, por ser o partido no poder que cedeu espaço à mudança e permitiu o surgimento de outras forças para competir no mercado eleitoral; a Comunidade Internacional, que condicionou a mudança política como fator de ajuda financeira a Guiné-Bissau e; a RGB/MB por ser o único grupo organizado guineense que fazia pressão ao regime e se apresentava como alternativa política para a Guiné-Bissau.

Embora há que ressaltar essa contribuição da RGB/MB na implantação de modelo democrático, após a abertura o partido demonstrou não estava suficientemente preparado para gerir as contradições internas que a luta pela ocupação de cargos exige dos militantes. A fraqueza ideológica e indisciplina partidária serviu de arma de auto-destruição que os seus militantes e responsáveis utilizaram para autodestruir a legenda que era vista como adversário direto a altura de competir com o PAIGC. De segundo maior partido no parlamento na primeira e segunda legislatura (1994 e 1999), quinta e sexta da era democrática a RGB/MB ficou reduzida a um partido sem expressão parlamentar e, conseqüentemente, as suas bases de apoio passou a ser controlado pelo PAIGC e PRS que são partidos dominantes no cenário parlamentar guineense.

3.4.FIM DO REGIME DE PARTIDO ÚNICO

Os ventos da mudança que iniciaram na Europa socialista atingiram os países africanos aliados a esse modelo político. E a Guiné-Bissau, que até então perfilava no grupo de países de regime unipartidário, se viu obrigada a aderir às transformações em curso. Para o PAIGC que havia estado há dezesseis anos no poder e, que praticamente enxergava os adversários políticos como inimigos, foi uma tarefa difícil de conceber. Internamente, instrumentalizou-se por parte de jovens quadros a possibilidade de criar uma democracia interna e, sobretudo, criar espaço para diálogo entre as clivagens que facilitasse a estruturação e a circulação da elite. Estamos a referir à iniciativa do movimento da Carta 121 surgida durante o II Congresso Extraordinário do PAIGC realizado em Janeiro de 1991 nas instalações militares de Base Aérea. Essa situação que não foi bem vista pelo presidente Nino Vieira, também criou mal-estar não só entre as duas gerações do partido, como também ficou marcado pela acirrada disputa pela liderança do partido entre Nino Vieira e Malam Bacai Sanha.

A primeira, constituída na sua grande maioria por veteranos de guerra colonial, viu o seu poder ameaçado e decidiu obstruir a oportunidade de democratizar o partido. De acordo com o veterano Malam Bacai Sanhá In: Nóbrega (2003:262-265), (...) *houve no CC reação dos veteranos que não queriam que o partido deixasse de ser a força dirigente da sociedade ou abdicar do método do centralismo democrático*. Ou seja, os veteranos não queriam abrir mão dos privilégios que o modelo de partido único lhes concediam. Ao discorrer sobre o conflito entre as duas alas, explica que os subscritores da Carta 121 *eram militantes destacados que não tiveram assentos nos órgãos decisores políticos do partido* e consideravam os veteranos eleitos para CC de incapazes de assegurar a transição. A segunda, conforme havíamos referido, formada de jovens quadros, cuja principal aspiração, era transformar o partido numa organização forte e aberta às diferenças ideológicas. Conforme Agnello Regalla In: Nóbrega (2003:262 os eleitos no II Congresso extraordinário para os órgãos políticos *eram gentes que viveram sempre no quadro do aparelho de Estado e que não tinham condições para fazer outra coisa a não ser estar no poder*.

Então, como se nota apesar da decisão de abrir a democracia, internamente as alas não se chegavam a um denominador comum sobre a estratégia que o partido deveria adotar para enfrentar novos desafios. Essa resistência à mudança fez com que parte dos reformistas do movimento Carta 121 optassem por abandonar o partido e criar ou se juntar a outra força política, onde passaram a ter mais liberdade de formular propostas e ver as mesmas serem consideradas pelas suas organizações políticas.

Entretanto, o fim da hegemonia política do PAIGC como única força dirigente da sociedade guineense ficou determinado pela lei-constitucional nº 1/91 de 29 de maio, que permitiu a revisão da Constituição de 1984. Após esse ato, produziram-se pacotes de leis que revogaram as que eram incompatíveis com a cultura democrática (como o dogmático artº 4), e criaram outras compatíveis com o novo modelo político. Entre as quais se destacavam¹⁰⁸: a lei nº 2/91, de 9 de maio, que regulamentou o surgimento dos partidos políticos; a lei nº 4/91, de 3 de outubro, sobre a liberdade de imprensa; a lei nº 6/91, de 3 de outubro, sobre a criação do conselho nacional de comunicação social; a lei nº 7/91, de 3 de outubro, sobre o direito de antena e réplica política; a lei nº 8/91, de 3 de outubro,

¹⁰⁸ Sobre a revisão constitucional de 1991 ver, Có (2001) e Silva^(b) (2003).

sobre a liberdade sindical e a nº 9/91 sobre o direito à greve e; a lei nº 3/92, de 6 de abril, sobre o direito de reunião e de manifestação. Além dessas leis, algumas mudanças também foram de extrema importância, como a despartidarização das FARP e extinção de polícia política e a adoção de princípios consignados na declaração universal dos direitos do Homem.

Como era de se esperar, essas transformações permitiram, em julho de 1994, a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias (legislativas e presidenciais) com 15 partidos concorrentes, sendo que, o PAIGC conseguiu sair vencedor, obtendo 46,4% dos votos, conforme o quadro 2 nos mostra.

Quadro 2: Resultados das eleições legislativas de 1994

Partidos	Votos	%	Deputados*
PAIGC	134.380	46,4	62
RGB/MB	57.566	19,9	19
PRS	29.957	10,3	12
UM	36.798	12,7	6
FLING	7.475	2,6	1

Fonte: dados da CNE, In: Silva^(b) (2003).

* Nesse pleito não houve a votação nos círculos da Europa e África para completar o número de deputados que é de 102.

Mesmo apesar de não se verificar a alternância como em Cabo Verde, que na sua primeira eleição em 1991 o PAICV foi derrotado pelo Movimento Para Democracia, MPD, a realização do primeiro escrutínio na Guiné-Bissau muito timidamente confirmou a mudança do regime, e anunciou a queda do regime monolítico para multipartidário. No PAIGC essa transformação, que se pensava ser uma oportunidade para o partido se abrir internamente, não foi suficiente para eliminar as velhas contradições de luta pelo poder e o recurso a meios violentos de conquista prevaleceram. Três anos após a realização do primeiro pleito, o país foi sacudido por um conflito armado no dia 7 de junho de 1998 que opunha de lados opostos dois históricos militantes do PAIGC. De um lado, estava o

presidente da República, Nino Vieira¹⁰⁹, que quase sem apoio interno das FA teve de recorrer às forças armadas dos países vizinhos (Senegal e Guiné-Conakri) para se defender dos ataques dos revoltosos e se manter no poder. Do outro, se encontrava o chefe de Estado-Maior, brigadeiro Ansumane Mané, que foi apoiado por parte considerável das FARP e dos veteranos da guerra colonial. Após onze meses de conflito, o presidente eleito democraticamente é derrubado pelos revoltosos no dia 6 de maio de 1999, o PAIGC não conseguiu terminar o mandato. Foi constituído um Governo de Unidade Nacional (GUN), encarregado de estabilizar o país e conduzir uma nova transição. No segundo pleito realizado em novembro de 1999, o PAIGC e o seu candidato à Presidência da República, Malam Bacai Sanha, saíram derrotados pelo PRS e o seu candidato à Presidência, Koumba Ialá que obteve 72% dos votos na segunda volta.

Entretanto, traído pela própria crença ideológica e comportamento político, o PAIGC perdeu o poder que sempre pensava ser o ocupante legítimo. Passou para oposição de onde teve que conviver com uma realidade a que a maioria de seus líderes e militantes não estavam preparados a enfrentar. Começou assim, uma nova fase na vida do partido e de seus militantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme tentamos demonstrar, esse trabalho procurou investigar a dinâmica política e organização interna do PAIGC durante o período de regime militar na Guiné-Bissau de 1974 a 1990. Observou-se como e, em que contexto, o partido surgiu, como conseguiu conquistar o poder e as contradições que resultaram em violenta luta pelo poder, contribuindo para as dificuldades que serviram de empecilhos à realização dos projetos de desenvolvimento.

De acordo com os dados, revelou-se que as contradições violentas sempre fizeram parte da história do processo de formação do movimento que posteriormente se transformou em partido. E, durante o período que analisamos, dois momentos foram

¹⁰⁹ Após seis anos de exílio político em Portugal, Nino Vieira voltou em 2005 à Guiné-Bissau para disputar a eleição, da qual foi vencedor como candidato independente com 52,35% dos votos, derrotando na segunda volta seu adversário candidato do PAIGC Malam Bacai Sanhá que obteve 47,65%. Não conseguiu terminar outra vez o mandato pelo qual foi eleito; tudo porque no dia 2 de março de 2009 foi assassinado por um grupo de militares, supostamente revoltados com o assasnto no dia anterior do chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, general Baptista Tagme Na Waie.

importantes para entender a dinâmica dos conflitos no PAIGC: no primeiro, sua principal ideologia que era unidade Guiné e Cabo Verde esbarrou-se, principalmente, nos interesses guineenses e caboverdianos, tanto no partido, quanto pela pressão desencadeada pelos grupos nacionalistas de oposição contrários à unidade binacional. Facto que resultou na primeira grande crise que, não só provocou uma profunda alteração na estrutura interna da legenda com a desvinculação da parte caboverdiana, mas contribuiu na desarticulação de cérebros cuja ausência fez estagnar os projetos de desenvolvimento iniciado; o segundo momento foi mais longo (1980/1990), neste período configurou-se gradativamente a disputa dentro do segmento guineense e, na metade da década de 80, a condenação à morte de altos responsáveis civis e militares do partido não só fez agravar a crise na legenda como também começou a provocar uma tácita contestação social e enraizamento de sentimento de ódio no seio do seu braço armado, FARP. Não obstante, foi o prelúdio de acirramento de problemas de cunho étnico e que também forçou o surgimento no exterior de uma oposição organizada ante o regime do PAIGC naquela altura, representada pela RGB/MB. Apesar de tudo, os dados apontam que não existia de forma explícita o conflito étnico na estrutura política do partido, muito embora, nas FARP a manifestação étnica era mais perceptível tendo em consideração o domínio maioritário dos Balantas e o medo que outros grupos sentiam.

Outra coisa que análise dos dados nos permitiu observar, é a relação civil/militar no partido. Percebeu-se que após a primeira alteração constitucional que depôs o presidente Luís Cabral a ala militar liderada pelo Nino Vieira passou a comandar as ações do partido e inibiu a possibilidade de disputa política na legenda. Muito embora, confundiam-se elementos civis e militares na estrutura do partido, visto que praticamente todos haviam participado da luta de libertação. Antes do golpe de 1980, era perceptível a existência de grupos antagônicos de luta pelo poder na estrutura política do PAIGC, no entanto, após esse período, as possibilidades dos grupos manifestarem suas idéias foram negadas pelo líder que passou a ser a única pessoa e voz a ser seguida.

Grosso modo, dois fatores se complementaram e foram determinantes para ditar as crises que resultaram nas dificuldades ou empecilhos aos programas de governo do PAIGC durante o período em estudo. Primeiro, foi a incapacidade das lideranças em equilibrar os interesses em disputa durante e depois o período da ideologia binacional. Segundo, foi à crença depositada no regime e no papel de que gozava o PAIGC como

única força com legitimidade de exercer o poder político, económico e social no país. Enquanto a realidade exigia a agregação dos cérebros para se enfrentar os desafios de governar, o partido procurava nas práticas repressivas mecanismos para controlar o poder e afastar qualquer possibilidade de partilhar a governação com outras forças políticas ou atores. Dessa forma, instalou-se a cultura de violência, ou seja: a intriga e o ódio acabaram por prevalecer nas formas de relacionamento. Comportamento que o fez desprezicar a oportunidade de atingir o objetivo maior e, sobretudo, o país deixou de garantir segurança social e política aos seus cidadãos e se transformou num ciclo permanente de instabilidades.

A indagação a fazer é sobre o sentido da mudança e ou revolução preconizada pelo PAIGC. Ou seja, até que ponto pode ser considerado a Guiné-Bissau um país independente? Ou, nesse caso, a independência pode apenas ser considerada a ausência de forças coloniais? Talvez, observando o cenário que se desenhou desde 1974 a este momento nos levaria necessariamente a considerar que houve apenas uma transição do poder das mãos de uma força repressora estrangeira para as de uma força nacional. A legitimação da repressão como uma prática corrente no período pós-independência tirou do PAIGC a possibilidade de estabelecer interna e externamente uma relação baseada no respeito pelos direitos humanos, por um lado e por outro desconstruiu o vínculo que o partido tinha com as massas populares. Além de conflitos e contradições gerados, outro fator determinante são falhas verificadas na gestão da coisa pública, o partido não só retrocedeu na promessa política agrícola e industrial iniciada nos primeiros anos da independência, como também não conseguiu aproveitar, principalmente, a partir de 1980 o escasso quadro de que o país dispunha naquele momento para maximizar o desempenho. Hoje para entender o cenário de cultura da violência no País e da dificuldade que o partido teve para fazer funcionar a sua proposta de governo a resposta pode estar entre outros fatores: no legado deixado pelo passado colonial, na heterogeneidade da estrutura social nacional e nas contradições resultantes de luta pelo poder no PAIGC. Embora, apesar das dificuldades que são observáveis, não se pode refutar a sua importância como um ator importante na construção da história política nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Leopoldo. O Legado Amílcar Cabral. In: www.didinho.org; acessado em 15/04/2008, pelas 11h.
- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo, Companhia da Letras, 1989.
- _____. O que é política? Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- ARON, Raimundo. Democracia e totalitarismo. Lisboa, Editora Presença, 1966.
- AUGEL, Johannes. Democratização e a formação de elite. In: transição democrática na guiné-Bissau e outros ensaios (Orgs: Augel, Johannes & Cardoso, Carlos). Bissau, Instituto de Estudos e Pesquisa-INEP, pp: 139-151, 1996.
- BARROS, Filinto. Testemunho. Inacep, Bissau, 2011.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1992.
- CABRAL, Amílcar L. A prática revolucionária: unidade e luta II. Editora empresa de publicidade Seara Nova, S.A.R.L, 1977.
- _____. Análise de alguns tipos de resistência: a resistência armada. Coleção “Cabral Ka muri” nº 15, pp.3-21, 1986.
- CABRAL, Luís S. Guiné-Bissau: o estado da nação. Bissau, Edições Nô Pintchá, 1978.
- CHALIAND, Gerard. Mitos revolucionários do terceiro mundo; Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- CÓ, Joãozinho Vieira. As consequências jurídico-constitucionais do conflito político-militar da Guiné-Bissau. Verona, Ed. Associação “Rete Guinea Bissau” onlus Angiolo Emo, 2001.
- COHAN, A.S. Teoria da revolução. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- DAHL, Robert A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo, Edusp, 2005.
- DAWBOR, Ladislau. Guiné-Bissau: a busca da independência econômica. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- DU BOIS, W.E. Burghardt. Pan-Africa em Portugal. Crisis, 1924.
- DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2005.
- FORREST, B. Joshua. Autonomia burocrática, política económica num Estado “suave”: o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP, Revista Soronda, pp:57-95, 1993.
- FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.
- GARCIA, Fernando Coutinho. Partidos políticos e teoria da organização. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- HANDEM, Diana Lima. A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissa: a luta de libertação e formação da nação guineense. In: A construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP, pp.269-280, 1989.
- HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, Samuel. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo, Editora Ática, 1994.
- _____. A ordem política nas sociedades em mudança. São Paulo, Edusp, 1975.

- KINZO, Maria D'Alva Gil. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966/1979. São Paulo, editora Vértice, 1988.
- KOUDAWO, Fafali. Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária a democracia liberal. INEP, 2001.
- MARTIN, Charles. A estratégia de descolonização de Nkrumah: originalidade e classicismo. In Descolonização, SANTIAGO, Theo (Org). Rio de Janeiro, 1977, (p. 111-139).
- MICHELS, Robert. Os partidos políticos. São Paulo, Editora Senzala (s/d).
- MOSCA, Gaetano. La clase Política. México, fondo de cultura economica, 1992.
- NEUMANN, Franz. Estado democrático e Estado autoritário. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.
- NÓBREGA, Álvaro. A luta pelo poder na Guiné-Bissau. Lisboa, Editora ISCSP, 2003.
- PAIGC. Estatutos: departamento de informação, propaganda e cultura do Comité Central. Ed. NIMBA, 1990.
- PALLA, Maria Antónia & SOARES, João. Savimbi: um sonho africano. Lisboa, Ed. Nova Ática, 2003.
- PANEBIANCO, Ângelo. Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- PEREIRA, Aristides. Minha vida, nossa história. Praia, spleen edições, 2012.
- PETER A.L, & TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do neo-institucionalismo. São Paulo, Lua Nova, nº 58, (193-224), 2003.
- PINTO, Jorge; PAULO, Manuel & DUARTE, Paula (Orgs). Guiné Nô Pintchá: uma análise socioeconômica da Guiné-Bissau. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 1999.
- Relatório do Comité Central do PAIGC ao seu IV Congresso. Suplemento PAIGC Libertação: unidade e luta (?).
- SAMBU, Queba. Ordem para matar: dos fuzilamentos ao caso das bombas da Embaixada da Guiné. Lisboa, edições referendo, 1989.
- SANTIAGO, Theo (Org). Descolonização. Rio de Janeiro, F.Alves, 1977.
- SANTOS, Manuel dos. Guiné-Bissau: a formação da Nação. In: A Construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Bissau, 1989, (pp.191-197)
- SANTOS, Onofre. Um sorriso para a democracia na Guiné-Bissau. Lisboa, Artes Gráficas, 1994.
- SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- _____. A teoria da democracia revisitada. São Paulo, editora ática, 1994.
- SECCO, Lincoln. A Revolução dos Cravos e a crise do império português: economias, espaços e tomadas de consciência. São Paulo, Alameda, 2004.
- SEILER, Daniel-Louis. Os partidos políticos. Brasília, Imprensa Oficial, 2000.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SILVA^(a), António E. Duarte. A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa. Porto, Edições Afrontamento, 1997.
- SILVA^(b), Fernando Delfim da. Guiné-Bissau: páginas de história política, rumos da democracia. Bissau, Firquidja editora, 2003.
- SOUSA, José Pedro Galvão de; GARCIA, Clovis Lema & CARVALHO, José Fraga Teixeira de (Orgs). Dicionário de Política. São Paulo, T.A. Queiroz Ed., 1998.

TOMÁS, António. O Fazedor de Utopias: uma biografia de Amílcar Cabral. Lisboa, Tinta da China, 2007.

UPANG: Manifesto, Programa e Estatuto. Bissau, Publicações Nova História, 1976.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, Imprensa Oficial, 1999.

Jornais Utilizados

Banobero.

Correio de Bissau.

Nô Pintchá.

Entrevistados

Engº. Rui Araújo (PAIGC) – em julho de 2008.

Comandante Lúcio Soares (PAIGC) – em julho de 2008.

Dr. Domingos Gomes Fernandes (RGB) – em julho de 2008.

Dep. Helder Magno Proença – em agosto de 2008.

Dona Maria Augusta Furtado – em agosto de 2008.

Dep. Desejado Lima da Costa – em setembro de 2008.

Ex-dep. Teodora Inácia Gomes – em setembro de 2008.

Presidente da JAAC, Victor Nanéia – em setembro de 2008.

Presidente da UPG, Francisca Vaz Turpin – em fevereiro de 2009.

ANEXO 1: Acordo de Argel, de 26 de Agosto de 1974

Reunidas em Argel aos vinte e seis dias do mês de Agosto de mil e novecentos e setenta e quatro, as Delegações do Governo Português e do Comité Executivo da Luta do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), na sequência de negociações bilaterais anteriormente realizadas, em ambiente de grande cordialidade, em Londres e Argel, acordam o seguinte:

Artigo 1.º - O reconhecimento *de jure* da Republica da Guiné-Bissau, como Estado Soberano, pelo Estado Português terá lugar no dia dez de Setembro de mil novecentos e setenta e quatro.

Art. 2.º - Com a assinatura deste Protocolo de Acordo o cessar-fogo mutuamente observado de facto em todo o território da Republica da Guiné-Bissau pelas forças de terra, mar e ar das duas partes converte-se automaticamente em cessar-fogo *de jure*.

Art. 3.º - A retracção do dispositivo militar português e a saída progressiva para Portugal das forças armadas portuguesas continuarão a processar-se de acordo com o estabelecido no anexo a este protocolo, devendo essa saída estar concluída até ao dia trinta e um de Outubro de mil novecentos e setenta e quatro.

Art. 4.º - O Estado Português e a Republica da Guiné-Bissau comprometem-se a estabelecer e a desenvolver relações de cooperação activa, nomeadamente nos domínios económico, financeiro, cultural e técnico, numa base de independência, respeito mutuo, igualdade e reciprocidade de interesses e de relações harmoniosas entre os cidadãos das duas Republicas.

Art. 5.º - Com este fim, e depois do acto de reconhecimento *de jure* da Republica da Guiné-Bissau pelo Estado Português, os dois Estados estabelecerão entre si relações diplomáticas ao nível de embaixador, comprometendo-se a celebrar, no mais curto prazo, acordos bilaterais de amizade e de cooperação nos diferentes domínios.

Art. 6.º - O Governo Português reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência e garante a efectivação desse direito de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas, tendo também em conta a vontade expressa da Organização da Unidade Africana.

Art. 7.º - O Governo Português e o PAIGC consideram que o acesso de Cabo Verde à independência, no quadro geral da descolonização dos territórios africanos sob dominação portuguesa, constitui factor necessário para uma paz duradoura e uma cooperação sincera entre a Republica Portuguesa e a Republica da Guiné-Bissau.

Art. 8.º - Lembrando a resolução do Conselho de Segurança que recomenda a admissão da Republica da Guiné-Bissau na ONU, a Delegação do PAIGC regista com satisfação os esforços diplomáticos significativos feitos nessa ocasião pelo Governo Português os quais estão em perfeita harmonia com o espírito de boa vontade que anima ambas as partes.

Art. 9.º - As duas delegações exprimem a sua satisfação por terem podido levar a bom termo as negociações que tornaram possível o fim da guerra, de que foi responsável o deposto regime português, e abriram perspectivas para uma frutuosa e fraterna cooperação activa entre os respectivos Países e Povos.

Feito e assinado em Argel, em dois exemplares em língua portuguesa, aos vinte e seis dias do mês de Agosto do ano de mil e novecentos e setenta e quatro.

ANEXO 2: Anexo ao Acordo entre o Governo Português

O presente Anexo destina-se a regular, por livre e mutuo acordo entre o Governo Português e o PAIGC, a forma de coexistência transitória das forças armadas de Portugal e da Republica da Guiné-Bissau, no território da Guiné-Bissau, no período que mediar entre o início de cessar-fogo *de jure* a que se refere o Protocolo de Acordo assinado em vinte e seis de Agosto de mil e novecentos e setenta e quatro e a saída das forças armadas portuguesas do referido território, que se completam até trinta e um de Outubro de mil e novecentos e setenta e quatro.

1.º - A presença das forças armadas portuguesas apenas se justifica a título transitório, em ordem a permitir a Portugal uma retracção e saída ordenadas dos seus dispositivos e a facilitar a transmissão gradativa dos serviços de administração nas zonas ocupadas por aquelas forças, sem quebra da continuidade do seu funcionamento.

2.º - A retracção do dispositivo das forças armadas portuguesas continuara a processar-se progressiva e gradualmente do interior para o mar, segundo um escalonamento a estabelecer por acordo mutuo, que tome em conta o interesse de ambas as partes e os meios materiais disponíveis, por forma que as últimas zonas de reagrupamento das forças armadas portuguesas sejam a povoação do Cumeré e as ilhas de Bolama, Caravela e Bissau. Salvo motivo de força maior reconhecido por ambas as partes, esta retracção será efectuada até dez de Setembro de mil novecentos e setenta e quatro.

3.º - As zonas de reagrupamento transitório das forças armadas portuguesas, nos termos do número anterior, continuarão sob o *contrôle* militar das autoridades portuguesas. Nessas zonas continuará a ser hasteada a bandeira portuguesa até ao termo da presença dessas forças.

4.º - A residência do comandante-chefe das Forças Armadas Portuguesas e representante do Governo Português será o palácio presidencial de Bissau até ao termo da permanência das forças armadas na área da ilha do mesmo nome.

5.º - Até ao termo da permanência das forças armadas portuguesas em Bissau, a Republica da Guiné-Bissau manterá nessa zona de reagrupamento um efectivo, em princípio, de cerca de trezentos homens das forças armadas da Republica da Guiné-Bissau que, isolada ou conjuntamente com as forças armadas portuguesas, neste caso em patrulhamentos mistos, participara na manutenção da ordem publica, segundo normas a estabelecer por acordo.

6.º - Mantém-se a livre circulação de pessoas e viaturas militares, nas e entre as zonas de reagrupamento mencionadas neste Anexo, desde que não armadas e acompanhadas dos respectivos documentos de identificação, que lhes poderão ser exigidos pelas autoridades em serviço.

7.º - Sempre que a natureza de materiais ou reabastecimentos a transportar exija especiais medidas de segurança, serão os mesmos acompanhados por elementos armados, segundo normas de procedimento a estabelecer por acordo das duas partes.

8.º - Nas vias fluviais e marítimas manter-se-á igualmente a livre navegação de unidades militares, na extensão necessária ao apoio logístico, retracção do dispositivo e saída das forças armadas portuguesas.

9.º - Sempre que no transporte fluvial ou marítimo, para fins idênticos aos referidos no numero anterior, sejam utilizadas embarcações civis, aplicar-se-á o disposto no n.º 7.º 10.º - Por razões de segurança contra infiltrações vindas do mar, as unidades

navais portuguesas poderão patrulhar livremente os acessos às ilhas de Bissau,

Bolama e Caravela, o arquipélago dos Bijagós e as aproximações oceânicas.

11.º - A circulação de aeronaves não armadas, em missão de reabastecimento e transporte, processar-se-á livremente nas e entre as zonas de reagrupamento das forças armadas portuguesas.

12.º - Ficam igualmente autorizados os voos de reconhecimento no espaço aéreo das ilhas de Bissau e Bolama, do arquipélago dos Bijagós e da fronteira marítima.

13.º - Ficam interditos voos em grupos de mais de três aeronaves.

14.º - A República da Guiné-Bissau obriga-se a neutralizar os seus meios antiaéreos susceptíveis de afectar a circulação aérea prevista nos n.ºs 11.0 e 12.0

15.º - O julgamento e a punição das infracções cometidas por militares portugueses nas zonas de reagrupamento das forças armadas portuguesas, ou fora dessas zonas, se neste caso não atingirem interesses legítimos da Republica da Guiné-Bissau, ficam sujeitos à jurisdição da autoridade militar portuguesa.

16.º - Os aquartelamentos das forças armadas portuguesas situados fora das ilhas de Bissau, Bolama e Caravela serão circundados por uma área de três quilómetros de profundidade, por seu turno circundada por uma zona tampão com dois quilómetros de profundidade, em que nenhuma das partes poderá não abranger a satisfação das necessidades de abastecimento de água e lenha das forças ali estacionadas.

17.º - As forças armadas portuguesas obrigam-se a desarmar as tropas africanas sob o seu *contrôle*. A República da Guiné-Bissau prestará toda a colaboração necessária para esse efeito.

18.º - Uma comissão mista coordenara a acção das duas partes e vigiara pela correcta e pontual aplicação do disposto no presente Anexo, dando-lhe ainda a sua interpretação e a integração das suas lacunas, e o julgamento das eventuais infracções ao que nele se dispõe, com a correspondente imputação de responsabilidades.

19.º - A Comissão Mista funcionará em Bissau, será constituída por seis membros, dos quais cada uma das partes designara três, e entrara em funções nas quarenta e oito horas que se seguirem à assinatura do Protocolo de Acordo de que este instrumenta constitui anexo.

20.º - A Comissão Mista funcionara validamente desde que esteja presente ou representado um mínimo de dois membros de cada parte, e as suas deliberações serão tomadas por unanimidade dos votos dos membros presentes e representados.

21.º - Os membros da Comissão Mista só poderão ser representados por outro membro pertencente à mesma parte e o mandatado devera constar de carta simples assinada pelo mandante.

22.º - Em caso de falta de unanimidade, o assunto sobre que se não fez vencimento será sujeito aos governos de cada parte para decisão por acordo ou por arbitragem na falta de acordo.

23.º - Na sua primeira reunião, ou em qualquer das reuniões subsequentes, a Comissão Mista regulamentara o seu funcionamento. Em caso de necessidade, poderá ainda constituir subcomissões para assuntos determinados, em que delegue, no todo ou em parte, os respectivos poderes, as quais se regerão pelas mesmas regras da comissão delegante.

24.º - A delegação do PAIGC regista a declaração do Governo Português de que pagara todos os vencimentos até trinta e um de Dezembro de mil novecentos e setenta e quatro aos cidadãos da Republica da Guiné-Bissau que desmobilizar das suas forças militares ou militarizadas, bem coma aos civis cujos serviços às forças armadas

portuguesas sejam dispensados.

25.º - O Governo Português pagará ainda as pensões de sangue, de invalidez e de reforma a que tenham direito quaisquer cidadãos da Republica da Guiné-Bissau por motivo de serviços prestados às forças armadas portuguesas.

26.º - O Governo Português participara num plano de reintegração na vida civil dos cidadãos da Republica da Guiné-Bissau que prestem serviço militar nas forças armadas portuguesas e, em especial, dos graduados das companhias e comandos africanos.

27.º - No prazo máximo de quinze dias, a contar do inicio do cessar-fogo *de jure*, cada uma das partes entregara à outra todos os prisioneiros de guerra em seu poder.

28.º - O presente Anexo entra em vigor ao mesmo tempo que o Protocolo de Acordo de que faz parte integrante.

Feito e assinado em Argel, em dois exemplares em língua portuguesa, aos vinte e seis dias do mês de Agosto do ano de mil e novecentos e setenta e quatro.

ANEXO 3: Primeiro Governo Constitucional da República da Guiné-Bissau

Lei N.º 3/73, de 24 de Setembro

Sob proposta do Conselho de Estado e em execução da vontade unânime dos seus membros;

A Assembleia Nacional Popular, reunida nesta data na Região do Boé, determina o seguinte:

Artigo 1.º - É nomeado o primeiro Conselho de Comissários de Estado da Republica da Guiné-Bissau. Ele será assim constituído:

Comissário Principal: camarada Francisco Mendes (Chico Té), membro do Secretariado Permanente do Comité Executivo da Luta (CEL) do PAIGC;

Comissário de Estado das Forças Armadas: camarada João Bernardo Vieira (Nino), membro do Secretariado Permanente do CEL do PAIGC;

Comissário de Estado Adjunto das Forças Armadas: camarada Pedro Pires, membro do CEL do PAIGC;

Comissário de Estado da Economia e Finanças: camarada Vasco Cabral, membro do CEL do PAIGC;

Comissário de Estado da Secretaria Geral do Estado: camarada José Araújo, membro do CEL do PAIGC;

Comissário de Estado do Interior: camarada Abdulai Barri, membro da CEL do PAIGC;

Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros: camarada Victor Saúde Maria, membro do CEL do PAIGC;

Comissário de Estado da Justiça: camarada Fidélis Cabral d'Almada, membro do CEL do PAIGC;

Sub-comissário de Estado do Comércio: camarada Armando Ramos, membro do Conselho Superior da Luta (CSL) do PAIGC;

Sub-Comissário de Estado da Educação e Cultura: camarada Manuel Saturnino, membro do CSL do PAIGC;
Sub-Comissário de Estado da Saúde e dos Assuntos Sociais: camarada João da Costa, membro do CSL do PAIGC;
Sub-Comissário de Estado do Desenvolvimento dos Recursos Naturais: camarada Julio Semedo;
Sub-Comissário de Estado do Controlo Económico e Financeiro: camarada Mário Cabral;
Sub-Comissário de Estado da Juventude e Desportos: camarada Adelino Nunes Correia;
Sub-Comissário de Estado da Agricultura e Pecuária: camarada Samba Lamine Mané;
Sub-Comissário de Estado da Estatística e Planificação: camarada Luís Sanca.

Art.º 2.º - O Conselho dos Comissários de Estado entra em funções imediatamente após a prestação do juramento a que se refere o artigo 48.º da Constituição.

Art.º 3.º - A presente Lei entra imediatamente em vigor.

Boé, 24 de Setembro de 1973. - A Assembleia Nacional Popular.

ANEXO 4

Troca de correspondência entre Aristides Pereira e Nino Veira após os acontecimentos do 14 de Novembro de 1980

Ao Camarada Aristides Pereira
Secretário- Geral do PAIGC e
Presidente da República de Cabo Verde

Camarada Secretário - Geral

Perante a grave situação que se criou nos últimos tempos cujo desfecho era imprevisível capaz de provocar consequências irreparáveis pondo em causa a nossa revolução os objectivos e a linha do pensamento do nosso Saudoso Amílcar Cabral fomos obrigados, respondendo aos anseios do povo, no dia 14 do corrente mês de Novembro a tomar as medidas que a situação impunha.

A integridade física do ex-Presidente do Conselho de Estado Luís Cabral e de sua família encontra-se garantida pelo Conselho da Revolução. A situação encontra-se normal em toda a extensão do território nacional.

Não houve efusão de sangue nem quaisquer actos de vingança. Todos os cidadãos cabo-verdianos que se encontram na República de Guiné-Bissau não foram vítimas de quaisquer actos.

Permanecemos fiéis aos princípios e linha objectivos traçados pelo saudoso Camarada Amílcar Cabral e expressamos a nossa firme determinação de continuar a desenvolver os laços históricos que unem os nossos dois povos.

Saudações Revolucionárias
Pelo Conselho da Revolução

JOÃO BERNARDO VIEIRA (NINO)

Camarada João Bernardo Vieira (Nino)
Comandante de Brigada
Membro da Comissão Permanente
e Presidente do Conselho Nacional da Guiné-Bissau do PAIGC

BISSAU

Acabo receber a tua mensagem ansiosamente aguardada. Pelo teor da mesma constato pelas tuas palavras que apesar do acto gravíssimo cometido contra princípios e fundamentos do nosso Partido não há abandono total dos princípios de linha e objectivos traçados pelo Saudoso Camarada Amílcar Cabral. Quero deixar bem claro que golpe de Estado nunca foi método do PAIGC para resolução dos nossos problemas internos possuindo o Partido de órgãos eficazes para esse efeito. Sejam quais forem problemas

políticos económicos ou sociais que prevaleçam actualmente na Guiné, são da responsabilidade de todos os dirigentes nacionais, nada justifica acto político de rebeldia às instituições causando mortos feridos e desaparecidos nomeadamente membros do Conselho Superior da Luta do Comité Executivo da Luta da Comissão Permanente e substituição das instâncias do Partido por um Conselho de Revolução estranho ao nosso Partido política e ideologicamente indefinido. Frente a um acto que provocou desvios tão graves da nossa linha e que revelou uma evidente falta de confiança da tua parte na minha pessoa apesar dos laços profundos que nos uniram durante tantos anos é minha opinião que isso exige uma explicação leal e responsável da tua parte. A tua mensagem e conteúdo dos comunicados do Conselho da Revolução levantaram no meu espírito algumas interrogações desse Conselho da Revolução levantaram no meu espírito algumas interrogações desse Conselho da Revolução? Em que é que o PAIGC tem entravado a afirmação da identidade nacional do povo da Guiné? Em que é que o PAIGC tem impedido que o povo da Guiné seja senhor dos seus destinos? Que pensar Nino da fidelidade devida aos nossos mártires como Domingos Ramos, Guerra Mendes, Chico, Pansau, Victorino, Rui, Corka, Saco Vaz, Titina, Justino Lopes, Jaime Mota e tantos outros camaradas que morreram pelos ideais comuns do PAIGC? Devemos esquecê-los debaixo dos sete palmos de terra que cobrem os seus corpos? Quero reafirmar-te que igualmente sinto-me responsável pela segurança física e moral de todos os nossos companheiros de luta guineenses ou cabo-verdianos e, especialmente, daqueles que são membros da direcção do nosso Partido a quem os nossos povos muito devem pelo seu sacrifício e dedicação. Embora na situação criada seja válida a garantia dada pela integridade física do camarada Luís Cabral ela é insuficiente. Torna-se necessário garantir ainda a sua liberdade e todos os direitos inerentes à sua condição de combatente da Pátria. Confio que tu Nino em quem depositei tanta confiança e esperança saberás repor as coisas no seu devido lugar para que o diálogo entre nós possa continuar. A história não perdoará qualquer outra saída.

Saudações Fraternalis

ARISTIDES PEREIRA
Praia, 17/11/80

Camarada Aristides Pereira
Secretário-Geral do PAIGC
Presidente da República de Cabo Verde – Praia

Camarada Secretário-Geral

Recebemos a vossa mensagem de 16 do corrente relativo aos acontecimentos de 14 de Novembro cujo conteúdo nos estranhou profundamente. Informamos que a situação que se criou ultimamente no país atingiu proporções insustentáveis que nos levaram a agir daquela forma. É do pleno conhecimento do Camarada Secretário-Geral do Partido as atitudes do camarada Luís Cabral na solução dos problemas do Estado e da Nação. A atitude passiva do Camarada Secretário-Geral do Partido perante comportamento e posições antidemocráticos do camarada Luís Cabral contribuiu largamente para

deterioração da situação no país. As discussões acerca do Anteprojecto da nossa Constituição política revelaram todas as anomalias que essa mesma Constituição comportava. Os militantes e cidadãos, alguns dirigentes e responsáveis manifestaram publicamente o seu descontentamento, desacordo quanto a certos artigos da Constituição. Durante a reunião extraordinária da segunda Legislatura da ANP para aprovação da futura Constituição de maneira mais inaceitável e antidemocrática o camarada Luís Cabral confiante do poder que detinha, influenciou certos quadros que impediram os deputados de tomar parte activa nas discussões da Constituição. Todos os factos acima mencionados são bem conhecidos do Camarada Secretário- Geral e das instâncias superiores do Partido. As últimas reuniões da Comissão Permanente do CEL e do próprio CEL não abordaram com seriedade a situação real que prevalecia na Guiné-Bissau. O Camarada Secretário- Geral do Partido, primeira figura da nossa orientação política, não teve coragem política suficiente nem agiu de acordo com a responsabilidade que detém e que o momento exigia para pôr a discussão a situação que se deteriorava cada vez mais na Guiné-Bissau. Reafirmamos ao Camarada Secretário-Geral/que os acontecimentos do 14 de Novembro nada têm contra linhas e pensamentos do Saudoso Amílcar Cabra e os fundamentos do Partido. Prosseguiremos de maneira irreversível a nossa marcha inicial no 14 de Novembro dentro do mesmo espírito partidário stop Estamos prontos e abertos para discussões com o Camarada Secretário-Geral sobre os acontecimentos do 14 de Novembro e a continuação da obra que nos legou Amílcar Cabra. Qualquer tentativa de influenciar a nossa marcha será categoricamente rejeitada e o Camarada Secretário-Geral poderá daí tirar as conclusões que entender. Os elementos que participaram no processo do dia 14 de Novembro e que constituem o Conselho da Revolução não são pessoas estranhas ao Partido. São verdadeiros militantes, responsáveis e dirigentes do Partido conscientes dos seus deveres cívicos e políticos. Assim não houve nenhum desvio às linhas do Partido. O pensamento dos heróis nacionais como Domingos Ramos, Pansau na Isna, Titina Silá e tantos outros que tombaram pelos ideais do PAIGC ficará sempre presente nos nossos espíritos e corações.

Saudações Fraternalis

João Bernardo Vieira (Nino)
Presidente do Conselho da Revolução
Bissau, 17 de Novembro de 1980

Camarada João Vieira (Nino)
Comandante de Brigada
Presidente do CNG-Bissau

Recebi a tua segunda mensagem parecendo-me que reina grande confusão no teu espírito a respeito das responsabilidades que cabem às diversas instâncias e aos dirigentes do PAIGC. Devo lembrar-te que desde a independência dos nossos dois países e com a preocupação de reafirmar a entidade nacional de cada um dos nossos povos e ainda de demonstrar o respeito pela soberania dos nossos países o PAIGC criou dois Conselhos Nacionais, um na Guiné e outro em Cabo Verde, com amplos poderes estatutários para

tomar decisões sobre todas as questões políticas e partidárias de cada um dos países. Assim, sendo o Secretário-Geral também Presidente de Cabo Verde, evitava-se a anomalia do Presidente de Cabo Verde estar a dar ordens ao Estado da Guiné, que tinha de funcionar de facto como um Estado verdadeiramente soberano e independente. Ao Secretário-Geral só ficaram poderes muito gerais e de arbitragem que nem de longe se aproximam do Executivo. Ora, Já há anos és tu o Presidente do CNG e assim o chefe do órgão máximo do Executivo Nacional do Partido da Guiné, portanto com um instrumento nas mãos que devia ser o dinamizador e lugar de debate de todos os problemas nacionais, onde deviam aparecer todas as observações e críticas à acção do Partido e do Governo na Guiné e em particular do Camarada Luís Cabral como chefe do Estado. O que de facto aconteceu é que em vez de te servires deste órgão e do seu Comité Permanente para matar o que qualificas de comportamento e posições antidemocráticas do camarada Luís Cabral bloqueastes pura e simplesmente o funcionamento destas instâncias que o Partido pôs sob a tua responsabilidade. O Comité Permanente praticamente nunca funcionou e o CNG só se reuniu quando não havia outra solução para resolver problemas pontuais. A verdade é que estes dois órgãos do partido morreram nas tuas mãos por não serem utilizados, trazendo consequências paralisantes e extremamente nocivas ao Partido, como agora vês. Mesmo que fosse do meu conhecimento a situação que referes na tua mensagem, quem devia levantar os problemas da Guiné nas instâncias supranacionais do Partido nesse país, vivendo nele o dia a dia, sobre o terreno. Pergunto agora: algum dia pusestes à discussão algum problema relativo ao comportamento e posições do camarada Luís Cabral nas instâncias supranacionais do Partido? Algum dia me abordastes de maneira responsável, mesmo a nível pessoal, para pôr algum problema do género? Deixo à tua consciência a resposta a estas questões. Mas mais, deves reparar que falas da acção do Luís Cabral na solução dos problemas do Estado e da Nação e não do Partido. Ficam mais questões: ao Secretário-Geral é que cabia combater decisões e atitudes do chefe de um Estado soberano, mesmo de um país irmão? Não seria isso um atentado à entidade nacional do povo desse mesmo Estado? Não estaria assim impedindo que esse povo se afirmasse como senhor do seu destino? E mais, não estaria passando por cima de todas as instâncias nacionais guineenses e faltando ao respeito pelos mais altos responsáveis da Guiné que tinham todos os atributos através das instituições estatais e do Partido para agir contra quem quer que fosse que se estivesse a desviar da linha do PAIGC? Não têm, pois razão de ser as ostensivas acusações que fazes à minha pessoa: os responsáveis pela situação da Guiné só podem ser os próprios guineenses que ali tinham funções de direcção e ao mais alto nível. Como sempre estou pronto a te ouvir na base dos laços que há longos anos nos uniram mas deves assumir as tuas responsabilidades na íntegra.

Saudações Fraternalis

ARISTIDES PEREIRA
Presidente da República de Cabo Verde
Praia, 19/11/80

Camarada João Bernardo Vieira (Nino)
Comandante de Brigada
Presidente do CNG Bissau

Acabo de tomar conhecimento do conteúdo da reunião que tiveste com mensageiro Assunto está a ser apreciado cuidadosamente espírito construtivo. Encaro favoravelmente um encontro contigo no Saiem ou tête-à-tête em delegação ou as duas coisas conforme tua conveniência. Desde que estiveres de acordo com o princípio proporei a data. Aguardo resposta.

Saudações Fraternalis

ARISTIDES PEREIRA
Secretário- Geral do PAIGC
Presidente da República de Cabo Verde

Urgente
Camarada Aristides Pereira
Secretário-Geral do PAIGC

No seguimento das conversações eletrônicas acerca da possibilidade do nosso encontro e considerando que o CNG e o Conselho dos Comissários de Estado ainda não se pronunciaram sobre a posição de Cabo Verde face aos acontecimentos do 14 de Novembro o Conselho da Revolução decide levar ao conhecimento do Camarada Secretário-Geral o seguinte:

- 1- Que não considera de momento oportuno o envio de uma delegação a Cabo Verde pelas razões acima exposta.
- 2- Que não obstante esse facto mantém aberto a receber o Camarada Secretário-Geral em qualquer oportunidade que julgue conveniente a sua deslocação a Bissau.

Bissau, 12/12/80

Saudações Revolucionárias

JOÃO BERNARDO VIEIRA
Presidente do Conselho da Revolução
Presidente do CNG do PAIGC

Sua Excelência
Comandante de Brigada João Bernardo Vieira
Presidente Conselho Revolução — Bissau
N 1681PR180

O conteúdo da última mensagem recebida a 12 do corrente veio coroar toda a série de contradições entre as declarações de intenção do Conselho da Revolução e a sua acção prática manifestada através dos seus membros assessores e representantes.

O conteúdo da dita mensagem demonstra a obstrução total e a recusa formal a qualquer espécie de diálogo que pudesse conduzir à clarificação das nossas posições respectivas e a distenção e normalização das relações entre os nossos dois países.

Na impossibilidade de fazer funcionar os competentes órgãos do Partido mantivemos contactos com o Presidente do Conselho da Revolução na sua qualidade de Presidente do Conselho Nacional da Guiné e membro da Comissão Permanente do CEL do PAIGC a ver se algo haveria ama a salvar ou preservar do Partido. Mandámos um alto emissário a Bissau e em conjunto com outros países de expressão oficial portuguesa fizemos ir a Bissau uma missão de alto nível sempre no espírito de encontrar uma base de discussão afim de clarificar as posições respectivas.

Parece que todas essas iniciativas foram mal interpretadas chegando-se numa manifesta inversão de papéis ao cúmulo de praticamente convocar o Secretário-Geral a Bissau afim de ser ouvido pelo Conselho da Revolução. Ao mesmo tempo constatamos a persistência em pretender endossar as responsabilidades de todos os males da Guiné e Cabo Verde aos cabo-verdianos e até ao seu Presidente através de toda a sorte de calúnias injúrias e insultos proferidos em Bissau e no estrangeiro por membros assessores e representantes do Conselho da Revolução.

Dessa maneira a mantermos a mesma atitude de abertura e a boa vontade poderia levar a conclusões erradas não só o próprio Conselho da Revolução como também a opinião pública interna e internacional.

Sendo assim pensamos que é tempo de cada um assumir de facto as suas responsabilidades frente ao seu povo à Africa e à História.

Nem os dirigentes de Cabo Verde nem o povo caboverdiano vão tolerar que se pretenda, através de manobras de diversão e de uma sistemática intoxicação demagógica, atribuir-lhes as responsabilidades não só pela situação criada na Guiné, mas também pelas consequências do golpe de Estado na vida do Partido e no projecto da unidade, que incumbem unicamente aos dirigentes e responsáveis nacionais da Guiné. Somos obrigados a nos demarcamos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia.

A nossa análise do que representou o golpe de Estado para o PAIGC e para a unidade mantém-se intacta. A parte esse aspecto partidário não nos ingerimos nos assuntos internos da Guiné-Bissau. Entretanto reiteramos a disponibilidade do Estado de Cabo Verde para o diálogo construtivo com o novo regime instituído na Guiné que, na base de lealdade e do realismo, permita a continuidade de relações de cooperação fraterna na via do progresso entre os povos caboverdianos e guineenses.

Saudações Fraternalis

ARISTIDES PEREIRA
Presidente da República de Cabo Verde

Abaixo assinado dos Guineenses contra a condenação à morte do presidente Rafael Barbosa

Irmãos:

Acaba de ser condenado à morte por fuzilamento, pelo tribunal de guerra do PAIGC, Rafael Barbosa, o verdadeiro fundador, o militante número um e o presidente do Comitê Central do partido. A sentença foi pronunciada no dia 4 do corrente e o facto já está conhecido e divulgado no estrangeiro pelos meios de comunicação, quer falados, quer escritos, de alguns países.

Vai ser fuzilado Rafael Barbosa. Nem mais!

O combatente da liberdade que, acicatado pela sua intrépida coragem, e utilizando-se da sua invulgar capacidade de organização, de chefia e de intuição política, levou o nosso povo a tomar consciência da sua escravidão e a recusar essa condição, pelo recurso à luta armada, este homem, dizíamos, vai ser assassinado pelos caboverdianos do PAIGC, com a colaboração de alguns lacaios seus, nossos conterrâneos.

O homem que aliciou e mobilizou o próprio Amílcar Cabral e milhares de jovens para a luta...vai ser bárbara e cobardemente morto. Só porque isso convém aos usurpadores do poder na nossa terra. Aquele que é, hoje por hoje, uma das mais brilhantes figuras de África e um dos seus mais sagazes políticos vai ser fuzilado pela casta usurpadora do poder, porque sabem que o povo o elegeu desde sempre.

Aquele que conheceu, durante tão longos anos, a tragédia da doença, a crueldade da tortura e a dilaceração do sofrimento nas masmorras da sinistra PIDE/DGS, enquanto Luís Cabral, Fidélis Cabral, José Araújo, Fernando Fortes e companhia eram assíduos frequentadores de “boites” e levavam farta vida de comilões e beberolas em Dakar, Conakry, Luanda, etc., pois, é esse que vai ser para sempre calado. Só porque conhece demais os podres do PAIGC, desde vis traições até hediondos crimes e massacres contra os melhores filhos da nossa terra. É que Rafael Barbosa em vida é um constante atentado à segurança e tranquilidade, no “podium” do poder dos indesejáveis traidores, usurpadores e assassinos dirigentes caboverdianos do PAIGC. Convém que Rafael Barbosa seja liquidado para que tudo possa continuar envolto em mistérios e os usurpadores possam ficar aquitados.

Pois, irmãos, a condenação de Rafael Barbosa à morte pelos caboverdianos é, a um tempo, uma provocação, sem precedentes, a todos os filhos da Guiné e à dignidade do nosso povo, e é também o acontecimento mais desafiador que se nos deparou até hoje. Está aqui talvez o repto mais custoso que a história caprichou em nos colocar pela frente. É um teste exigente. Urge que nos definamos: se somos, ou não, pela Guiné; se lutamos, ou não, concretamente, pela recuperação da nossa própria dignidade. Este momento é o que podemos chamar de momento propício. Vivemos o agora do desafio que nos lançam, dos umbrais cíclicos do tempo, os nossos imortais (Domingos Ramos, Osvaldo Vieira, Rui Djassi, o próprio Rafael Barbosa e tantos outros que nunca aceitaram o jugo caboverdiano), para que os imitemos em coragem, em amor à causa nacional, em espírito revolucionário, virtudes que não se compadecem com nenhuma espécie de opressão ou de totalitarismo, donde quer que sejam chegados.

Devemos viver e celebrar o nosso orgulho de filhos da Guiné, na solidariedade com Rafael Barbosa. A tua missão histórica, tanto como filho da Guiné, define-se na tua atitude frente a este evento, na justa medida da tua posição pública concreta, ou não, em relação ao “caso Rafael Barbosa”. Não há outra alternativa. Não há meios termos. Não há calculismo. Não há condições a pôr. Não penses demasiado no teu futuro, na tua segurança pessoal, no teu curso, na tua bolsa. Que é isso tudo, em relação ao contributo que, pela tua coragem e decisão, tu podes dar para salvar uma vida, sobretudo quando essa vida é a de Rafael Barbosa, com tudo quanto ele significou e continua a significar para ti e para a Guiné?

Em que situação estaríamos ainda hoje, se Rafael Barbosa, Amilcar Cabral, Domingos Ramos, Osvaldo Vieira, Rui Djassi e tantos outros combatentes, vivos e mortos, pensassem mais em si próprios do que na causa?

Não te esqueças de que, no dealbar do amanhã risonho em que acreditamos, todos nós, sem excepção, seremos julgados sobre o amor, fidelidade para com a Guiné dos guineenses, vale dizer, para com a Guiné do “pai” Rafael.

Assina com coragem e orgulho, porque a coragem da atitude que se decide incondicionalmente pela defesa da justiça, da verdade, da vida e da libertação, essa coragem, tu sabes, define os homens, assinala os verdadeiros revolucionários.